



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política  
Nível Mestrado

Pedro Barbabela

***“LA PAZ SIN LAS MUJERES ¡NO VA!”:***  
um estudo sobre os ativismos interseccionais feministas nos processos de construção da paz  
na Colômbia (2012-2016)

Belo Horizonte  
2020

Pedro Barbabela

**“LA PAZ SIN LAS MUJERES ¡NO VA!”:**

um estudo sobre os ativismos interseccionais feministas nos processos de construção da paz na Colômbia (2012-2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Marlise Miriam de Matos Almeida

Linha de Pesquisa: *Teorias da Justiça, Feminismo e Pensamento Político Brasileiro*

Belo Horizonte  
2020

320 B228p 2020	<p>Barbabela, Pedro</p> <p>“La paz sin las mujeres ¡No va!” [manuscrito] : um estudo sobre os ativismos interseccionais feministas nos processos de construção da paz na Colômbia (2012-2016) / Pedro Barbabela de Mello Vilela. - 2020.</p> <p>170 f. : il.</p> <p>Orientadora: Marlise Miriam de Matos Almeida.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia</p> <p>1.Ciência política – Teses . 2.Feminismo – Teses. 3. Colômbia -Teses. I.Matos Almeida, Marlise Miriam de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

UFMG

## ATA 06ª/2020 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO PEDRO BARBABELA DE MELLO VILELA

Realizou-se, no dia 21 de fevereiro de 2020, às 11:00 horas, no Auditório Prof. Baesse, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 06ª/2020 defesa de dissertação, intitulada "*La paz sin las mujeres ¡No va!": um estudo sobre os ativismos interseccionais feministas nos processos de construção da paz na Colômbia (2012-2016)*", apresentada por PEDRO BARBABELA DE MELLO VILELA, número de registro 2018653959, graduado no curso de RELAÇÕES INTERNACIONAIS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, à seguinte Comissão Examinadora: Profa. Marlise Miriam de Matos Almeida - Orientadora (DCP/UFMG), Prof. Cristiano dos Santos Rodrigues (DCP/UFMG), Profa. Karina Junqueira Barbosa (PUC Minas).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2020.

Profa. Marlise Miriam de Matos Almeida  
Orientadora (DCP/UFMG)

Prof. Cristiano dos Santos Rodrigues  
(DCP/UFMG)

Profa. Karina Junqueira Barbosa  
(PUC Minas)

*Dedico este trabalho à memória de meus avós, Purcina Barbabela Silva Mello e Elycio Pereira de Mello, cuja lembrança e afeto me guiam na luta pela construção de uma sociedade mais justa para todes. Vocês estão presentes em minhas palavras.*

## AGRADECIMENTOS

Em meio aos documentos, entre linhas e ideias, as análises e resultados da pesquisa foram se materializando. Este é um dos produtos dos quase dois anos de reflexão e diálogos construídos com diversas pessoas. A presente dissertação é fruto de complexas relações que foram criadas e mantidas e que me possibilitaram entrar em contato com diferentes visões, conhecimentos e produtos de conversas coletivas. Sem as incríveis discussões que presenciei e participei com as pesquisadoras e pesquisadores ao longo do mestrado, esse trabalho não seria possível.

À minha orientadora e amiga, Marlise Matos, por ter acreditado em mim e na minha pesquisa, mesmo antes de ser aprovado no processo seletivo do mestrado. Me aceitou na disciplina isolada em 2016 e me abriu um mundo de possibilidades por meio da produção de uma ciência a serviço da transformação da sociedade. Agradeço por ter estado e estar sempre presente nos momentos de dúvida e de insegurança, me tranquilizando e construindo pontes de pesquisa. Espero que essa parceria se mantenha e cresça cada vez mais durante o meu doutorado. Meu mais profundo muito obrigado!

Agradeço aos meus pais, Lêda e Omar, e aos meus irmãos, Barbara e Lucas. Eu não conseguiria chegar onde estou se não fosse o apoio incondicional que recebi de vocês. Cada linha deste trabalho foi escrita com vocês, para vocês e por vocês. Muito obrigado por me ensinarem a não desistir e a enfrentar os desafios com um sorriso no rosto e com pensamentos positivos. Muito obrigado por tudo! Amo vocês!

Ao meu companheiro, melhor amigo e confidente, Gui, por estar ao meu lado durante cada momento partilhado nessa minha jornada. Não tenho dúvidas que sem você e seu apoio incondicional essa etapa teria sido muito mais solitária e difícil. Em todas as vezes que eu achei que não fosse conseguir ou que não fosse bom o suficiente, você esteve comigo enfrentando meus dilemas e “monstros”, transformando-os em situações possíveis ou apenas em mais um percalço vivido. Obrigado por entender os momentos de tensão e insegurança e estar próximo a mim tornando tudo mais tranquilo, doce e divertido. Sou grato pelo amor e companheirismo e, por juntos, estarmos construindo uma vida.

Às queridas Periféricas+, juntas construímos muito mais que pesquisas em conjunto, estabelecemos laços de amor e solidariedade que espero que se mantenham por muitos anos. Sei que sempre estarão em meus pensamentos e lembranças mais marcantes do mestrado, Paulinha, Paula, Talita, Yulieth, Camila, Jessica, Ana, Ananda, Carla, Gabriel, Priscila, Kelly, Polly, Esther e Lívia. Juntas somos mais fortes e abalamos as estruturas do *malestream* da

Ciência Política. Às amigas do NEPEM, em especial, Bárbara, Juliana, Fernanda, Mariana, Lívia, Breno e Thiago que estiveram comigo na construção desse trabalho, muito obrigado.

Gostaria aqui de fazer um agradecimento especial à minha amiga e pesquisadora inspiradora, Luciana Andrade. Não sei se isso já foi dito, mas você foi/é uma pessoa muito importante na minha formação acadêmica. Você me recebeu e esteve comigo, mesmo que distante em alguns momentos, me orientando e aconselhando sobre caminhos a seguir. Muito obrigado pela acolhida e pelo acompanhamento durante meu amadurecimento pessoal e acadêmico. Fico feliz que hoje sejamos bons amigos.

Às amigas da Rede de Feminismos e Política, pelos diálogos e orientações durante a minha trajetória, obrigado, Danusa Marques, Daniela Rezende, Viviane Gonçalves e Rayza Sarmiento. Aos amigos e amigas do DCP que também participaram e me marcaram durante esses dois anos de mestrado, em especial, Isabella, Marcos, Ana Clara, Estefânia, Alexandre e Thales. Minha experiência jamais teria sido tão boa se não tivesse vocês ao meu lado, caminhando juntas. Aos demais colegas da turma de Mestrado de 2018, os meus sinceros agradecimentos também pelas contribuições ao meu amadurecimento acadêmico.

Aos meus queridos amigos de Relações Internacionais da PUC Minas, que estiveram comigo nesse processo de mudança de área, me acompanhando, mesmo que não presentes fisicamente, nos meus novos caminhos e mandando boas energias. Muito obrigado, Letícia, Tainá, Bruna, Jean, Nathaly, Annie, Bambino e Carol.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG, pelos ensinamentos, acadêmicos e pessoais, durante esses dois anos do mestrado. Em especial, agradeço a Ricardo Fabrino, Claudia Feres, Magna Inácio, Ana Karruz e Cristiano Rodrigues pela partilha do conhecimento nas aulas. Ao Alessandro e à Thaís, que sempre estiveram presentes para resolver todas as minhas questões, me auxiliando no que foi necessário.

À professora Karina Junqueira pela disponibilidade e por aceitar participar da minha defesa, tenho certeza de que seu olhar atento e crítico ao texto contribuirá positivamente para o trabalho. Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), por ter me dado condições para que pudesse me dedicar integralmente a esse trabalho acadêmico.

*Así como la democracia, sin las mujeres no va, la historia sin el registro de los aportes femeninos, tampoco es un recuento genuinamente democrático*

(WILLS, 2005, p. 40).

## RESUMO

Após quatro tentativas de se estabelecer a paz na Colômbia, foi assinado em 2012 um termo de compromisso entre o governo nacional e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) para resolução do conflito armado. A assinatura do termo significou muito mais do que o compromisso das partes na retomada das negociações, tornando-se um importante marco de inclusão e de disputas por participação de diversos agentes sociais ao longo do processo. Durante o período dos diálogos, os movimentos de mulheres e feministas assumiram um papel central ao mobilizar e organizar demandas diversas e plurais em uma luta conjunta por reconhecimento e direitos. Suas mobilizações reconheceram a interseccionalidade como um eixo de ação fundamental para as práticas feministas e estiveram presentes na maior parte das intervenções organizadas no país. Como resultado das negociações, em setembro de 2016, foi apresentada a primeira versão dos Acordos de Paz de La Habana. Assim, na presente dissertação, buscou-se, por meio de uma etnografia de documentos, compreender as diferentes estratégias adotadas pelos movimentos de mulheres e feministas na Colômbia, a partir das múltiplas manifestações dos ativismos interseccionais feministas no período compreendido entre os anos de 2012 e 2016. Os resultados apontaram para ações “em movimento” nas quais as mulheres participaram por meio de três vias – delegações oficiais, consultoria e movimentos de mulheres e feministas – na busca pela construção de redes de lutas por direitos. Além disso, observou-se a existência de relações entre as experiências diferenciadas das mulheres ao longo do conflito e a construção de políticas sensíveis aos marcadores interseccionais de gênero, raça, etnia, sexualidade, entre outros. Tais políticas foram construídas por meio de práticas interseccionais que, por sua vez, representaram esforços de superação das desigualdades reproduzidas pelo conflito. Os Acordos de La Habana foram inéditos ao apresentarem um recorte diferenciado de gênero em cada um dos seis pontos firmados, como resultado de ações coordenadas dos movimentos de mulheres e feministas e sua incidência sobre os agentes em negociação, a partir de diferentes arenas políticas. No entanto, o plebiscito organizado para decidir pela aprovação dos acordos demonstrou as forças de grupos de cunho conservador e exigiu uma reformulação do documento final de paz.

**Palavras-chave:** Ativismos interseccionais feministas; Movimentos de mulheres e feministas; Interseccionalidade; Construção da Paz; Colômbia.

## ABSTRACT

After four attempts to establish peace in Colombia, a commitment agreement was signed in 2012 between the national government and the Revolutionary Armed Forces of Colombia – People's Army (FARC-EP) for the resolution of the armed conflict. The signing of the term meant much more than the commitment of the parties to resume the negotiations, becoming an important mark of inclusion and disputes for the participation of different social agents throughout the process. During the dialogue period, women's and feminist movements assumed a central role in mobilizing and organizing diverse and pluralistic demands in a joint struggle for recognition and rights. Their mobilizations recognized intersectionality as a fundamental axis of action for feminist practices and were present in most organized interventions in the country. As a result of the negotiations, in September of 2016, the first version of the La Habana Peace Agreement was presented. In this dissertation, one seeks, with an ethnography of documents, to understand the different strategies adopted by the women's and feminist movements in Colombia, through the multiple manifestations of feminist intersectional activisms in the period between 2012 and 2016. The results point towards a “moving” action in which women participated through three fronts – official delegations, consultancy, and women's and feminist movements – to build networks of fighting for rights. In addition, one observes the existence of relationships between the differentiated experiences of women throughout the conflict and the construction of policies sensitive to intersectional markers as gender, race, ethnicity, sexuality, among others. Such policies were constructed through intersectional practices that, in turn, represented efforts to overcome the inequalities reproduced by the conflict. The La Habana Agreement was unprecedented in presenting a gender-differentiated approach at each of the six points, made as a result of coordinated actions by women's and feminist movements and their impact on negotiating agents from different political arenas. However, the plebiscite organized to decide on the approval of the agreements demonstrated the forces of conservative groups and demanded a reformulation of the final peace document.

**Keywords:** Feminist intersectional activisms; Women's and feminist movements; Intersectionality; Peacebuilding; Colombia.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 01-</b> II Cumbre Nacional de Mujeres y Paz .....	90
<b>FIGURA 02</b> - Relações e estratégias estabelecidas pelos movimentos de mulheres e feministas na Colômbia .....	95
<b>FIGURA 03</b> - Composição dos Acordos de Paz de La Habana .....	100
<b>FIGURA 04</b> - Panfleto ¡Colombia está en Peligro!.....	130
<b>FIGURA 05</b> - Manifestação contrária aos acordos.....	131
<b>FIGURA 06</b> - Adesivo de carro: Por eso digo No a los Acuerdos de La Habana.....	131
<b>FIGURA 07</b> - Manifestações contra Gina Parody .....	134
<b>FIGURA 08</b> - Cartaz contra a ministra da Educação Parody .....	134
<b>FIGURA 09</b> - Las FARC también negocian la destrucción de la Familia .....	136
<b>GRÁFICO 01</b> - Informação das participantes do evento .....	67
<b>GRÁFICO 02</b> - Distribuição por gênero dos participantes .....	81
<b>QUADRO 01</b> - Relação de documentos analisados ao longo do capítulo 3.....	25
<b>QUADRO 02</b> - Relação de documentos analisados ao longo do capítulo 4.....	28
<b>QUADRO 03</b> - Composição das instâncias de negociação do processo de paz entre as FARC-EP e o Governo.....	74
<b>QUADRO 04</b> - Informações sobre a realização dos Fóruns.....	78
<b>QUADRO 05</b> - Relação da origem social vs. número de participantes do Fórum Nacional... 81	
<b>QUADRO 06</b> - Alguns exemplos de alterações relacionadas a gênero no Acordo sobre Reforma Rural Integral.....	138
<b>QUADRO 07</b> - Alguns exemplos de alterações sobre gênero no Acordo sobre Participação Política.....	139
<b>QUADRO 08</b> - Alguns exemplos de alterações sobre gênero no Acordo sobre Fim do Conflito.....	140
<b>QUADRO 09</b> - Alguns exemplos de alterações sobre gênero no Acordo sobre Solução do Problema das Drogas Ilícitas .....	141
<b>QUADRO 10</b> - Alguns exemplos de alterações sobre gênero no Acordo sobre Vítimas.....	142
<b>QUADRO 11</b> - Alguns exemplos de alterações sobre gênero no Acordo sobre Implementação, Verificação e Referendação .....	144

## LISTA DE SIGLAS

**AIF** – Ativismo Interseccional Feminista

**ANMUCIC** – Associação Nacional de Mulheres Campesinas, Negras e Indígenas da Colômbia

**AP** – Acordo de Paz

**CFHBD** – Cessar fogo e de hostilidades bilateral e definitivo

**CNOA** – Conferência Nacional de Organizações Afro colombianas

**CSNU** – Conselho de Segurança das Nações Unidas

**CSIVI** – Comissão de Seguimento, Impulso e Verificação da implementação do Acordo Final

**CSVV** – Comissão de implementação, seguimento e verificação do acordo final de paz e de resolução das diferenças

**DA** – Dejeción de las armas (entrega de armas)

**ELN** – Exército de Libertação Nacional

**FARC-EP** – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo

**IMP** – Iniciativa Mujeres por la Paz

**LGBTI** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

**LBT** – Lésbicas, Bissexuais e Transexuais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**ONU Mujeres** – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

**PDET** – Programas de Desenvolvimento com enfoque territorial

**PISDA** – Planos Integrais de Substituição e desenvolvimento alternativo

**PNIS** – Programa Nacional de Substituição de Cultivos de uso ilícito

**PNRC** – Planos Nacionais de Reparação Coletiva

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento

**RRI** – Reforma Rural Integral

**RUV** – Registro Único de Vítimas

**SISEP** – Sistema Integral de Segurança para o exercício da Política

**SIVJRNR** – Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não repetição

**UBPD** – Unidade de Busca de Pessoas dadas como desaparecidas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 “As marcas sobre o meu corpo”: gênero, violências e o conflito colombiano .....	18
1.2 Apontamentos metodológicos.....	22
1.3 Organização dos capítulos .....	31
<b>2. COMPARTILHANDO IDEIAS E LUTAS POR JUSTIÇA SOCIAL: COMPREENDENDO OS ATIVISMOS INTERSECCIONAIS FEMINISTAS NA COLÔMBIA .....</b>	<b>34</b>
2.1 As ondas dos feminismos: diálogos entre Colômbia, Brasil e América Latina.....	35
2.2 Tensionando a política de alianças: o papel dos ativismos e da interseccionalidade na luta dos movimentos sociais .....	42
2.3 Identificando os ativismos interseccionais feministas nas práticas das organizações de mulheres e feministas.....	53
<b>3. CONSTRUINDO UMA PAZ INCLUSIVA: A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES E FEMINISTAS NAS NEGOCIAÇÕES DE PAZ .....</b>	<b>57</b>
3.1 Disputas e diálogos entre os movimentos de mulheres e feministas, Estado e as FARC- EP na Colômbia .....	58
3.1.1 <i>Buscando por novas formas de se construir a paz</i> .....	60
3.1.2 <i>“Las mujeres no queremos ser pactadas sino ser pactantes”</i> .....	64
3.1.3 <i>Por uma paz de gênero: ponto 5, conferências de vítimas e a construção da         Subcomissão de gênero.....</i>	75
3.1.4 <i>Aprofundando as negociações de paz.....</i>	84
3.1.5 <i>“Participamos y decidimos en la construcción de la paz”: os Acordos de Paz de         La Habana .....</i>	87
3.2 Reflexões sobre as Ações Interseccionais Feministas na Colômbia (2012-2016).....	94
<b>4. POR DENTRO DOS ACORDOS DE PAZ: GÊNERO, MULHERES E FEMINISMOS EM DISPUTA .....</b>	<b>97</b>
4.1 Os Acordos de La Habana na construção de uma paz estável e duradoura.....	99
4.1.1 <i>“Hacia un nuevo campo colombiano”: diálogos transversais entre gênero e a         Reforma Rural Integral.....</i>	102
4.1.2 <i>Participação Política: abertura democrática para construir a paz.....</i>	108
4.1.3 <i>Cessar fogo bilateral e definitivo, abandono de armas e garantias de segurança</i> .....	113
4.1.4 <i>Solução para o problema das drogas Ilícitas.....</i>	116
4.1.5 <i>Acordo sobre as vítimas do conflito .....</i>	118
4.1.6 <i>Implementação, verificação e referendação.....</i>	122
4.2 Por trás dos documentos: contribuições feministas para La Habana.....	123

<b>5 OS DESDOBRAMENTOS DOS ACORDOS DE PAZ: REESTRUTURAÇÃO DE RELAÇÕES .....</b>	<b>127</b>
5.1 Vozes disputando enquadramentos: a “ideologia de gênero” nos acordos de La Habana	128
5.2 Reconstruindo os acordos: o que mudou após o plebiscito .....	135
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICE 1. Cronologia de construção de paz a partir dos movimentos de mulheres e feministas.....</b>	<b>168</b>
<b>APÊNDICE 2. Delegadas/os especialistas que foram para <i>Subcomissão de gênero</i> .....</b>	<b>170</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O conflito civil-militar da Colômbia, que perdurou por ao menos 58 anos, pode ser apontado como aquele de maior duração na América Latina, marcado pela prevalência de ações violentas ao longo de todo o território desde o início. O período exato que delimita o marco do conflito é tratado de forma controversa na literatura. Porém, para a presente pesquisa, adotaremos a datação do *Centro Nacional de Memoria Histórica* (2013) da Colômbia, que reconhece o início do conflito pela transição de um contexto de disputas políticas entre os partidos liberais e conservadores, por volta de 1958, para um contexto de violência organizada pelas guerrilhas, que foi responsável pela criação de um ambiente de grande hostilidade e violência no país.

Ainda segundo o documento do Centro Nacional, o conflito colombiano pode ser descrito em quatro períodos. O primeiro<sup>1</sup> (i) (1958-1982) foi marcado pela transição de uma violência partidária para uma violência de guerrilha, caracterizada pela proliferação de grupos guerrilheiros que contrastam com o aumento da mobilização social; o segundo período (ii) destacar-se-ia pela expansão política, militar e territorial do conflito, através do crescimento ainda maior das guerrilhas, do surgimento dos grupos paramilitares, do colapso parcial do Estado na contenção dos conflitos e da atuação de grupos associados às atividades de narcotráfico no país, aliada à proposição de uma nova Constituição (1991); o terceiro período (iii) marcaria a escalada do conflito armado, aliada a uma radicalização da opinião pública no que tange uma solução militar; e, por fim, o quarto período (iv) marcaria o rearranjo do conflito armado, compreendido por uma reordenação de forças, tanto dentro do governo colombiano quanto nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP).

Porém, devido à delimitação temporal de nosso trabalho, postularemos a existência de um quinto período (2012-2016), que seria, por sua vez, marcado pela retomada das negociações de paz e pela apresentação do *Acordo de Paz de La Habana* estabelecido entre o Estado colombiano, aqui entendido pela equipe de governo do então presidente Juan Manuel Santos, e as FARC-EP. Foi através da assinatura do “*Acordo Geral para a Terminação do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Douradora*”, firmado entre as partes em negociação no segundo semestre de 2012, que se começou a pensar na inclusão da sociedade

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que o período compreendido entre os anos de 1948\* a 1958 ficou conhecido na história do país como “La Violencia”. O período foi marcado por múltiplas ações violentas entre apoiadores do Partido Liberal Colombiano e o Partido Conservador Colombiano, após a morte do candidato à presidência Jorge Eliécer Gaitán (BIBLIOTECA NACIONAL DE COLOMBIA, 2020).

civil na construção da paz na Colômbia (BRETT, 2017). Nesse sentido, os movimentos de mulheres e feministas tiveram um papel fundamental em todas as etapas de negociação/construção da paz no país, ao denunciar, em um primeiro momento, a ausência das mulheres nas mesas de negociações, e, em seguida, na organização de duas “*Cumbres Nacionales de Mujeres y Paz*”, da formação de uma *Subcomissão de Gênero* e diversas outras ações que tiveram espaços em diferentes instâncias de deliberação ao longo do período mais recente (CALBET, 2018).

A luta contra as violências e pela garantia de direitos levou os movimentos de mulheres e feministas<sup>2</sup> a se engajarem em lutas interseccionais<sup>3</sup> de forma conjunta buscando englobar os diferentes segmentos de mulheres e, em certos momentos, outros segmentos sociais, o que denominaremos aqui de *ativismos interseccionais feministas* (AIF). O termo surge com o artigo “*Emergence of Interseccional Activist Feminist in Brazil: the interplay of local and global contexts*” (2018), de Marlise Matos e Solange Simões, que aponta para um novo entendimento e estruturação das ações dos movimentos feministas de quarta onda na América Latina. Além disso, as discussões sobre os AIF estão presentes nas pesquisas organizadas e realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPEM/UFMG), sob coordenação da Profa. Dra. Marlise Matos.

Os trabalhos desenvolvidos por Matos e Simões apontam para uma nova forma de compreensão das ações feministas. Nesse sentido, acreditamos que a presente dissertação contribuirá por meio de duas principais dimensões. A primeira delas se refere à complementação teórica a respeito da sustentação do termo. Nessa dimensão, por meio de questionamentos conceituais sobre ativismos, interseccionalidades e feminismos latino americanos, buscamos conjugar os conceitos para sustentarmos teoricamente o “novo” termo. A segunda dimensão estrutura-se por meio da aplicação empiricamente orientada a respeito dos ativismos interseccionais feministas ao estudo do caso colombiano. A materialização do conceito por meio das ações dos movimentos de mulheres e feministas durante os processos de paz na Colômbia contribui de forma expressiva para a manutenção do termo, que busca

---

<sup>2</sup> Utilizamos o termo “movimentos de mulheres e feministas” para designar toda e qualquer organização, movimento ou coletivo de mulheres que trabalham e desenvolvem ações voltadas para a melhoria de vida do segmento, independentemente do seu grau de formalização. Tais organizações podem se intitular como sendo feminista ou não. Em nossa dissertação, as instituições (*Sisma Mujer, Humanas Colombia, Ruta Pacifica de Mujeres, Iniciativa Mujeres por la Paz*) possuem documentos e um posicionamento feminista sobre os temas trabalhados. Para mais informações sobre distinções do termo, sugiro a leitura de Gonçalves (2018).

<sup>3</sup> As formulações teóricas e empíricas a respeito das lutas e ativismos interseccionais feministas serão trabalhadas de forma aprofundada nos próximos capítulos da dissertação.

refletir a forma diferenciada pela qual são estruturadas as lutas por justiça social e direitos das mulheres (e de outros segmentos sociais) na América Latina.

Assim, essas ações e discursos produzidos pelos movimentos apresentaram-se em diferentes instâncias ao longo dos processos de construção de paz de La Habana, podendo-se destacar a participação e a organização das *Cúpulas Nacionais de Mulheres e Paz*, as *Conferências de Vítimas*, as campanhas de conscientização sobre o Acordo de Paz, as manifestações que tomaram as ruas em todo o país e a criação da *Subcomissão de Gênero*. Como resultado, a primeira versão dos Acordos de Paz passou a incluir um recorte transversal de gênero em cada um dos seis eixos do documento<sup>4</sup>, de modo a reconhecer as diversidades de mulheres colombianas afetadas pelo conflito. Porém, após a vitória do “NO” no plebiscito organizado, foram reestruturadas as lutas sociais no país, principalmente ao serem inseridos, no processo de negociação, agentes ligados a setores conservadores da sociedade colombiana.

O presente capítulo tem a intenção de introduzir o objeto de estudo de nossa pesquisa. Para tanto, buscaremos, em um primeiro momento, contextualizar o emprego de ações violentas contra as mulheres no marco desse conflito armado, enquadrando-as como uma das expressões de violência política que pode ser exercida contra as mulheres. Discutiremos, por meio de autoras feministas como Elshtain (1987), Enloe (1989), Batinic (2001), Banjeglav (2009) e Segato (2014), as múltiplas interpretações do emprego da violência sexual em períodos de conflito armado ou em guerras. Sabemos que tais ações violentas foram amplamente empregadas por todas as partes envolvidas durante o conflito colombiano. Além disso, apresentamos de forma breve as respostas do Sistema Internacional de Direitos Humanos que foram fundamentais tanto para sustentar as ações dos movimentos de mulheres e feministas no processo de construção da paz iniciado em 2012, quanto para justificar de forma discursiva a adoção de um enfoque de gênero nos documentos de *La Habana*.

Na seção seguinte, apresentamos então o nosso percurso metodológico, descrevendo as etapas de análise dos capítulos empírico-analíticos três e quatro. Nesse momento, pontuamos a apresentação e justificativa do método escolhido, além dos documentos e dos casos selecionados nessa pesquisa. Por fim, apresentamos a estruturação dos capítulos seguintes, pontuando as principais autoras que recorreremos para contribuir com o desenvolvimento da presente dissertação de mestrado.

---

<sup>4</sup> O acordo de La Habana se organiza em seis eixos, sendo eles: (i) Reforma Rural Integral (RRI), (ii) Participação política: abertura democrática para construir a paz, (iii) Fim do Conflito, (iv) Solução ao problema das drogas ilícitas, (v) Acordo sobre as vítimas do conflito: “sistema integral de verdade, justiça, reparação e não repetição”, incluindo a jurisdição especial para a paz e o compromisso sobre direitos humanos, e por fim, (vi) Implementação, verificação e referendação.

### 1.1 “As marcas sobre o meu corpo”: gênero, violências e o conflito colombiano

A violência sexual tem sido um crime amplamente mobilizado por diferentes agentes durante períodos de conflitos armados ao longo da história (USAID, 2007; OXFAM, 2009; AMNESTY INTERNATIONAL, 2004; 2012; ABCOLOMBIA, 2013). Atualmente, tal violência é enquadrada como um *crime de lesa humanidade* e é reconhecida pelo Sistema Internacional de Direitos Humanos como uma questão importante a ser trabalhada. Na Colômbia, a violência sexual fez-se presente na vida de milhares de mulheres, que tiveram suas realidades marcadas pelo conflito armado. Porém, antes de contextualizar o caso colombiano, é interessante apresentarmos uma breve discussão teórica sobre o tema geral da violência sexual e o histórico das ações adotadas pelos Estados no Sistema Internacional de Direitos Humanos.

Na década de 1990, com o agravamento dos conflitos em Ruanda (1990-1994) e na Bósnia-Herzegovina (1992-1995), os casos de violência sexual contra as mulheres ganharam grande repercussão, especialmente após as denúncias organizadas por jornalistas e ativistas aos veículos de mídia internacional. Para Segato (2014), os conflitos inauguraram uma nova forma de mobilização bélica onde a agressão sexual passou a ocupar “uma posição central como arma de guerra produtora de crueldade e letalidade, dentro de uma forma de dano letal que é simultaneamente material e moral” (p. 342-343, tradução nossa<sup>5</sup>).

Alguns anos antes da ocorrência dos casos, a academia já estava atenta às alterações nas dinâmicas dos conflitos armados e passou a buscar compreender as experiências de generalizadas violações de direitos humanos para os segmentos de gênero e sexualidade. Nas Relações Internacionais, nos anos 1980, autoras como Jean Bethke Elshtain (1987) e Cinthia Enloe (1989) começaram a abordar o gênero como uma categoria de análise para se entender os conflitos, tanto intraestatais quanto internacionais. A intenção das autoras era a de mostrar que as formas de violências, principalmente a violência sexual, empregadas nos conflitos faziam parte de uma estratégia maior de dominação.

Seguindo essa mesma linha, Banjevlav (2009) e Batinic (2001) compreendem que a dominação através da violência sexual não implicaria apenas o controle sobre/do corpo do indivíduo, mas estaria relacionado à ideia de que, através do domínio do corpo da mulher, seria possível controlar a estrutura social e institucional que compõe a própria nação. Essa ideia baseia-se na crença de que as mulheres seriam aquelas responsáveis pelo nascimento e

---

<sup>5</sup> “una posición central como arma de guerra productora de crueldade y letalidad, dentro de una forma de daño letal que es simultáneamente material y moral”.

pela manutenção de um determinado povo. Ibrahimovic (2014) aponta que, no caso da ex-Iugoslávia, a violência sexual foi empregada como uma ferramenta genocida contra a população bósnia no território. A abordagem, amplamente defendida pelo Exército Nacional da Iugoslávia no período, era de que o nascimento de bebês sérvios de mães bósnias possibilitaria a “limpeza da raça”. Diante desse discurso, tornou-se comum ouvir da própria população sobre a existência de “campos de estupros” no país, locais onde as mulheres locais eram presas e torturadas até darem à luz a bebês sérvios.

Décadas mais tarde, a fim de compreender as diferentes dinâmicas que perpassaram as vivências das mulheres e de indivíduos com corpos feminilizados, Rita Segato (2014) afirmou que as alterações nas dinâmicas bélicas têm ressignificado os entendimentos que envolvem os corpos das mulheres, cada vez mais entendidos, também, como um “território”. Dessa forma, haveria a compreensão de que *o corpo da mulher é o corpo da nação*, passando-se a ideia de que a vitória do conflito ocorreria, também, por meio da dominação dos corpos femininos. Essa compreensão de Segato está baseada, em grande medida, nos trabalhos sobre governo e território de Michel Foucault (2004). A autora compreende que, por efeito do paradigma da biopolítica, “a rede dos corpos passa a ser o território, e a territorialidade passa a ser uma territorialidade do rebanho em expansão” (SEGATO, 2014, p. 349, tradução nossa). Assim, os territórios seriam constituídos por meio dos corpos, podendo ser algo a ser possuído/tomado por determinado agente.

A ideia do domínio do *corpo-território*, aliada à compreensão das transformações dos conflitos atuais e da participação de agentes estatais e não estatais, revela a conformação de um novo quadro de conflito informal ou não convencional, que se expandiu pelo mundo, principalmente na América Latina. Nesses novos contextos, a guerra passou a ser entendida como a materialidade última da política, ou seja, compreendida como “política feita por outros meios”:

Os grupos ou corporações armadas que se enfrentam nesta nova modalidade de guerra são facções, bandos, *maras*, *patotas*, gangs, grupos tribais, máfias, mercenários corporativos e forças para estatais e não estatais de vários tipos – incluindo aqui os agentes da assim chamada “segurança pública” no exercício de sua discricionariedade em Estados cuja “duplicidade” crescente já não se dissimula (SEGATO, 2014, p. 344, tradução nossa)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> “Los grupos o corporaciones armadas que se enfrentan en esta nueva modalidad de la guerra son facciones, bandos, maras, patotas, gangs, grupos tribales, mafias, mercenários corporativos y fuerzas para-estatales y estatales de varios tipos –incluyendo aquí los agentes de la así llamada “seguridad pública” en el ejercicio de su discrecionalidad en Estados cuya “duplicidad” creciente ya no se disimula”.

Diante desse quadro de complexos entrecruzamentos de forças, as diferentes formas de violência contra as mulheres não podem mais ser entendidas como uma simples consequência desses períodos. Essas têm adquirido centralidade na construção da própria estratégia de guerra e para todas as partes envolvidas, muitas delas financiadas pelo próprio Estado. Assim, *as violências contra as mulheres* devem passar a ser entendidas, então, como *uma violência de cunho político*, sendo parte das estratégias de ação de agentes estatais e não estatais, que as empregam com o intuito de dominação/desestabilização dos agentes sociais, muitos deles – ou delas (quase sempre) - não envolvidos nas ações bélicas.

Após a cobertura midiática desses conflitos dos anos 1990, diversos Estados, Organismos Internacionais (OIs) e movimentos organizados de mulheres e feministas começaram a traçar estratégias de proteção para as mulheres em situação de violência e passaram também a pensar em meios e estratégias de inseri-las nos processos subsequentes de construção da paz. Assim, ainda nos anos 1990, ocorreram dois posicionamentos importantes por parte do Sistema Internacional de Direitos Humanos, sendo eles: a *IV Conferência Mundial da Mulher*, onde foi adotada a *Plataforma de Ação de Beijing* e estabelecido um compromisso entre os Estados parte pela promoção de ações com foco na construção da igualdade de gênero; e a alteração do *Estatuto de Roma* de 1998, que passou a reconhecer a violência sexual como um *crime de lesa humanidade* (CALBET, 2018).

Nos anos 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a *Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança*. O documento reconheceu dois principais aspectos estruturalmente associados ao fenômeno. Por um lado, compreendeu que as mulheres sofrem de forma diferenciada os impactos das guerras e que a violência sexual deveria ser entendida como crime contra a humanidade, sendo elemento essencial nas agendas de construção da paz. E, por outro lado, afirmou a necessidade de incluir a participação das mulheres nos cargos de poder e decisão em relação à prevenção e à resolução de conflitos (CALBET, 2018).

A partir da Resolução 1325, o Conselho de Segurança da ONU aprovou outros quatro documentos adicionais sobre a temática, sendo eles: a *Resolução 1820* (2008), a *Resolução 1888* (2009), a *Resolução 1889* (2009) e a *Resolução 1960* (2010). Essas outras quatro Resoluções reafirmaram o emprego da violência sexual no conflito como violação dos direitos humanos e salientaram o impacto diferenciado desse tipo de violência sob os corpos das mulheres. Ademais, reconheceram a importância de inserir as próprias mulheres, tanto nas

forças de segurança quanto em cargos de decisão nas negociações para a paz. De forma geral, os cinco documentos representam um desafio para os Estados na tentativa de se melhorar as condições de vida das mulheres expostas a situações de violência em países afetados por conflitos armados e guerras.

No que tange o conflito colombiano, ainda não se sabe ao certo qual foi a magnitude e nem a extensão da violência (inclusive sexual) perpetrada contra as mulheres, durante o período. Sabe-se, no entanto, que diversas formas de violência, articuladas entre si, marcaram a realidade de vida de milhares de mulheres colombianas durante mais de 50 anos de conflito. Nesse sentido, torna-se relevante pontuar que essas violências se relacionam diretamente a diversos marcadores sociais como gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual, identidade de gênero, geração, entre outros, fazendo com que as mulheres indígenas e afro-colombianas tenham sido afetadas de diferentes formas, o que acabou por limitar o seu acesso à justiça e o reconhecimento de direitos dessas mulheres (ABCOLOMBIA, 2013).

Segundo Calbet (2018), dois aspectos merecem destaque em relação às dinâmicas de hostilidade presentes no conflito colombiano. O primeiro diz respeito ao impacto do gênero sobre ações violentas e o segundo aos agentes que praticaram tais atos e suas motivações. No primeiro aspecto, como ressalta o autor, o *Registro Único de Víctimas* (RUV) aponta que as violências empregadas durante o conflito armado se diferenciam a depender do gênero do indivíduo. Assim, as mulheres teriam sido vítimas, principalmente, de deslocamento forçado e da violência sexual, assim como tiveram suas vidas marcadas pelo desaparecimento e pelo assassinato de pessoas ao seu redor – o que difere das violências voltadas para os homens. Estes foram vitimizados por ações como o recrutamento forçado, assassinatos, massacres, sequestros, deslocamentos e desaparecimentos forçados.

Para a Oxfam (2009), a violência sexual pode ser apontada como a principal causa para o deslocamento forçado de mulheres na Colômbia, sendo que duas entre dez mulheres forçadas a fugir de suas casas o fizeram devido a esse tipo de crime. Porém, mesmo com o trânsito dessas mulheres, as diferentes expressões de violências persistiram. Das mulheres deslocadas no país, cerca de 52% sofreram alguma forma de abuso físico e 36% foram forçadas a ter relações sexuais com estranhos, seja durante o processo de deslocamento ou após estarem assentadas em uma nova localidade (OXFAM, 2009).

Já no segundo aspecto, conforme apresentado pelo *Centro de Memória Histórica*, os agentes que mais recorreram ao uso da violência sexual durante o conflito foram os grupos paramilitares, seguidos pelas guerrilhas e pelas forças armadas do Estado. A violência teria sido empregada com diferentes propósitos, entre eles o controle social, o controle da atividade

econômica, como estratégia e arma de guerra e, também, como forma de castigo (CALBET, 2018). Os casos de violência sexual no país apresentam um alto nível de subnotificação, que pode ser entendido a partir das inúmeras dificuldades enfrentadas no acesso ao sistema de justiça por parte das mulheres. Apesar dos obstáculos, essas agentes estiveram organizadas levando suas experiências para as arenas de discussão e demandando justiça, reparação e a garantia de não repetição (ABCOLOMBIA, 2013).

Por meio das organizações de mulheres e feministas na Colômbia, por exemplo, foi possível a criação de um sistema de resposta às mulheres vítimas de violência sexual, articulado por meio de uma rede de suporte que contou com a participação de diversas lideranças e ONGs no país. Para além da resposta às violências do conflito, as organizações de mulheres e feministas foram capazes também de estabelecer uma série de interações com agentes chave no processo de construção da paz, tais como lideranças do governo, membros das FARC-EP e de outros movimentos sociais. Esse sistema de alianças, ou de ativismos interseccionais feministas, será trabalhado e discutido de forma sistemática nos próximos capítulos dessa dissertação.

## **1.2 Apontamentos metodológicos**

A presente dissertação desenvolve-se no intuito de responder à seguinte pergunta de pesquisa: *como se deram as ações dos movimentos de mulheres e feministas para a inclusão de um enfoque diferenciado de gênero no recente processo de construção de paz da Colômbia (2012-2016)?* Adotamos como hipótese o entendimento de que essas ações empreendidas pelos movimentos de mulheres e feministas foram fundamentais para a inclusão de um enfoque diferenciado de gênero nos documentos de paz. As ações estiveram pautadas através da forma específica de *ativismos interseccionais feministas* que buscaram, a partir da convergência de demandas plurais e pelo reconhecimento do entrecruzamento de marcadores da diferença, estabelecer lutas conjuntas por reconhecimento e pela garantia de direitos para as mulheres por meio dos processos de criação dos *Acordos de Paz de La Habana* (2016). Para além de tecer e de buscar “unificar” as demandas e lutas dos diversos segmentos de mulheres colombianas, os movimentos de mulheres e feministas, complexificando todo o processo em curso, buscaram estabelecer relações com outros movimentos sociais, tais como os movimentos negros, LGBTI+, indígenas, camponeses (entre outros), de modo a buscar garantir a criação de uma rede ampliada de suporte e de lutas.

Para realizar essa pesquisa, adotamos um olhar etnográfico sobre os documentos produzidos por diferentes agentes-chaves que estiveram envolvidos nos processos de construção de paz, iniciado no ano de 2012, na Colômbia. Realizamos um levantamento de Resoluções; Relatórios de organizações sociais da Colômbia, dando prioridade para instituições voltadas para a defesa das pautas femininas e feministas; Atas e Manifestos de Encontros ou de Formação de movimentos de mulheres e feministas no período; Documentos de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Oxfam e a Anistia Internacional; Comunicados conjuntos (CC); Matérias jornalísticas em plataformas de mídia digital; Relatórios de eventos voltados ao mesmo tempo para a resolução do conflito e para o papel das mulheres no processo; e, finalmente, os próprios documentos finais dos *Acordos de Paz de La Habana*.

Por meio desses documentos, buscamos compreender as diferentes estratégias adotadas pelos movimentos de mulheres e feministas no intuito de promover e garantir direitos na Colômbia, no período compreendido entre os anos de 2012 e 2016. Conforme aponta Vianna (2014), o uso de documentos como peças etnográficas significa compreendê-los como construtores da realidade social, tanto no que tange a produção de novos entendimentos sobre uma temática específica localizada em um período delimitado de espaço-tempo, como os significados os quais os documentos conscientemente reafirmam.

O intuito dessa dissertação foi, então, o de desenvolvê-la por meio de uma *etnografia de documentos* (HULL, 2012; VIANNA, 2014; LOWENKRON; FERREIRA, 2014). Com isso, devemos, assim como em qualquer etnografia, buscar compreender o que nos é mostrado, a maneira como o texto é construído, a polifonia de vozes e mãos presentes na sua fabricação, suas dimensões materiais e ideológicas, os lugares ocupados pelos diferentes documentos nos processos e ações, suas ausências, lacunas e, também, silêncios. São nas estruturas (re)produzidas nos documentos que encontramos as faltas e parcialidades que devem ser entendidas como “achados de pesquisa”, tanto por sua força enquanto produtos de uma realidade específica como, também, por serem agentes sociais.

Esse “novo” papel e agência atribuído aos documentos passa a ser significativo quando os compreendemos enquanto “tradução de subjetividades de realidades diversas”. Assim, devemos romper com o entendimento de que documentos sejam apenas instrumentos burocráticos de organizações. Estes refletem regras compartilhadas entre os agentes em disputa, ideologias, conhecimentos, práticas, subjetividades e as próprias organizações e instituições que os produziram (HULL, 2012).

Etnografar documentos possibilita a compreensão desses instrumentos enquanto resultados de práticas sociais e pode, inclusive, revelar as tensões e negociações que se estabeleceram nas relações entre os agentes (VIANNA, 2014). Em nossa dissertação buscamos pontuar, sempre que possível, os silenciamentos, as/os agentes, os conhecimentos e as ideologias presentes nos documentos analisados, destacando as vozes envolvidas nas negociações e as visões (re)afirmadas. Por fim, devemos pontuar que todo documento deve ser entendido como um *corpus vivo*, que se altera e que constrói novos mundos a cada nova leitura realizada (VIANNA, 2014).

Para o desenvolvimento da produção e da análise dos dados tivemos como objetivo central buscar (re)construir historicamente o último processo de construção de paz na Colômbia (2012-2016) a partir das ações empreendidas pelos movimentos de mulheres e feministas no país. O intuito era *compreender se e como eram trabalhadas as questões interseccionais nos documentos produzidos no período para sustentar o desenvolvimento do conceito de Ativismo Interseccional Feminista (AIF)*.

Para a escrita do nosso capítulo três, compreendido como um tópico empírico-analítico, criamos, em um primeiro momento, uma **Cronologia dos acontecimentos**<sup>7</sup> baseado fundamentalmente na “Cronologías de los diálogos con las FARC-EP<sup>8</sup>” organizado pela instituição *Humanas Colombia – Centro Regional de Derechos Humanos e Justicia de Género*, e por notícias e notas produzidas por organizações como a *Corporación Humanas Colombia*, *Ruta Pacífica de Mujeres*, *Sisma Mujer*, *ONU Mujeres Colombia*, *Red Nacional de Mujeres*, entre outras.

As ações selecionadas para integrar a nossa cronologia foram aquelas organizadas por movimentos de mulheres e feministas que trabalhavam de forma paralela com a questão da construção da paz no país e a temática de gênero, podendo versar sobre o impacto do conflito sobre os corpos das mulheres, participação nas mesas de negociação, proposição de ideias e recomendações a partir do enfoque de gênero e outras temáticas correlatas (Quadro 01). Todas as ações que foram selecionadas ocorreram dentro do período temporal delimitado anteriormente.

Após a criação e organização da nossa cronologia, realizamos um levantamento de documentos de outras fontes que não aquelas apontadas anteriormente para que fosse verificada a existência de tais eventos e ações. Além disso, o material coletado contribuiu para

<sup>7</sup> A nossa Cronologia dos acontecimentos está disponível no apêndice um da presente dissertação.

<sup>8</sup> A cronologia organizada pela organização *Humanas Colombia* está disponível no link < [https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>.

um entendimento mais aprofundado dos casos selecionados para análise. Vale ressaltar que em alguns documentos levantados sobre eventos organizados, como nos Relatórios das duas *Cumbres Nacionales de Mujeres y Paz*<sup>9</sup>, havia a reprodução das falas de algumas das participantes que estavam no evento representando determinados movimentos sociais. Nesses eventos selecionados, analisamos apenas as falas de mulheres lideranças ligadas a movimentos de mulheres e feministas.

#### QUADRO 01 – Relação de documentos analisados ao longo do capítulo três

##### DOCUMENTOS COLETADOS E ANALISADOS

*	DELEGADOS DO GOVERNO NACIONAL DA COLÔMBIA E DAS FARC-EP. <b>Acordo Geral para a Terminação do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Douradora</b> . Bogotá, 2012
*	PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. <b>Resolución numero 339 de 2012</b> . Bogotá, 2012.
*	MUJERES POR LA PAZ. <b>Acta de conformación. Mujeres por la Paz</b> . Humanas Colombia: Colombia, outubro de 2012a.
*	RUTA PACIFICA DE MUJERES. <b>Carnaval de Mujeres por la Paz</b> . Bogotá, 17 de out. de 2012
*	MUJERES POR LA PAZ. <b>La paz sin las mujeres ¡No va! Manifiesto de las mujeres por la paz</b> . Humanas Colombia: Colômbia, 4 de dezembro de 2012b.
*	PLATAFORMA SUR DE PROCESOS SOCIALES. <b>Encuentro nacional e internacional de mujeres por la dignidad y la paz</b> . Colômbia: 2013.
*	CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Las mujeres le hablan a La Habana. Bogotá, 31 de jul. de 2013. In: HUMANAS COLOMBIA. <b>Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP</b> . 2020.
*	CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ. <b>Sistematización 1er Cumbre</b> . Bogotá, 2014.
*	CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Movilización de Mujeres por la Paz. Bogotá, 22 de nov. de 2013. In: HUMANAS COLOMBIA. <b>Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP</b> . 2020
*	MARCHA PATRIÓTICA. <b>Mujeres constructoras de PAZ / MARCHA 22 DE NOVIEMBRE</b> . Youtube. 18 de nov. de 2013.
*	AGENCIA PRENSA RURAL. <b>¿Qué eligen las mujeres? Tod@s a las calles este 22 de noviembre</b> . Youtube. 21 de nov. de 2013.
*	PRENSARURAL. <b>Santos nombra a dos mujeres para reforzar negociación en la habana</b> . S.l., 26 de nov. de 2013
*	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL

<sup>9</sup> A primeira Cumbre Nacional de Mujeres y Paz ocorreu entre os dias 23 a 25 de outubro de 2013 na cidade de Bogotá, tornando um espaço essencial para a criação de redes e articulações entre os segmentos de mulheres no país. A segunda edição do evento ocorreu entre os dias 19 e 21 de setembro de 2016 e teve como tema central a frase: “participamos y decidimos em la construcción de Paz en Colombia”. As discussões presentes nos eventos estão registradas no capítulo três da presente dissertação.

- DE COLOMBIA. **Informe y Balance General - Foros Nacional y Regionales sobre víctimas**. Impresol Ediciones: s.l., 2014
- \* PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA; FARC-EP. **Comunicado Conjunto No. 37 - Declaração de princípios para a Discussão do ponto 5 da Agenda: Víctimas**. Bogotá: 2014.
- \* CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. I Encuentro: derechos de las mujeres, justicia transicional y construcción de paz. Bogotá, 01 de dez. de 2014. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**.
- \* CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Expertas a la Subcomisión de Género. Bogotá, 15 de dez. de 2014. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**.
- \* CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Segunda delegación de expertas a la Subcomisión de Género. Bogotá, 11 de fev. de 2015. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**.
- \* CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Tercera delegación de expertas a la Subcomisión de Género. Bogotá, 07 de mar. de 2015. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**.
- \* ICTJ. **En el Día de las Víctimas, Colombia marcha por la paz**. 2015.
- \* CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Mujeres por la Paz se suma a la marcha del 9 de Abril. Bogotá, 08 de abr. de 2015. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**.
- \* CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Organizaciones de mujeres le escriben a la Mesa de Conversaciones. Bogotá, 30 de abr. de 2015. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**.
- \* CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Foro: La paz tiene nombre de mujer: el papel de la mujer en la construcción de paz en Colombia. Bogotá, 22 de jul. de 2015e. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**.
- \* EL UNIVERSAL. **Mujeres víctimas del conflicto definen su rol ante un eventual acuerdo de Paz**. Cartagena, 22 de jul. de 2015.
- \* CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Farc-Ep proponen crear equipo para investigación sobre violencia sexual. Bogotá, 01 de ago. de 2015f. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**.
- \* CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Reunión con mujeres excombatientes en La Habana. Bogotá, 18 de maio de 2016a. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**.
- \* CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Se logra el Acuerdo Final del proceso de paz. Bogotá, 24 de ago. de 2016b. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**.
- \* CORPORACION NUEVO ARCO IRIS. **Foro Internacional Memoria Histórica y Verdad de las mujeres en Colombia**. s.l., 2015
- \* DEJUSTICIA. **2do Encuentro sobre Mujeres y Justicia Transicional**. Bogotá, 6 de ago. de 2015.
- \* UN MILLON DE MUJERES DE PAZ. **Nos movilizamos por la construcción de la paz y la reconciliación**. s.l., 29 de fev. de 2016.

- \* PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA; FARC-EP. Comunicado Conjunto No. 82. Bogotá, 2016.
- \* WRADIO. **Mujeres excombatientes de varios países dialogan con negociadoras colombianas.** s.l., 18 de maio de 2016.
- \* CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ. **Sistematización II Cumbre Nacional de Mujeres y Paz.** Bogotá, 2016.
- \* CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ. **Resumen Ejecutivo II Cumbre Nacional de Mujeres y Paz.** Bogotá, 2016.
- \* CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ. **Manifiesto Política – Las Mujeres vamos por la paz.** Bogotá, 2016.
- \* NOTICIAS CARACOL. **Les doy la bienvenida a la democracia: Santos y 'Timochenko' firman Acuerdo Final.** Colômbia: 27 de set. de 2016.
- \* OFICINA DEL ALTO COMISIONADO PARA PAZ et al. **Participación de las organizaciones de mujeres que realizaron aportes en el marco del proceso de paz con las FARC.** s.l., 2017
- \* FISAS, Vicenç. **Negociar la Paz con las FARC.** Barcelona: Icaria, 2016.
- \* CALBET, Néstor. **La violencia sexual en Colombia, mujeres víctimas e constructoras de paz.** Institut de Drets Humans de Catalunya, Barcelona, 2018.
- \* BRETT, Roddy. **LA VOZ DE LAS VICTIMAS EN LA NEGOCIACIÓN: sistematizacion de una experiencia.** Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2017.
- \* CHAPARRO GONZÁLEZ, Nina; MARTÍNEZ OSORIO, Margarita. **Negociando desde los márgenes: la participación política de las mujeres en los procesos de paz en Colombia (1982-2016).** Bogotá: Centro de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, 2016.
- \* FERNÁNDEZ-MATOS, Dhayana C.; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, María N. La paz sin las mujeres ¡No va! El proceso de paz colombiano desde la perspectiva de género. **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**, n.º 121, abril de 2019.
- \* SUSA, Dora Isabel Díaz. Integración de la perspectiva de género en la mesa de conversaciones entre el gobierno nacional y las FARC-EP. Un hecho inédito. **EN OTRAS PALABRAS...** no. 23. 2015.
- \* CÉSPEDES-BÁEZ, Lina M.; JARAMILLO; Ruiz Felipe. Peace without women does not go! Women’s struggle for inclusion in Colombia’s peace process with the FARC. **Colombia Internacional**, n.º 94, p. 83-109, 2018.

Fonte: Pesquisa ‘La paz sin las mujeres ¡no va!’ (2020).

Percebemos, ao longo do processo, que essas agentes conseguiram, durante seus discursos, pontuar de forma estratégica a interseccionalidade, ou então, a conexão de marcadores sociais, sendo este um ponto central para futuras intervenções de paz. O mesmo não ocorreu, por exemplo, com mulheres ligadas aos movimentos de desaparecidos ou aos movimentos sindicais que buscaram destacar questões mais específicas, voltadas apenas para

o respectivo segmento<sup>10</sup>. Assim, para delimitar e facilitar nossa análise dos documentos, investigamos os discursos reportados por mulheres lideranças de movimentos de mulheres e feministas da Colômbia.

De forma geral, buscamos, a partir da definição das ações, eventos e das lideranças a serem investigadas, adotar como estratégia de análise a identificação e a contextualização, por meio da leitura dos documentos, da maneira como o conceito de gênero se relacionava com outros marcadores sociais da diferença, e, especialmente, se o mesmo estava sendo tratado no sentido de criação de alianças e lutas conjuntas para a reivindicação de direitos para os diferentes segmentos de mulheres do país. Dessa forma, em um primeiro momento, realizamos a leitura e a marcação ao longo do texto das sentenças onde identificávamos essa estruturação de lutas e, depois, retornamos às partes selecionadas previamente para criar as interconexões e para compreender de forma mais geral como isso ocorreu.

Já para o desenvolvimento do capítulo quatro, foi realizada uma análise da primeira versão dos documentos de paz de La Habana, firmado no dia 24 de agosto de 2016, entre as partes em negociação, a saber: o governo nacional da Colômbia e as FARC-EP. A análise consistiu em duas principais etapas. Em um primeiro momento, realizamos uma primeira leitura dos seis acordos base, além dos protocolos adicionais e anexos complementares aos acordos. A listagem dos documentos encontra-se no quadro 02.

#### QUADRO 02 – Relação de documentos analisados ao longo do capítulo quatro

<i>Ponto 1</i>	<i>Hacia un Nuevo Campo Colombiano: Reforma Rural Integral</i>
<i>Ponto 2</i>	<b>Participación política:</b> Apertura democrática para construir la paz
<i>Ponto 3</i>	<b>Fin del Conflicto</b>
<i>Ponto 4</i>	<b>Solución al Problema de las Drogas Ilícitas</b>
<i>Ponto 5</i>	<b>Acuerdo sobre las Víctimas del Conflicto:</b> “Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición”, incluyendo la Jurisdicción Especial para la Paz; y Compromiso sobre Derechos Humanos
<i>Ponto 6</i>	<b>Implementación, verificación y refrendación</b>
*	Protocolo y Anexo del capítulo de <b>INTRODUCCIÓN</b> del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
*	Protocolo capítulo de <b>REGLAS QUE RIGEN EL CESE AL FUEGO Y DE HOSTILIDADES BILATERAL Y DEFINITIVO (CFHBD) Y DEJACIÓN DE LAS ARMAS (DA).</b>

<sup>10</sup> Aqui queremos pontuar que algumas lideranças mulheres que representavam diferentes organizações como sindicais, partidos políticos e outras, muitas vezes, em suas falas, não pautavam, por exemplo, a diversidade de mulheres e as demandas específicas de cada segmento. Reproduziam e reforçavam alguns entendimentos que iam em direções opostas àquelas reivindicadas pelos movimentos de mulheres e feministas no país.

- \* Protocolo del capítulo **DESPLIEGUE DEL MECANISMO DE MONITOREO Y VERIFICACIÓN** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo del capítulo Monitoreo y Verificación: **FLUJO DE LA INFORMACIÓN DEL MM&V** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo del capítulo de Monitoreo y Verificación: **COMUNICACIONES ESTRATÉGICAS** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo del capítulo de Monitoreo y Verificación: **OBSERVACIÓN Y REGISTRO del MM&V** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo del capítulo de Monitoreo y Verificación: **COORDINACIÓN DEL MM&V** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo del capítulo de Monitoreo y Verificación: **CÓDIGO DE CONDUCTA PARA LAS Y LOS INTEGRANTES DEL MM&V** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo del capítulo de Monitoreo y Verificación: **SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo del capítulo de Monitoreo y Verificación: **MANDATO DEL MM&V** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo y Anexos del capítulo de **DISPOSITIVOS EN EL TERRENO Y ZONAS** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo y Anexos del capítulo de Dispositivos en el Terreno y Zonas - **RUTAS DE DESPLAZAMIENTO – RD- Y COORDINACIÓN DE MOVIMIENTOS EN EL TERRENO** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo del capítulo de Seguridad para **LAS y LOS INTEGRANTES DEL MECANISMO DE MONITOREO Y VERIFICACION (MM&V)** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA)
- \* Protocolo del capítulo de Seguridad para **LAS Y LOS DELEGADOS Y SERVIDORES PUBLICOS** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo del capítulo de Seguridad para **LAS Y LOS INTEGRANTES DE LAS FARC-EP** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo del capítulo de Seguridad para la **POBLACIÓN CIVIL** del

- Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo del capítulo de Seguridad para los **DESPLAZAMIENTOS** de las FARC-EP del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo del capítulo de Seguridad para los **DISPOSITIVOS EN EL TERRENO** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolos de seguridad para la **MANIPULACIÓN, ALMACENAMIENTO, TRANSPORTE Y CONTROL ARMAS** durante el CFHBD y DA
- \* Protocolo y Anexos del capítulo de **LOGÍSTICA** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* Protocolo y Anexos del capítulo de **DEJACION DE ARMAS (DA)** del Acuerdo de Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo (CFHBD) y Dejación de las Armas (DA).
- \* **Anexo A** – Procedimiento de registro, identificación, marcado y almacenamiento de las armas.
- \* **Acuerdo** 11 de mayo de 2016.
- \* **Acuerdo especial**, 19 de agosto de 2016.
- \* **Ley de amnistía, indulto y tratamientos penales especiales**
- \* **Acuerdo especial** de ejecución para seleccionar al secretario ejecutivo de la jurisdicción especial para la paz y asegurar su oportuna puesta em funcionamiento
- \* **Acuerdo** para facilitar la ejecución del cronograma del proceso de dejacion de armas alcanzado mediante acuerdo de 23 de junio de 2016

Fonte: Pesquisa 'La paz sin las mujeres ¡no va!' (2020).

A segunda etapa de análise deu-se por meio da identificação a respeito da forma pela qual certos marcadores interseccionais foram conjugados com o marcador gênero, adotado como central em nossas análises. Assim, ao longo das 297 páginas que compõem os *Acordos de La Habana*, procuramos compreender como o enfoque diferenciado de gênero era inserido nos programas, planos e ações previstos nesses documentos. Além disso, buscamos perceber como outros marcadores sociais da diferença se conectavam e interligavam (ou não) com o gênero. Com isso, tornou-se possível questionar conceitos e seus respectivos entendimentos em disputa pelos feminismos colombianos, na forma como estavam contidos nos documentos de paz.

Pelo fato dos Protocolos Adicionais e Anexos dizerem respeito a um dos seis Acordos base, organizamos nosso capítulo a partir dos pontos de um a seis, inserindo sempre que necessário os conteúdos desses documentos adicionais. A decisão por realizar dessa forma o

desenvolvimento do capítulo justifica-se pela centralidade da adoção do enfoque de gênero nos próprios Acordos base e pela maneira marginal pelo qual a temática de gênero e as relações com marcadores interseccionais foram tratadas ao longo dos Protocolos e Anexos presentes na primeira versão dos Acordos de Paz de La Habana.

Por fim, gostaríamos de pontuar a árdua tarefa de se trabalhar com documentos, sejam eles oficiais ou não. No desenrolar da pesquisa, lidamos com a ausência ou a falta de páginas de alguns documentos, bem como o *status* de indisponibilidade de cópias digitais. Além disso, outro obstáculo encontrado durante a coleta de documentos para a pesquisa diz respeito ao fato de que muitas informações presentes em *sites* de organizações e plataformas de notícias foram retiradas do ar, o que nos dificultou no processo de verificação de alguns dados. Por mais que diversas iniciativas tenham buscado divulgar e registrar todas as etapas, diálogos e negociações que envolveram os processos de paz, algumas informações foram perdidas e outras não foram registradas.

Reconhecemos, assim, que o emprego de entrevistas semiestruturadas poderia facilitar o preenchimento de algumas lacunas no que tange as ações dos movimentos de mulheres e feministas e tornar o trabalho algo mais próximo dessas lideranças e organizações. Porém, por uma série de questões, tais como tempo e financiamento, não foi possível realizar um trabalho de campo mais aprofundado juntamente com as organizações de mulheres na Colômbia. O emprego da etnografia de documentos mostrou-se como um caminho possível e mais viável para responder à nossa pergunta de pesquisa, enquadrando-se como uma perspectiva válida para as análises de pesquisas nas ciências sociais, em especial na Ciência Política.

### **1.3 Organização dos capítulos**

A pesquisa desenvolvida nas próximas páginas justifica-se pela tentativa de compreensão das diferentes dinâmicas construídas pelos e entre os movimentos sociais e a forma como podem afetar os processos de tomada de decisão dos agentes chave em processos de negociação de conflito. Além disso, o presente trabalho busca demonstrar empiricamente as articulações construídas pelos movimentos feministas com outros agentes de movimentos sociais, como movimentos negros, LGBTI+, indígenas, e como de forma convergente foram capazes de mobilizar e organizar demandas diversas e plurais em uma luta conjunta, o que contribuiu para a produção teórica já existente sobre feminismos e política na América Latina. Como veremos, os feminismos colombianos tiveram papel protagonista no processo de

construção da paz no país. Dessa forma, a dissertação contribui de forma sistemática tanto para o campo da Ciência Política, quanto para os estudos feministas e de gênero.

Essa dissertação está dividida em quatro capítulos, para além desta presente introdução e das considerações finais. Nas discussões desenvolvidas no capítulo dois da dissertação, buscamos sustentar teoricamente o conceito de *ativismos interseccionais feministas*. Para que isso seja possível, recorreremos, por meio da discussão realizada por Judith Butler em seu livro “Corpos em aliança e a política das ruas: Notas sobre uma teoria performativa de assembleia” (2018) a obras que buscam trabalhar com as questões que envolvem a temática dos activismos (YOUNG, 2001; 2014; ABERS, VON BULLOW, 2011; ABERS et al., 2014; MATOS, ALVAREZ, 2018; OSAKABE, 2017; 2019) e interseccionalidade (CRENSHAW, 1991; 2004; DAVIS, 2016; RODRIGUES, 2013). Por meio da conjugação desses conhecimentos teóricos, tornou-se claro como os movimentos feministas de quarta onda na América Latina (MATOS, 2011; 2014) passaram a atuar em diversas frentes e arenas políticas, sejam estas estatais ou sociais nos países da região, e desenvolveram as suas ações por meio de demandas e pautas interseccionais.

No capítulo três, buscamos abordar as principais estratégias de ação adotadas pelos movimentos de mulheres e feministas na Colômbia no período compreendido entre os anos de 2012 e 2016. O período foi marcado por intensa mobilização dos movimentos que se envolveram em estratégias de reivindicação por reconhecimento e direitos em diversas esferas sociais (RUEDA, 2011; CÉSPEDES-BAÉZ, RUIZ; 2017). Assim, reconstruímos, ao longo do capítulo, as ações empreendidas pelos movimentos feministas, destacando o caráter interseccional das lutas estabelecidas que ajudarão na materialização do termo *ativismos interseccionais feministas*.

No capítulo quatro, realizamos a análise dos *Acordos de Paz de La Habana*, assinados entre as partes em negociação, no dia 24 de agosto de 2016 em Havana (Cuba). O documento representa um importante avanço no que tange à garantia de direitos para segmentos historicamente marginalizados durante os mais de 50 anos de conflito colombiano. Os Acordos Finais refletem a postura dos respectivos agentes no reconhecimento do impacto diferenciado do conflito sobre as mulheres e sobre outros grupos em condição de vulnerabilidade ao longo do conflito. Assim, buscamos trabalhar os documentos a partir da identificação e compreensão dos marcadores interseccionais, percebendo como os agentes em negociação institucionalizaram simbolicamente a agenda de gênero nos documentos de paz.

No capítulo cinco, apresentamos brevemente os desdobramentos do resultado do plebiscito realizado no país para confirmar o apoio da população a respeito dos Acordos de

Paz de La Habana. Buscamos identificar os agentes envolvidos para o rechaço das negociações de paz, as disputas de ideias e de posicionamentos no que tange o enfoque de gênero presente nos documentos, o novo arranjo de relacionamentos entre os agentes em negociação, a presença “recente” dos grupos neoconservadores e as alterações ocorridas no documento de paz, após a retomada das negociações (CORREAL, 2017; MUELLE, 2017; FERNÁNDEZ-MATOS; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, 2018; BASSET, 2018). Por fim, com as considerações finais realizamos um balanço das discussões desenvolvidas ao longo da dissertação, apontando para a conceituação dos ativismos interseccionais feministas como uma nova forma de intervenção empreendida pelos movimentos de mulheres e feministas no processo de adensamento democrático e de construção da paz na Colômbia.

## 2. COMPARTILHANDO IDEIAS E LUTAS POR JUSTIÇA SOCIAL: COMPREENDENDO OS ATIVISMOS INTERSECCIONAIS FEMINISTAS NA COLÔMBIA

O processo de construção da paz na Colômbia (2012-2016) contou com a participação de diversos movimentos sociais progressistas que estiverem alinhados na construção de um projeto de paz mais inclusivo e democrático. A incorporação de um enfoque diferenciado de gênero só se tornou possível pelo sistema de alianças que foi estabelecido durante esse período. A construção de processo de transição para a paz no país tornou-se único e de extrema importância, podendo ser apontado como aquele que mais contou, numericamente, com a participação popular nos últimos anos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA, 2014). Além disso, os Acordos de Paz de *La Habana* (2016) podem ser entendidos como um dos mais avançados no que tange às temáticas de gênero e sexualidade, demonstrando a prioridade atribuída pelas partes envolvidas no conflito no reconhecimento do papel das vítimas na resolução do conflito armado (FISAS, 2016; CALBET, 2018).

Ao postular a necessidade de se construir a paz por meio da participação popular, levando em consideração as experiências individuais e coletivas dos indivíduos que vivenciaram diferentemente o conflito colombiano, os movimentos feministas assumiram um importante papel na tentativa de construção de um projeto democrático mais participativo e inclusivo no país. Os movimentos de mulheres e feministas na Colômbia buscaram construir relações com outros movimentos sociais, como os movimentos negros, LGBTI+ e indígenas, e de forma convergente foram capazes de mobilizar e organizar demandas diversas e plurais em uma luta conjunta.

O presente capítulo busca apresentar uma discussão teórica sobre diferentes formas de organizações ativistas, sobre o conceito de interseccionalidades e formação de alianças para se tentar compreender as múltiplas e plurais formas de atuação dos movimentos de mulheres e feministas na América Latina. Esse cenário teórico de análise/reflexão sobre as ações interseccionais conjuntas do ativismo de mulheres na América Latina será trabalhado de forma a se criar um diálogo entre teoria e prática feminista que nos servirá para compreender as ações empreendidas pelos movimentos de mulheres e feministas na Colômbia durante o período analisado. Esperamos com essa discussão estabelecer uma base de sustentação para o desenvolvimento teórico do conceito de *ativismo interseccional feminista*, que se apresenta como um desafio para a presente Dissertação de mestrado.

## **2.1 As ondas dos feminismos: diálogos entre Colômbia, Brasil e América Latina**

Para tornar mais fácil a compreensão e evolução dos movimentos feministas na América Latina e no mundo, uma série de autoras como Pinto (2003), Matos (2010), Valdivieso (2012), Paradis (2013) e tantas outras, buscaram por meio da metáfora das ondas agrupar as lutas e demandas dos feminismos em determinados períodos temporais e espaciais. Na presente Dissertação adotamos a existência de 4 ondas dos feminismos, em conformidade com Matos (2010). A ideia de onda é usada para se mostrar que avanços em determinadas pautas levam a retrocessos em outras, rompendo com a percepção errônea de que estamos trilhando um rumo linear até a plena conquista de direitos. Como sabemos, a conquista de algumas pautas progressistas poder vir a gerar um movimento de mesma força, porém de direção oposta. Assim, quando se começa a discutir sobre direitos reprodutivos, por exemplo, uma resposta conservadora é gerada para frear esses avanços.

Para fins dessa Dissertação, utilizaremos a analogia das ondas, pois acreditamos que ela seja uma boa forma de compreender o desenvolvimento dos movimentos feministas, na Colômbia, no Brasil e na América Latina. Vale pontuar que nossa intenção na presente seção é agrupar discussões das ondas feministas na Colômbia e no Brasil e, quando possível, abordar o panorama geral da América Latina. Assim, buscaremos indicar o período compreendido bem como as principais demandas e lutas dos movimentos nessas localidades.

O primeiro momento ou onda dos movimentos feministas na América Latina se traduz na luta pelo voto feminino dentro do movimento sufragista. Era uma luta centrada na conquista da participação eleitoral das mulheres como candidatas e eleitoras. Esse primeiro momento, no Brasil, esteve intrinsecamente ligado à figura de Bertha Lutz, assumindo como ponto central a incorporação da mulher como portadora de direitos políticos (PINTO, 2003).

As ações dos movimentos foram organizadas basicamente por mulheres das classes médias e altas, frequentemente ligadas a famílias envolvidas com a vida política ou com intelectuais que tiveram a oportunidade de estudar em outros países, entrando em contato com outras realidades e lógicas democráticas mais inclusivas (PINTO, 2003; MATOS, 2010). Para Céli Pinto (2003), esse primeiro momento dos feminismos poderia ser entendido como um “feminismo bem-comportado”.

Diferentemente da produção acadêmica brasileira, na Colômbia, não encontramos a construção de um entendimento de ondas do feminismo focado na genealogia do movimento no país. De modo geral, podemos identificar alguns agrupamentos de autoras e autores que

buscaram compreender os períodos do feminismo em escala mundial, dividindo-os em três momentos (VALCÁRCEL, 2000; RUEDA, 2011). Para essas autoras, o feminismo de primeira onda seria aquele produto da Revolução Francesa (1789-1799), período marcado por alterações de paradigmas e críticas sobre a condição feminina, as relações de poder/dominação estruturadas nas dinâmicas entre os sexos, além de buscarem pela razão e soberania<sup>11</sup>.

Vale salientar que entre a primeira e a segunda onda, sejam aquelas mencionadas e trabalhadas por acadêmicas brasileiras ou colombianas, existe um lapso temporal entre os dois momentos. Para as colombianas, a distância temporal ocorre entre o período da Revolução Francesa e a luta sufragista. Já no Brasil, há um longo período entre a luta sufragista e a emergência da segunda onda do feminismo.

O segundo momento dos feminismos no Brasil se desenvolveu durante o regime militar entre os anos 1970 e 1980, em um contexto marcado pelas resistências e lutas das mulheres contra o autoritarismo do Estado, as violências e a falta de direitos (PINTO, 2003; MATOS, 2010). Os movimentos de mulheres e feministas, nesse período, se organizaram em oposição ao Estado militar repressor, discutindo de forma autônoma e consolidando os interesses das mulheres no período, o que gerou uma maior articulação do grupo na esfera pública. De forma geral, essa onda do feminismo, tanto no Brasil como em outros países na América Latina, se caracterizou como uma resistência contra os governos militares, que se refletia na luta contra os ideais de masculinidade e as diversas formas de violência dirigida às mulheres (PINTO, 2003; MATOS, 2010).

Nesse momento, os movimentos de mulheres e feministas atuaram em conjunto com os partidos de esquerda, lutando contra o regime capitalista e a favor da construção democrática do país. As ações de resistências ocorreram a partir de questionamentos e mesmo da rejeição de práticas de atuação que se baseavam em ideias hierárquicas, androcêntricas e racistas dentro dos partidos de esquerdas e de outros movimentos revolucionários durante o período. Paradis (2013) aponta que essas últimas organizações, normalmente, invisibilizavam e não reconheciam os marcadores de gênero no âmbito das lutas políticas gerais.

Na América Latina, as campanhas pela cidadania das mulheres ocorreram por meio da associação das reivindicações baseadas por justiça de gênero a objetivos mais amplos, como

---

<sup>11</sup> Não encontramos ao longo de nossa pesquisa uma discussão aprofundada sobre a primeira onda do feminismo para as autoras colombianas. O que fica claro é que esta desenvolveu-se no período da Revolução Francesa e foi marcada pelo questionamento de normas e padrões que enquadravam as mulheres a uma condição de subalternidade.

aqueles voltados para os Direitos Humanos e a reconstrução democrática nesses países (MOLYNEUX, 2008; PARADIS, 2013). Um ponto que nos interessa (e muito) na discussão da segunda onda na América Latina diz respeito à construção de articulações dos movimentos de mulheres e feministas na luta pela construção democrática, a partir de alianças estabelecidas com outros movimentos sociais da região (FARIA, 2005). A ideia de lutas interseccionais feministas e conjuntas, ou então do próprio *ativismo interseccional feminista*, que hoje faz parte da gramática de relações políticas dos movimentos feministas, possui um passado de experiências compartilhadas pelos movimentos latino-americanos que estiveram unidos, mesmo que momentaneamente, em busca da redemocratização de seus Estados.

Em um momento em que os Estados latino-americanos representavam o emprego da violência contra as mulheres e o apagamento e a não consideração de demandas de participação, os feminismos desse período se constituíram a partir de uma lógica de oposição ao Estado. Para Alvarez (2000), a aversão ao Estado levou os movimentos a agirem de forma autônoma:

[p]ara um movimento que emergia e buscava delimitar seus contornos, a defesa de espaços próprios de organização e, em especial, de autodeterminação das pautas e das prioridades, tornou-se central, o que explica, em certa medida, as tensões entre as mulheres organizadas dessa época (ALVAREZ, 2000 *apud* PARADIS, 2013, p. 45)

Por outro lado, para as autoras colombianas, a segunda onda do feminismo estaria ligada a algumas reivindicações como o sufrágio universal, o acesso à educação superior, igualdade de condições de trabalho e de direitos. Além de reivindicarem pelo controle de seus corpos a partir da garantia de direitos sexuais e reprodutivos. Valcárcel (2000) destaca que os movimentos feministas buscavam pela cidadania das mulheres e a mudança de alguns padrões morais que afetam diretamente a vida das mulheres.

No que tange a luta sufragista na Colômbia, as mulheres possuem um longo histórico de luta pelo direito de votar e ser votada. Por volta de 1920, lideranças como Ofelia Uribe de Acosta e Georgina Fletcher estiveram organizando ações no país para debater sobre os direitos das mulheres, principalmente sobre o direito ao sufrágio feminino. Uma dessas ações foi a organização, em 1930, na cidade de Bogotá do IV Congresso Internacional Feminino (SÁNCHEZ GÓMES, n.d.). O reconhecimento do voto feminino na Colômbia ocorreu muitos anos depois, durante o governo militar de Gustavo Rojas, através da aprovação do ato

legislativo número 3 da Assembleia Nacional Constituinte<sup>12</sup> em 1954. No entanto, as mulheres passaram a exercer esse direito apenas em 1957 em um Plebiscito convocado pela Frente Nacional. Mesmo com o avanço na agenda de direitos das mulheres, não ocorreu uma mudança na estrutura da sociedade, o que impediu, durante alguns anos, o acesso a esse direito a algumas mulheres, principalmente aquelas que não viviam nos grandes centros urbanos (LUNA, 2000; FRANCO, n.d.).

Como apontado anteriormente, algumas autoras passam a reivindicar por outros entendimentos das classificações de ondas, buscando dialogar ou enquadrar a partir da evolução dos feminismos no país. Canavate (2009)<sup>13</sup>, por exemplo, compreende a segunda onda como um novo ciclo iniciado nos anos 70 e que contou com a formação de pequenos grupos, a maior parte deles informais e isolados, localizados nas grandes cidades do país. Os grupos passam a se fortalecer e a consolidar-se ao longo dos anos 80, em todas as regiões colombianas, seu crescimento passa a incorporar as múltiplas diferenças de classe, raça, etnia, orientação sexual e religiosidade.

O período também é marcado pela aproximação com ideias socialistas e de esquerda, que durante os anos 70 ganharam destaque em algumas áreas como nas universidades, nos sindicatos e em certos grupos clandestinos na Colômbia. Para além das reivindicações que envolvem a classe, os movimentos passam a demandar, em diferentes graus, por autonomia e independência e a criticar as instituições do Estado, os partidos políticos, a igreja e a família burguesa. O feminismo de segunda onda, para a autora, a partir de diferentes tendências políticas e teóricas, se diferencia do período sufragista devido ao questionamento de todos os dogmas e valores que prevalecem na cultura colombiana no que toca o lugar das mulheres na sociedade (CANAVATE, 2009; GÓMEZ, 2017).

A partir da segunda metade dos anos 1980, uma série de transformações passou a ocorrer nos países latino-americanos, como a interrupção de cenários de violência e lutas armadas para um momento de retomada democrática. Esse período foi marcado, no contexto internacional, principalmente pelas Conferências Mundiais da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre questões sociais que buscavam influenciar a formulação de políticas nos

---

<sup>12</sup> Em 1954, é aprovado uma proposta na Assembleia Nacional Constituinte que garantia às mulheres a qualidade de cidadã de pleno direito, possibilitando-as votar e ser votadas (LUNA, 2000).

<sup>13</sup> Ao longo do nosso levantamento nos deparamos com o artigo “*Movimiento feminista o Movimiento de mujeres en Colombia*” (2009) de Doris Lamus Canavate. No texto, a autora trabalha com a segunda onda do feminismo no país em face às transformações do mundo, ficando em segundo plano a ideia de que, para a autora, a primeira onda estaria ligada a luta pelo direito ao voto. Procuramos outros documentos produzidos pela autora mas não conseguimos acesso online até o momento.

países da região (PARADIS, 2013). A terceira onda do feminismo contaria com a forte participação das mulheres em todo o processo de construção democrática. Dessa forma, Pinto (2003) denomina o período de “feminismo difuso” e apresenta uma maior ênfase sobre os processos de institucionalização e discussão das diferenças entre as próprias mulheres (MATOS, 2010).

O período marca uma reaproximação junto ao Estado, a partir do deslocamento dos grupos feministas de práticas autônomas para uma participação mais institucionalizada. O que observamos é a tentativa do movimento de influenciar diretamente a política eleitoral, a partir de novas formas de (inter)ação com as instituições do Estado (MATOS, 2010; PARADIS, 2013). Os feminismos na América Latina, dessa maneira, vão buscando ocupar e criar meios de diálogo com o Estado, principalmente por meio de organizações não governamentais (ONGs). Desse modo, poderíamos pensar no processo de institucionalização dos movimentos feministas naquele período como um momento de *onguização* dos movimentos (VARGAS, 2008; PARADIS, 2013).

A atuação por meio das ONGs feministas apresentava alto grau de profissionalização e especialização das integrantes, possibilitando a introdução de temáticas relativas a gênero nas agendas dos Estados nacionais e do ambiente internacional. Vale ressaltar que grande parte das críticas à institucionalização dos movimentos vinha, muitas vezes, de dentro do próprio movimento. Tais críticas se estruturavam pela pouca atenção dada pelas ONGs na formulação de questionamentos e ações que buscassem fundamentalmente a transformação das estruturas de dominação e discriminação do Estado (PARADIS, 2013)

As divergências no que tange as relações com o Estado marcaram os movimentos feministas criando dois polos diametralmente opostos de atuação. Por um lado, havia as *feministas institucionalizadas*, sendo elas entendidas como aquelas que pertenciam a organizações que possuíam canais formais de atuação junto aos governos e às organizações regionais e/ou internacionais. Do outro, as *feministas autônomas* compunham os coletivos feministas críticos àquelas estruturas, consideradas expressões institucionais do patriarcado. Elas articulavam suas ações sem depender dos agentes do Estado, dos partidos políticos ou de organismos internacionais de cooperação (VARGAS, 2008; PARADIS, 2013).

Os movimentos feministas no Brasil nesse período passam por transformações ao compreender outras formas de culturas políticas e de organização. Essas mudanças podem ser caracterizadas por quatro principais pontos, sendo eles: (i) a tentativa de mudanças de instituições democráticas, com a criação de conselhos e órgãos de atendimento à mulher – podemos apontar a criação dos Conselhos da Condição Feminina e as Delegacias de

atendimento especializado às mulheres; (ii) as tentativas de transformações do Estado, com a grande participação de mulheres no processo Constituinte; (iii) a busca por uma nova forma de atuação no espaço público, marcada por uma grande participação de diversos segmentos dos movimentos – mulheres negras, indígenas, lésbicas, rurais, etc.; e, por fim, (iv) uma especialização e profissionalização dos membros dos movimentos devido a sua atuação em ONGs (MATOS, 2010).

Por outro lado, na Colômbia, Valcárcel (2000) aponta que a terceira onda do feminismo se produz em 1968 e foca suas ações na luta contra o patriarcado, entendido como inimigo e que estrutura relações de opressão e subordinação sob as mulheres. Assim, para a autora, o feminismo de terceira onda não poderia se contentar apenas como o direito ao voto, mas está comprometido a um processo de crítica e revisão sistemática dos códigos, valores e comportamentos buscando identificar e eliminar as formas de discriminação contra as mulheres.

Diferentemente de Valcárcel (2001) e seguindo a mesma linha de pensamento de Canavate (2009), Gómez (2017) por meio de uma leitura das ondas aplicada a realidade dos feminismos colombianos aponta que a terceira onda é marcada pela nova carta constitucional de 1991, que institucionalizou a igualdade entre homens e mulheres em seu texto, mas que não foi capaz de solucionar o conflito social, política e armado no país. Nesse momento, as mulheres começam a especializar-se na reivindicação pela paz e a exigência de uma saída política e negociada para o conflito armado em curso.

O final dessa etapa, segundo a autora, ocorre com a assinatura dos Acordos de Paz de La Habana, momento no qual as mulheres passaram a ocupar importantes espaços de influência e negociação, seja como negociadoras ou consultoras. A participação fez com que elas passassem a incidir sobre assuntos voltados para as mulheres e para o enfoque de gênero (GÓMEZ, 2017). Porém, na presente dissertação, acreditamos que todo o período de negociação dos documentos de paz de La Habana é reflexo de um outro momento dos feminismos na Colômbia. Como discutiremos a seguir, acreditamos tratar-se de uma quarta onda do feminismo.

Assim, no Brasil, durante algum tempo, após a publicação do livro “Uma História do feminismo no Brasil”, a ideia da existência de três ondas do feminismo já havia sido aceita e absorvida pelos estudos acadêmicos. Com a entrada de governos de esquerda na América Latina e as novas formas de interação entre sociedade civil e Estado, observou-se uma mudança nas formas de atuação ativista dos movimentos de mulheres e feministas. Esse novo

fenômeno passa a indicar a necessidade de um novo quadro de análise conjuntural dos movimentos.

Após intensos debates acadêmicos e análises conjunturais dos feminismos na primeira década do novo milênio, e através de pesquisas, como “Mulheres e Políticas na América Latina: desafios à democracia na região”, desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPEM) e o Centro de Interesse Feminista de Gênero (CIFG) vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais, Marlise Matos (2010) postula a existência de uma quarta onda feminista que estaria em desenvolvimento nos países latino-americanos. Esse novo momento seria marcado pela institucionalização da agenda feminista e de gênero no âmbito estatal e, também, por ações transnacionais entre os movimentos feministas na América Latina, visando democratizar radicalmente as relações sociais, políticas e econômicas (MATOS, 2015). Para a autora, a quarta onda seria marcada pela

1) institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo, por intermédio da entrada (parcial) delas no âmbito do Poder Executivo e Legislativo destes países; 2) da criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas especialmente no âmbito federal (mas também, no Brasil, de amplitude estadual e municipal); 3) da consolidação no processo de institucionalização das ONGs e das redes feministas e, em especial, sob a influência e a capacidade de articulação e financiamento do feminismo transnacional e da agenda internacional de instituições globais e regionais [...] referidas aos direitos das mulheres; 4) uma nova moldura teórica (frame) para a atuação do feminismo: trans ou pós-nacional, em que são identificadas uma luta por radicalização anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos e outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul-Sul (MATOS, 2010, p.80)

Além das características apontadas acima, Matos e Paradis (2014) destacam que outro ponto marcante no cenário latino-americano seria o empenho dos movimentos de mulheres e feministas na despatriarcalização do Estado, ou seja, na organização de iniciativas que intentam desconstruir e reinventar estruturas que apresentariam traços patriarcais no âmbito da política institucional. Para as autoras, a despatriarcalização se refere aos “esforços em curso de descolonização/despatriarcalização do Estado, tomando como eixo central de análise a opressão de gênero ou de origem patriarcal, na chave de um processo de democratização social e do próprio Estado” (MATOS; PARADIS, 2014, p. 59).

As ações de despatriarcalização não podem ser pensadas desconexas de outras lutas contra as opressões que acabam sustentando as ações dos Estados nacionais contemporâneos. A entrada das mais diferentes mulheres feministas dentro da própria estrutura do Estado faz com que suas ações e formas de atuação sigam os contornos do que chamamos aqui (e que será trabalhado com mais atenção nas próximas seções) de *ativismos interseccionais*

*feministas*. Os feminismos de quarta onda baseiam-se na lógica de lutas interseccionais conjuntas, podendo elas se organizarem entre as mais diferentes identidades dentro dos movimentos feministas ou entre movimentos sociais pouco representados na arena pública.

Para Matos (2010), de maneira geral, a quarta onda do feminismo na América Latina busca atuar em áreas paralelas, seja na sociedade civil ou nas fronteiras entre sociedade e Estado. Torna-se necessário, na compreensão desse fenômeno, pontuar a importância de se considerar as características interseccionais, transversais e transdisciplinares entre diversos marcadores sociais como gênero, sexualidade, raça, classe, etnia, geração e outros. A dispersão de feminismos plurais baseados em entendimentos e conceitos dos feminismos negros e latinos<sup>14</sup> produziu um efeito em cadeia que influenciou diretamente ações políticas e culturais que influenciaram desde a criação, ou a tentativa, de políticas estatais que levassem em conta os cruzamentos entre marcadores, até o reconhecimento cultural de que os indivíduos são constituídos a partir das múltiplas camadas de significados e de identidades próprias.

O aprofundamento da quarta onda refletida por meio do estabelecimento de ações de base interseccional se torna fundamental para a criação de alianças entre diferentes setores dos feminismos e de outros movimentos sociais. Na próxima seção buscaremos, por meio do termo ativismo interseccional feminista apontado por Matos e Simões (2018), desenvolvê-lo teoricamente para que este nos ajude a compreender as diferentes formas de ação dos movimentos de mulheres e feministas na Colômbia.

## **2.2 Tensionando a política de alianças: o papel dos ativismos e da interseccionalidade na luta dos movimentos sociais**

Judith Butler (2018), em seu livro “Corpos em alianças e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia”, aponta na direção de uma tentativa de organização de ações conjuntas entre movimentos, principalmente os movimentos de gênero e sexualidade, ao sugerir que determinados grupos minoritários (e subordinados) deveriam se engajar em lutas coordenadas por justiça social – a essas ações Butler nomeia *alianças*, que devem ser entendidas como ligações ou formação de coalizões entre populações expostas à

---

<sup>14</sup> Aqui nos referimos a termos como interseccionalidade e marcadores sociais da diferença.

precariedade<sup>15</sup>. Para concretizar um projeto democrático radical, segundo a autora, seria necessário que os movimentos tomassem consciência de que ocupam um lugar conectado a outros movimentos que estão ou podem vir a estar expostos a condições de precariedade, nas quais seus direitos estariam sendo/seriam revogados.

Nesse sentido, o conjunto de direitos deveria ser compreendido a partir da diferenciação pelas quais as populações são expostas à precariedade e no entendimento de que as lutas por melhores condições de vida deveriam ser baseadas na ideia de que as vidas são igualmente importantes e que todas elas devem ser igualmente possíveis de serem vividas. Essa noção rompe com a ideia de que os direitos refletem um tipo de mundo em que todas e todos deveriam ser capazes de viver, ou seja, um mundo baseado no que deveria ser e não no que realmente é (BUTLER, 2018).

As *alianças*, assim, seriam formadas pelas diversidades das populações minoritárias e tais ligações entre a “diversidade de sua própria população e todas as ligações que isso implica com outras populações sujeitas a condições [de precariedade]” (BUTLER, 2018, p. 77) deveriam ser adotadas como estratégia dos movimentos sociais, se já não o são. A criação de redes para o processo de lutas conjuntas, embora complexo e difícil, é de extrema importância para a superação das desigualdades e das injustiças porque os movimentos ligados a minorias sexuais e de gênero são constituídos por um sistema de relações com outras populações e estão conectados por diferentes classes sociais, religiões, raças, etnias, línguas e culturas, o que dificulta a formação de coalizões por longos períodos de tempo (BUTLER, 2018).

Butler (2018) compreende as *alianças* não como formas de organização social futura, mas sim algo que estaria sempre presente em um segundo plano e, em alguns momentos, estruturaria nossa própria formação como sujeitos, a partir de um processo de formação dessas *alianças* que ocorreria entre os agentes sociais. Para a autora, essa compreensão sinaliza para a necessidade de uma forma de luta mais generalizada contra a condição da precariedade, uma vez que implica que o indivíduo sinta na pele essa precariedade, ou seja, que ele vivencie uma condição de ausência de direitos. Esse “sentir na pele” seria um processo ao mesmo tempo singular e plural, o que faria com que os indivíduos expostos a essa condição se organizassem para demandar por mais direitos e por melhores condições para suas populações e outros grupos coligados. Esse movimento levaria à organização de diversas

---

<sup>15</sup> Segundo Butler (2009), o termo precariedade diz respeito a uma condição construída politicamente pela qual determinadas populações são “assimetricamente” expostas a contextos de violência, perigo, enfermidade, migração forçada, pobreza ou morte (p. 25).

ações performativas de visibilidade no espaço público, movimentando milhares de pessoas em direção às ruas para reivindicar por direitos.

As manifestações de massas ganham, então, cada vez mais espaços nas ruas e nas rotinas de interação política entre os indivíduos. Por mais que as motivações para tal engajamento político sejam diferentes, para cada agente, Butler aponta que quando os corpos se unem, eles se movem e falam, reivindicando a ocupação de um espaço público. Porém, não podemos supor que essas manifestações são caracterizadas por corpos em união com o simples propósito de reivindicar algo no espaço público; se pensarmos dessa forma não compreenderemos que o próprio espaço público está sendo objeto de disputa e de lutas. Com essa noção, perderíamos o real entendimento dessas ações (BUTLER, 2018).

Além disso, a política não seria algo que ocorre exclusivamente na arena pública, contrastando com uma suposta ausência de relações políticas na arena privada. Pelo contrário, a política transpassa essas fronteiras entre as arenas de diversas formas, e Butler destaca como a política está presente em diversas dimensões, como dentro de nossas casas, nas ruas, nos bairros, em nossas vizinhanças ou, então, nas esferas virtuais – estas últimas conseguiriam borrar ainda mais as linhas entre público e privado (BUTLER, 2018).

Essa “nova” gramática de comportamento que se reflete nas *políticas de aliança* organizadas por movimentos de gênero e sexualidade, no entanto, não é uma novidade na discussão da teoria política feminista. O trabalho desenvolvido por Butler (2018) perpassa de forma tangencial alguns campos de significados nas ações dos feminismos contemporâneos, sem dar conta de sua totalidade e, em alguns momentos, sem nomear as discussões presentes. Ciente dessas limitações, acreditamos ser necessário tensionar duas principais dimensões em sua obra: a primeira (i) diz respeito a uma pluralidade de formas adotadas pelos indivíduos que por meio de ativismos ocupam não somente as ruas como também outras instâncias de poder; a segunda dimensão (ii) se relaciona às formas pelas quais as lutas sociais, principalmente aquelas organizadas pelos movimentos de mulheres e feministas e os movimentos LGBTI+, se instituem por meio de uma base interseccional.

Julgamos que a partir da reflexão crítica da obra podemos complementar as discussões trazendo para o debate autoras que não pertencem ao *mainstream* feminista. Esse movimento contribuiria tanto para o reconhecimento de suas obras, como também para os debates relativos à teoria política feminista, reconhecendo uma pluralidade de vozes e experiências para o campo de ação feminista. Defendemos, por fim, que a práxis atual dos movimentos feministas se desenvolve tendo por base ações interseccionais, sendo necessário reconhecer o papel dos *ativismos interseccionais* nesse contexto de atuação. Para sustentarmos a noção de

*ativismos interseccionais feministas*, nos basearemos nas críticas contidas em cada uma das dimensões apontadas anteriormente para, então, discutirmos nosso conceito na próxima seção.

Nas últimas décadas, observamos um aumento do número de estudos relativos às teorias de movimentos sociais e suas formas de ativismos na esfera pública (BRITO, 2015; ABERS, VON BÜLOW, 2011; ABERS et al., 2014). Muito se tem discutido sobre as formas pelas quais poderíamos definir o que são movimentos sociais e como identificar as ações de seus ativistas, principalmente em um contexto de multiplicação de esferas de ação desses agentes. Como desenvolvido por Brito (2015), desde as primeiras teorizações de Habermas até a criação do termo sociedade civil, existia um entendimento comum no que tange a existência “de uma cartografia da presença e ação dos mais diversos atores da sociedade, na qual havia um lugar, um espaço para a presença de indivíduos agindo coletivamente em busca de algum objetivo” (BRITO, 2015, p. 51).

E esse espaço não seria o Estado, como aponta grande parte da literatura do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 (YOUNG, 2014 [2001]; ABERS, VON BÜLOW, 2011). No artigo “Desafios ativistas à democracia deliberativa”, publicado inicialmente em inglês no ano 2001, Young (2014) busca estabelecer um diálogo, nem sempre possível segundo ela, entre a democracia deliberativa e os ativismos. Para a autora, a partir desse “exercício”, seria possível tensionar os conceitos e compreender, por exemplo, se algumas normas deliberativamente democráticas são tidas como práticas orientadoras em sociedades marcadamente desiguais ou então quais seriam as contribuições de rotinas baseadas no confronto entre agentes estatais e agente sociais nas democracias atuais.

Vale ressaltar que ao colocar para dialogar as “personagens” da democracia deliberativa e dos ativismos, Young parte do pressuposto de que estes não pertencem a uma mesma esfera de atuação. A democracia deliberativa faria parte do plano do Estado enquanto os ativismos estariam atuando por fora do Estado, buscando afetar os rumos das negociações de agentes tomadores de decisões, através de piquetes, panfletagens, boicotes, guerrilhas, ocupações e grandes manifestações (YOUNG, 2001; 2014).

Para a autora, seria possível conjugar ambas as “personagens” que apresentam diferentes formas de engajamento político. Muitos indivíduos deslocam as suas formas de atuação a depender das questões que estão em jogo e dos outros agentes envolvidos no processo. Tanto a democracia deliberativa como os ativismos são relevantes para a compreensão da teoria e da prática democráticas, e devem, quando possível, trabalhar de forma alinhada – por mais que, às vezes, uma possa ofuscar a outra (YOUNG, 2001; 2014).

Com as transformações que passaram a ocorrer no início dos anos 2000, principalmente com a entrada de governos de centro-esquerda na América Latina e a adoção de uma série de políticas participativas<sup>16</sup>, canais institucionalizados de debate e decisões compartilhadas, como é o caso dos conselhos e conferências, foi possível uma maior abertura de diálogo entre os movimentos sociais e o Estado. Assim, nesse período, observou-se uma multiplicação de esferas de atuação dos/as ativistas ligados a diferentes movimentos sociais, que encontravam nesses espaços uma possibilidade de articulação para pôr em prática seus projetos de intervenção social, respondendo a demandas de seus próprios movimentos. Diante desse quadro, começa a ser discutido, principalmente dentro da academia, quais seriam os desafios vigentes para se compreender as novas e plurais formas de ativismos, que não mais ocorrem na escala da sociedade, mas agora, estariam também presentes dentro da estrutura dos Estados (BRITO, 2015).

Seguindo esse mesmo sentido, o próprio conceito de movimentos feministas passou por mudanças. Sônia Alvarez (2011) aponta que os movimentos feministas durante os últimos anos passaram por um duplo processo. Por um lado, experienciaram um fluxo de “*mainstreaming*”, ou seja, de movimentações verticais por meio dos quais os discursos e práticas passaram a circular de forma ampla em diversas instâncias como nos partidos políticos, nas arenas estatais e no sistema internacional. Por outro, passaram por um processo de “*sidestreaming*”, por meio de fluxos horizontais onde práticas e discursos dos feminismos chegam a diversos setores da sociedade civil, o que possibilitou um alargamento de espaços ocupados pelas feministas na sociedade. Dessa forma, os movimentos feministas se expandiriam para além da sociedade civil e passariam a ser entendidos como *campos discursivos de ação*.

Tornando-se muito mais que meros conjuntos de organizações e grupos voltados para uma questão em comum, os movimentos englobariam uma pluralidade de agentes que ocupariam lugares sociais, culturais e políticos distintos. Tal formulação daria continuidade ao pensamento desenvolvido por Abers e Von Bulow (2011) de que a análise de certos movimentos, como os movimentos feministas, deveria ser entendida pela conexão entre os conceitos de “novos movimentos sociais” e a ideia de formação de redes<sup>17</sup> entre os agentes

---

<sup>16</sup> No caso brasileiro, por exemplo, a Constituição Federal de 1988 já discutia a criação dessas instâncias participativas. Com a entrada dos governos petistas no Brasil, tal processo passa a ser central na agenda do Estado.

<sup>17</sup> Para Scherer-Warren (2006), as redes de movimentos sociais são construídas de formas dialógicas por meio de três pilares: (i) a formação da identidade do movimento, (ii) da definição do adversário e (iii) pelo estabelecimento de objetivos na direção de uma construção de um projeto para o movimento.

sociais. Assim, a concepção desses movimentos como redes nos permitiria compreender melhor as diferentes dinâmicas dentro dos movimentos, mas também a maneira como eles se relacionam com outros atores, como o Estado.

Essa nova forma de compreensão alteraria o foco de análise clássico de que as ações dos ativismos dos movimentos sociais ocorreriam em espaços fora do campo do Estado. Ao compreender que os movimentos de mulheres e feministas passam a integrar diversas estruturas como sindicatos, partidos, organizações de bairro e o próprio Estado, este último passa a ser atravessado por uma série de ações promovidas por ativistas que ocupam cargos em sua estrutura burocrática. Esse fenômeno tem sido denominado de ativismo institucional e tem garantido o avanço das agendas políticas ou das propostas de projetos organizados pelos movimentos sociais (ABERS, TATAGIBA, 2014; ABERS et al., 2014).

Nos últimos anos podemos destacar uma série de autoras (ABERS; TATAGIBA, 2014; ABERS et al, 2014; BRITO, 2015; OSAKABE, 2015; 2018) que vêm trabalhando com a temática do ativismo institucional em diversas instâncias burocráticas do governo brasileiro. No estudo realizado por Abers e Tatagiba (2014), por exemplo, intitulado “*Institutional Activism: Mobilizing For Women’s Health From Inside The Brazilian Bureaucracy*”, as autoras buscam compreender as ações e rotinas de trabalho das ativistas que ocupavam cargos burocráticos na área de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde. Assim, as autoras realizam nove entrevistas em profundidade com ativistas ligadas aos movimentos feministas ou a movimentos de humanização do parto no ano de 2011, durante o governo Dilma (ABERS; TATAGIBA, 2014).

Tal período foi marcado por um paradoxo no qual, por um lado, ocorreram altos investimentos na área da maternidade e da saúde da mulher, mas ao mesmo tempo as coalizões evangélicas passaram a influenciar mais diretamente nas ações do governo Dilma, dificultando as ações das ativistas feministas (ABERS; TATAGIBA, 2014). Vale ressaltar que, como aponta Alvarez (2000), historicamente as mulheres, principalmente aquelas comprometidas com pautas feministas, foram as agentes que possuíam experiência necessária sobre determinadas temáticas, como saúde da mulher ou combate à violência de gênero, o que fez com que elas passassem a ocupar cargos de comando em diversas agências estatais.

Assim, as formas múltiplas de ativismos não podem e nem devem ser compreendidas como delimitadas a espaços segregados da ação na política institucional, como indiretamente é reproduzido por Butler (2018). Os movimentos de mulheres e os feminismos romperam as barreiras e divisões entre sociedade e Estado, encontrando-se hoje presentes nas mais diferentes arenas da vida cotidiana – o que não pode, a princípio, ser aplicado a outros

movimentos sociais, que enfrentam dificuldades de atuação em algumas esferas. Grande parte das conquistas dos movimentos de mulheres e feministas só se tornou possível devido aos múltiplos canais de articulação e pressão junto a agentes-chaves do processo de decisão. Tais meios de influência e diálogos não são apenas estabelecidos via mobilização de massas, mas estariam presentes por meio de determinadas rotinas como pela política de proximidade, de *advocacy*, de uma participação institucionalizada e pela própria presença de feministas dentro do Estado – ocupando as mais diversas funções, sejam na burocracia ou em cargos eletivos.

O caso colombiano, que será abordado de forma aprofundada nos próximos capítulos, se torna interessante à medida que materializa as diferentes atuações dos movimentos de mulheres e feministas ao longo dos processos de construção de paz. Suas ações se organizam em diversas dimensões e direções a partir de manifestações públicas, dos ativismos virtuais, participação em cargos oficiais do governo e das FARC-EP, de consultoria prestada aos agentes em negociação e por outras participações ativistas.

No que tange a segunda dimensão reflexiva do trabalho de Butler (2018), é necessário destacar o lugar da *interseccionalidade* para a compreensão das lutas sociais. Desde o final da década de 70, diversas autoras, principalmente negras e latino-americanas, já estavam trabalhando sob essa perspectiva e seus trabalhos refletem uma complexa relação com suas vivências, uma vez que suas vidas são atravessadas por tais marcadores que afetam suas possibilidades de acesso a determinados espaços. Sendo assim, torna-se necessário discutir e conceituar o termo *interseccionalidade* cunhado por Kimberlé Crenshaw (2004) para avançarmos na construção e compreensão do termo *ativismos interseccionais feministas*.

Para essa autora, o interesse pelo estudo sobre as diferentes formas de opressão e como elas se relacionam entre si surge quando ela passa por uma situação de discriminação baseada em seu gênero. Ser convidada para conhecer uma famosa agremiação de Harvard e ter que entrar no prédio pela porta dos fundos, não por sua cor, mas por ser mulher, serviu como incentivo para Crenshaw compreender sobre os entrecruzamentos entre os marcadores gênero e raça e como esses possibilitam a reprodução da opressão (CRENSHAW, 2004).

A ideia de interseccionalidade indica a necessidade de entender que indivíduos são constituídos pelo entrecruzamento de marcadores, ou seja, é uma forma de compreender como as múltiplas formas de desigualdades se combinam entre si e estruturam obstáculos para alguns grupos. A interseccionalidade deve ser entendida como se fosse uma lente que evidencia como estereótipos de gênero e raça encontram-se profundamente interconectados entre si. Essa ideia possibilita a compreensão do lugar ocupado pelas mulheres negras em nossa sociedade e a maneira como as combinações de marcadores influenciam na estrutura de

oportunidades dos indivíduos, principalmente no que tange ao acesso aos direitos humanos (CRENSHAW, 2004).

Nesse sentido, Rodrigues (2013) aponta que o conceito de interseccionalidade permite dar visibilidade às múltiplas formas de “ser mulher”, principalmente ao compreender as formas de opressão e discriminação voltadas para as mulheres negras. A adoção do termo vai em direção contrária a “um reducionismo de um princípio unificador comum, mas sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão” (p. 6). Em conformidade com Collins (1998), Rodrigues afirma que as ações individuais estruturadas pela oposição das relações hierárquicas de poder devem ser compreendidas levando em conta que as opressões incidem sobre uma determinada coletividade, no caso, as coletividades das mulheres negras.

A adoção do termo interseccionalidade, como apontado por Rodrigues (2013), não foi incorporado rapidamente pelas feministas brasileiras<sup>18</sup>. As autoras<sup>19</sup> que aderiram ao conceito ou a perspectiva da interseccionalidade buscaram focalizar seus esforços na tentativa de compreender em que medida alguns marcadores sociais da diferença como gênero, raça, classe, orientação sexual, religião, e outros, interagem com a realidade das mulheres na reprodução das relações de poder e dominação. Os debates foram amplamente discutidos pelas feministas negras no país.

Vale ressaltar que mesmo no período anterior a criação do termo por Crenshaw, e paralelamente ao momento de construção, algumas autoras como Angela Davis (1981), Lélia Gonzalez (1982; 1984), Hazel Carby (1982) e Patrícia Hill Collins (2000) já desenvolviam análises a partir de um entendimento que podemos atualmente considerar como interseccional. Em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, por exemplo, Davis (1981; 2016) retrata a partir de um panorama histórico a luta das mulheres, principalmente das mulheres negras, reconhecendo como diversas opressões baseadas no gênero, na raça e na classe se combinam para legitimar projetos de dominação. Nos primeiros capítulos de seu livro, Davis nos convida a compreender as diversas estratégias de dominação empregadas pelo sistema

---

<sup>18</sup> O autor identifica três explicações para o baixo interesse pela perspectiva das acadêmicas brasileiras, sendo: (i) a tentativa de se estabelecer uma igualdade intergênero, sem considerar as relações intragênero; (ii) o entendimento que apenas as mulheres negras deveriam discutir os diálogos entre raça e gênero; e (iii) a terceira explicação se daria pela baixa presença de acadêmicas negras nos espaços de produção de conhecimento.

<sup>19</sup> Para uma análise aprofundada sobre a origem do termo interseccionalidade e os diálogos construídos por feministas, principalmente negras, verificar o livro “O que é interseccionalidade?” escrito pela pesquisadora e ativista Carla Akotirene.

escravagista branco para subjugar e desumanizar as mulheres negras, tornando-a um instrumento de manutenção e reprodução dessa estrutura.

Ao mesmo tempo que a autora apresenta as formas de dominação e controle que foram empregadas, Davis destaca as diversas estratégias de resistência organizadas pelas mulheres negras, nomeando essas agentes históricas tão frequentemente esquecidas e invisibilizadas. Além disso, a autora relata as diferentes formas de parcerias e coalizões formadas entre indivíduos de grupos distintos, mostrando como diversos indivíduos advindos de diferentes realidades estiveram lado a lado, em alguns momentos, apoiando diferentes lutas por justiça e reconhecimento de grupos subalternizados.

Na primeira parte de seu livro, Davis apresenta como em diversos momentos as mulheres brancas passaram a compreender sua realidade a partir da trajetória de opressão pelas quais as mulheres negras estavam inseridas, como pode ser compreendido no seguinte trecho:

Trabalhando no movimento abolicionista, as mulheres brancas tomaram conhecimento da natureza da opressão humana - e, nesse processo, também aprenderam importantes lições sobre sua própria sujeição. Ao afirmar seu direito de se opor à escravidão elas protestaram – algumas vezes abertamente, outras de modo implícito – contra sua própria exclusão da arena política (DAVIS, 2016, p. 51)

Foi a partir da participação ativa dentro do movimento antiescravagista, por exemplo, que as mulheres brancas começaram a questionar o machismo presente nas relações sociais, principalmente dentro do casamento. Dessa maneira, passaram a compreender que a forma de romper com essa forma de dominação deveria partir da luta política. Indo mais além, não foram apenas as mulheres brancas de classe média que passaram a reconhecer seus privilégios e a formar coalizões com as mulheres negras para a maior conquista de direitos. Davis relata a existência de alguns homens, fossem eles brancos ou negros, que atuaram de forma direta e/ou indireta na abertura de espaço de discussão sobre a questão dos direitos das mulheres, principalmente no que tange o sufrágio feminino e a participação na esfera econômica.

O livro de Angela Davis nos possibilita compreender, portanto, os contextos de construção de relações estratégicas, muitas delas temporárias, que serviram para garantir a abertura de diálogo sobre direitos e a questionar os padrões de opressão na sociedade estadunidense. Vale ressaltar que para a autora é necessário romper com a ideia de hierarquização das opressões para que, assim, os mais diversos marcadores sociais - no caso em questão gênero, raça e classe – sejam levados em conta na construção de um modelo de sociedade mais democrático e livre de opressões. Ou seja, torna-se necessário compreender o

componente interseccional das lutas e a forma como esses marcadores de diferenças afetam de formas diferentes os corpos dos indivíduos em cada período de tempo.

Baseadas em críticas cunhadas por diversas mulheres negras ao feminismo branco liberal, algumas autoras latino-americanas, incluídas as brasileiras, que vivenciavam em seu cotidiano a realidade interseccional, passaram a construir teorias para compreender as formas como se estruturam as relações em seus contextos sociais. Lélia Gonzales (1984), por exemplo, em um artigo apresentado em um encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) intitulado “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” se volta a pensar na forma como as estruturas racistas e sexistas se conjugam e afetam a maneira como as mulheres negras são entendidas e tratadas no Brasil. Nesse sentido, como aponta a autora, o racismo e o sexismo produzem violências contra o segmento de mulheres negras, independentemente de sua classe social. Não sendo possível entender as opressões e discriminações sofridas pelas mulheres sem levar em conta a forma como certos marcadores como gênero, classe e raça, se interconectam.

Em um texto anterior, publicado em 1982, intitulado *O lugar da mulher*, Gonzales aponta que muitas análises, ao não considerar a questão racial, acabam por destacar a cumplicidades das mulheres brancas ao sistema de opressão imposto às mulheres negras, ou seja, ao se analisar apenas as categorias gênero e classe, diversos estudos sobre mulheres no Brasil acabam por naturalizar as desigualdades raciais. Para Lélia Gonzales, as mulheres negras são vítimas de violências e opressões advindas dos marcadores de raça, classe e gênero.

No que tange o pensamento feminista decolonial, algumas autoras como Maria Lugones (2008; 2014), Ochy Curiel (2009) e Rita Segato (2012) têm buscado desenvolver reflexões nesse sentido, ao questionar determinados pressupostos como a universalidade e a neutralidade dos agentes sociais. As autoras feministas decoloniais criaram formas de compreensão da realidade sul-americana e caribenha a partir da experiência de indivíduos múltiplos e silenciados no processo colonial, como é o caso das mulheres, das/os indígenas, das/os negras/os, das/os LGBTI+. A partir de uma abordagem decolonial, Ochy Curiel (2009), por exemplo, afirma que o processo de descolonização se baseia na tentativa de assumir uma posição política que perpassa os pensamentos, as ações individuais e coletivas, os corpos, as sexualidades, os imaginários e as diferentes formas de agir e ser no mundo. A partir do questionamento de universalidade do “sujeito” único, eurocentrado e ocidental, é reconhecida uma polifonia de vozes e pensamentos que se localizam nas fronteiras. Os feminismos latino-americanos e caribenhos seriam marcados pela proposição de uma prática política que leva

em consideração as interações de diferentes sistemas de opressão, sejam elas baseadas no sexismo, no racismo, no heterossexismo ou no capitalismo (CURIEL, 2009).

Seguindo essa mesma direção, Marlise Matos (2014) aponta que os movimentos de mulheres e feministas na América Latina surgem e se desenvolvem a partir das fronteiras da interseccionalidade, transversalidade e transdisciplinaridade entre as categorias de gênero, raça, sexualidade, classe e geração. Os discursos e práticas mobilizadas pelos movimentos “reconhecem a interseccionalidade das diferenças como dado inescapável e como força politizadora das lutas sociais” (MATOS, 2014, p. 4), não sendo mais possível pensar em lutas desconexas e autônomas entre si.

Ao passarem pelo processo de verticalização e horizontalização, os movimentos feministas atravessam

uma larga gama de classes sociais, de movimentos que se mobilizam pela livre expressão de experiências sexuais diversas e também no meio de comunidades étnico-raciais e rurais inesperadas, bem como de múltiplos espaços sociais e culturais, inclusive em movimentos sociais paralelos (MATOS, 2010, p.85).

O *sidestreaming* feminista reforça a ideia da existência de uma discriminação baseada no gênero, mas supera, parcialmente, essa lógica ao reconhecer a existência de outros marcadores como raça, etnia, sexualidade, geração, nacionalidade, classe e/ou religião. Reconhece, assim, a existência de outros feminismos, emaranhados por lutas nacionais e transnacionais por justiça social, sexual, geracional e racial (MATOS, 2014).

Esse desenho das alianças interseccionais seria marca do que algumas autoras (MATOS, 2010; ALVAREZ, 2011; MATOS, PARADIS, 2014) compreendem como quarta onda do feminismo latino-americano, como discutimos anteriormente, e faria parte de um amplo repertório de ações empreendidas pelos movimentos de mulheres e feministas em diversos Estados do sul global. Assim, os feminismos atualmente não podem ser mais compreendidos de forma separada das lutas antirracistas, antiLGBTIfóbicas, anticoloniais e anticapitalistas – os movimentos são essencialmente interseccionais.

Para além de pensar a formação de coalizões interseccionais, os feminismos latino-americanos têm buscado, nas últimas duas décadas, articular estratégias intersetoriais, transversais e integradas, onde os marcadores de gênero, sexualidade, raça, etnia e classe são entendidos como necessários para as formulações de políticas públicas pelos Estados (MATOS, 2010; 2014). A incorporação dessa lógica tem sido encarada pelos agentes do Estado como um grande desafio para a prática democrática nos últimos anos.

Por mais que o conceito ou a perspectiva tenha sido pouco trabalhada por Butler em sua obra sobre a política de alianças, ainda assim, existem alguns traços sobre reflexões presentes. Isso acontece, por exemplo, ao reconhecer a necessidade dos segmentos de gênero e sexualidade e outras populações minoritárias de se engajarem em lutas conjuntas contra condições de precariedade e garantia de direitos (BUTLER, 2018). Acreditamos que a construção dessas lutas, parte do reconhecimento das diversidades de gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero, classe, geração, etnia e outras, que passam a ser destacadas, direcionadas e pautadas nesse novo marco de lutas contemporâneas. No caso colombiano, analisado profundamente nos próximos capítulos buscamos compreender como os movimentos de mulheres e feministas passam a conjugar demandas de outros segmentos sociais em uma luta conjunta a partir das diferentes formas dos ativismos interseccionais feministas.

### **2.3 Identificando os ativismos interseccionais feministas nas práticas das organizações de mulheres e feministas**

A partir das discussões teóricas desenvolvidas nas últimas seções, torna-se claro que as estratégias de ações dos movimentos sociais, principalmente, os movimentos de mulheres e feministas se transformaram ao longo do tempo. Para lidar com os novos desafios impostos pelos novos governos conservadores de direita e pela lógica de exploração do mercado, os movimentos têm se engajado cada vez mais em lutas conjuntas, levando demandas plurais para as mesas de reivindicações. A presente seção buscará apresentar algumas delimitações do conceito de *ativismos interseccionais feministas* já mencionadas em momentos anteriores da presente Dissertação e conjugar-las com a prática dos movimentos de mulheres e feministas na construção da paz na Colômbia, principalmente no que tange os acordos de paz de *La Habana* (2016).

Por meio de pesquisas organizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPEM/UFMG) e pelo Centro de Interesse Feminista e de Gênero (CIFG/UFMG), coordenadas pela professora doutora Marlise Matos, tornou-se clara a estratégia empregada pelos movimentos feministas na América Latina que passaram a adotar ações de lutas conjuntas com outros movimentos sociais invisibilizados. Essas ações têm sido denominadas dentro das discussões no NEPEM/CIFG e pelo trabalho produzido por Matos e Simões (2018) de *ativismos interseccionais feministas* e integram uma série de ações interconectadas entre agentes sociais. Esses modos de ativismos podem ser encontrados de formas e expressões

diversas através, por exemplo, do ativismo online, participação em conselhos e fóruns organizados pelo Estado, a partir da ocupação de cargos na burocracia, via ação direta, entre outros. O que torna relevante ressaltar é o conteúdo das lutas organizadas pelos movimentos de mulheres e feministas, que apresentam um caráter interseccional, intersetorial e transversal abrangendo demandas centrais nas lutas de outros movimentos sociais, como a luta contra a LGBTIfobia, o racismo e o reconhecimento da causa indígena, por exemplo.

O que nos chamou atenção ao realizar o levantamento a respeito das literaturas sobre ativismo e interseccionalidade foi perceber que poucos foram os estudos que buscaram conjugar ambos os conceitos. A própria Butler (2018), ao trazer para o seu foco de análise a necessidade de construção de alianças entre movimentos expostos a processos de precariedade e a forma como esses se engajam em manifestações performativas na arena pública, não menciona o próprio caráter interseccional dessas lutas e a presença delas em diversas outras instâncias, como dentro do próprio Estado. É necessário ampliar essas formas de análise, principalmente quando estamos lidando com os movimentos sociais da América Latina.

Grande parte das/os autoras/es que trabalham com a abordagem ativista seguindo uma lógica interseccional são aquelas/es que estudam sobre os movimentos de mulheres e feministas na América Latina e são autoras/es latino-americanas/os. Podemos pensar, talvez, que como as vivências desses autores e a estruturação de suas lutas ativistas ocorrem no sul global, estas se desenvolvem a partir de enquadramento de fronteiras, ou seja, as lutas reconhecem a pluralidade de experiências e demandas, não assumindo categorias como sendo fixas e universais. Nessas lutas, os indivíduos participantes afirmam a necessidade de articulação de ideias e lutas conjuntas baseadas nos entendimentos interseccionais, onde identidades são formadas por múltiplas camadas de características/marcadores sociais que afetam sua vivência em sociedade e influenciam na forma como atuam frente aos movimentos sociais.

O caráter interseccional apresenta-se, assim, intrinsecamente ligado às diferentes formas de ativismos que ocorrem nos países latino-americanos. Dessa maneira, não seria possível abordar a organização de lutas sem levar em consideração as intersecções e o compartilhamento de demandas e reivindicações por direitos. Nesse sentido, o caso colombiano é um ótimo exemplo para compreendermos o engajamento de grupos plurais em lutas conjuntas – e o documento final do acordo de paz pode ser entendido como reflexo das articulações ativistas interseccionais feministas.

Além disso, outra discussão de que merece nossa atenção diz respeito a capacidade do Estado de institucionalizar determinadas categorias e demandas (interseccionais) dos

movimentos de mulheres e feministas em uma gramática de ação estatal. Tal entendimento denominado de *institucionalização simbólica* é trabalhado por Szwako e Lavallo (2019) inspirados no livro “*Seeing Like a State. Why Certain Schemes to Improve Human Condition Have Failed*” de James Scott. O termo se refere a processos de institucionalização de determinadas demandas e denúncias dos movimentos sociais por meio do estabelecimento de dinâmicas de interação entre esses agentes sociais organizados e instituições administrativas e políticas do Estado. A publicização das demandas e denúncias acabam por produzir formas simbólicas de classificação que passam a fazer parte da linguagem e dos entendimentos do Estado.

Por meio de interações com agentes não estatais, as categorias simbólicas se tornam parte central das formas pelas quais o mundo é apreendido pelos agentes políticos. Vale ressaltar que uma vez que institucionalizada determinada categoria dos movimentos sociais ou da sociedade civil organizada observamos uma alteração da atuação dos agentes sociais e das capacidades estatais. Fazendo com que haja um alargamento de seus repertórios e potencializando, em alguns casos, seus alcances (SZWAKO; LAVALLE, 2019).

Dessa forma, os autores afirmam a mútua constituição entre sociedade civil e Estado, entendendo que tanto as instituições como os agentes estatais não são resultados, apenas, do contexto externo das estratégias adotadas por eles. A institucionalização não ocorre de forma geral ou universal, mas por meio da “sedimentação” de entendimentos, ideias e reivindicações (ou parte delas) pelas instituições do Estado. Para os autores, “tal sedimentação cristaliza encaixes, os quais fazem funcionar a seletividade das instituições a favor dos atores sociais que os construíram” (SZWAKO; LAVALLE, 2019, p. 416).

A abertura ou permeabilidade do Estado às demandas de determinados agentes da sociedade considerados como *outsiders* devem ser entendidos enquanto construções específicas que são delimitados por períodos temporais e espaciais. Isso quer dizer que em um certo período histórico, o Estado foi capaz de institucionalizar (mesmo que parcialmente) algumas demandas ligadas aos movimentos sociais se aproximando desses atores, enquanto em outros períodos isso não ocorre (SZWAKO; LAVALLE, 2019). Acreditamos que o processo de institucionalização simbólica ocorre de forma mais frequente em períodos de transição ou pós transição democrática, como é o caso da Colômbia.

O conflito colombiano, em seus mais de 50 anos, afetou de forma desproporcional alguns segmentos da população. As mulheres, as populações afrodescendentes, os LGBTI+, as/os indígenas e as populações do campo foram expostos a diversas formas de violências, o que influenciou (diretamente) na sua atuação no projeto da construção da paz na Colômbia

(CENTRO DE MEMORIA HISTÓRICA, 2018; HUMANAS COLOMBIA, 2017). As formas de articulação dos movimentos possibilitaram aos indivíduos a participação nos Fóruns Regionais e Nacional para as vítimas, na Subcomissão de gênero e na própria Conferência de paz em Havana, Cuba – conforme desenvolvido no capítulo 3.

Partindo da compreensão de que documentos são muito mais que simples junções de ideias, torna-se necessário compreender as tensões, silenciamentos e destaques dados ao que é/foi incorporado aos documentos como frutos de lutas políticas. A etnografia de documentos (VIANNA, 2014) pode ser apontada como instrumento necessário para nos ajudar a compreender, por exemplo, que o primeiro acordo de paz apresentado e votado em plebiscito reflete toda uma articulação dos movimentos sociais de institucionalizar de forma simbólica suas demandas de base interseccional, buscando criar, de forma conjunta, políticas sensíveis as especificidades das pessoas. A incorporação de um enfoque diferenciado e de gênero em cada um dos pontos dos acordos de paz, feita majoritariamente por mulheres na subcomissão de gênero, pontua e demarca uma posição de inclusão de diferentes experiências e visões de subalternidade durante os anos do conflito armado. Nos capítulos seguintes, buscaremos analisar as ações empreendidas pelos movimentos de mulheres e feministas no período compreendido entre os anos de 2012 e 2016, além de pontuar as conquistas de direitos presentes na primeira versão do documento de paz apresentado.

### 3. CONSTRUINDO UMA PAZ INCLUSIVA: A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES E FEMINISTAS NAS NEGOCIAÇÕES DE PAZ

A quarta tentativa de construção da paz na Colômbia foi marcada por uma participação ativa de diversos setores da sociedade civil, principalmente os movimentos de mulheres e feministas. Tal movimento buscou pontuar a todo momento a necessidade de inclusão das mulheres em todas as etapas dos processos, seja nas mesas de negociação ou através da ocupação de cargos de caráter consultivo. A justificativa para a participação, em convergência com documentos internacionais como a Resolução 1325 do CSNU, reconhecia as formas desproporcionais de violência que as mulheres têm sido expostas em períodos de conflitos armados e afirmam a necessidade de incluí-las nos processos para garantir uma paz mais inclusiva e duradoura.

Ao longo da história, as mulheres na Colômbia estiveram presentes e organizadas em diversos movimentos que buscaram notificar as formas de violências as quais estavam expostas, criar redes de suporte e a pensar novas formas de se construir a paz que levasse em consideração as diferentes experiências das mulheres e as hierarquias de poder baseadas, em grande parte, pelo gênero dos indivíduos. As negociações de paz de Havana, que tiveram início no ano de 2012, se tornaram um evento inédito, tanto na história do país como nos processos de construção de paz no mundo, principalmente pelo papel ocupado pelas mulheres nas dinâmicas de reconciliação e construção democrática.

De forma geral, a literatura aponta para três *fronts* ou dimensões de atuação das mulheres nos processos de construção de paz na Colômbia (CALBET, 2018). A primeira dimensão de atuação (i) se daria por meio das delegações oficiais, tanto aquelas do governo nacional como as das FARC-EP, sendo marcada, ao longo do processo, por uma baixa participação numérica de mulheres. A segunda dimensão (ii) ocorreu por meio de uma participação de caráter consultivo, onde diversas mulheres integrantes de movimentos sociais foram capazes de participar dos fóruns temáticos, dos fóruns regionais e nacional de vítimas e das discussões em Havana. Nessa dimensão, as mulheres conseguiram ocupar posições como especialistas em diversas esferas como na *subcomissão de gênero*, influenciando diretamente a escrita e revisão de cada um dos seis pontos dos acordos de paz.

Por fim, a última dimensão de participação (iii), se deu por meio das ações dos movimentos de mulheres e feministas, que se organizaram a partir de demandas interseccionais, na proposição de uma série de eventos paralelos que ocorreram em todo o

país, como as *Cúpulas Nacionais de Mulheres e Paz*<sup>20</sup>, as manifestações por visibilidade e garantia de direitos, a construção de redes e espaços onde se tornou possível debater e contribuir para a formulação de propostas que foram apresentadas na mesa de negociação, além da coordenação de campanhas de conscientização sobre os processos de paz e seu impacto sobre a população colombiana.

Assim, o presente capítulo empírico-analítico está dividido em duas seções. Na primeira parte do texto buscaremos compreender, à luz das discussões teóricas do feminismo de quarta onda na América Latina (MATOS, 2010), as ações empregadas pelos movimentos de mulheres e feministas na Colômbia ressaltando as principais dimensões de atuação e estratégias mobilizadas pelas agentes durante o processo de construção de paz no país (2012-2016). Na segunda parte, realizaremos uma breve reflexão sobre a forma como foram estruturadas as ações dos movimentos e como a pauta interseccional foi mobilizada nos documentos produzidos sobre os eventos de tais organizações.

Vale ressaltar que com o início do processo de negociação entre governo nacional e as FARC-EP, uma série de ações passam a ocorrer em território nacional. Grande parte desses espaços contou com a participação ativa de mulheres, porém para os fins da presente pesquisa, o foco ocorrerá a partir das ações organizadas por movimentações de mulheres e feministas que foram voltadas para o segmento e que ganharam visibilidade a nível nacional<sup>21</sup>. A intenção do recorte é possibilitar uma análise mais profunda dessas estratégias de mobilização interseccional das organizações.

### **3.1 Disputas e diálogos entre os movimentos de mulheres e feministas, Estado e as FARC-EP na Colômbia**

Durante a história, as mulheres estiveram envolvidas em diferentes atividades nos conflitos armados, fosse ocupando posições de resistência às ações violentas, fosse como combatentes ou promotoras da paz. Sua participação nos espaços de poder e decisão, no entanto, continua de forma marginal, apresentando-se como pouca ou mesmo havendo uma ausência de mulheres que participaram das mesas de negociação de paz (MENDIA, 2014; CALBET, 2018). A exclusão das mulheres nesses processos impacta o desenho das

---

<sup>20</sup> A explicação aprofundada sobre as Cumbres, as demandas, reivindicações e participação das mulheres foram trabalhadas nas seções 3.1.2 e 3.1.5 da presente Dissertação.

<sup>21</sup> As considerações de caráter metodológico de escolha das ações e as etapas de análise se encontram na seção 1.2 da presente dissertação.

intervenções, que deixa de considerar as dinâmicas diferenciadas nas quais as mulheres estão inseridas, bem como as suas experiências específicas durante os conflitos.

O processo de paz, que teve início na Colômbia em 2012 e buscava colocar fim a um conflito de quase sessenta anos no país não teve, em um primeiro momento, uma presença significativa de mulheres no processo ocupando cargos de delegadas. A própria participação e inclusão do segmento nos processos de construção de paz e reconstrução bélica, que seguiam certos modelos internacionais, foi objeto de crítica para algumas autoras, conforme aponta Mendia (2014). Para a autora, existiriam duas pontuações sobre as plataformas internacionais de inclusão, o primeiro deles diz respeito ao entendimento (essencializante) de que as mulheres seriam pacíficas por natureza, reafirmando características e papéis de gênero. Isso faria com que houvesse uma instrumentalização de suas participações e levaria a uma despolitização do grupo.

O segundo ponto diz respeito à aproximação dos modelos internacionais de paz às ideias de um feminismo liberal branco, que prioriza a participação das mulheres em condição de igualdade com os homens. Sem, no entanto, analisar criticamente as estruturas patriarcais, as masculinidades hegemônicas e o mercado neoliberal que geram desigualdades, discriminação e a reprodução e reafirmação dos papéis de gênero (MENDIA, 2014; CALBET, 2018). Na Colômbia, a inclusão da participação das mulheres nos processos de construção de paz, especialmente nas etapas de desenho, elaboração, implementação, verificação e avaliação, foi vista como ponto fundamental para romper com entendimentos e paradigmas que impossibilitaram o acesso das mulheres nos espaços de negociação. As mulheres colombianas buscaram questionar os modelos vigentes e construir uma nova possibilidade de se pensar a paz e a democracia no país (CALBET, 2018).

Assim, observou-se uma postura prepositiva dos movimentos de pautarem uma perspectiva crítica de gênero nos acordos de paz que, por sua vez, partisse das experiências individuais e plurais das mulheres. As ações ocorreram em diversos espaços e instâncias de decisão que foram acessados por diferentes mulheres frequentemente invisibilizadas nos processos de negociações. As mulheres presentes nos movimentos foram capazes de transitar para dentro do Estado e dialogar com agentes chave da negociação ao mesmo tempo que mantinham sua base nos movimentos populares, nas lutas por direito das mulheres, antirracistas, antiLGBTifóbicas e anticapitalistas. Buscaremos nas seções seguintes descrever os meios e os conteúdos (quando possíveis) das ações empreendidas pelas organizações de mulheres e feministas na Colômbia, no período compreendido entre os anos de 2012 e 2016.

### 3.1.1 Buscando por novas formas de se construir a paz

Na Colômbia, após várias tentativas de se estabelecer a paz<sup>22</sup>, em 26 de agosto de 2012 foi assinado o “Acordo Geral para a Terminação do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Douradora” entre o Governo da Colômbia, representado pelo então presidente Juan Manuel Santos e sua equipe, e as FARC-EP. Participaram, também, do processo de retomada dos diálogos representantes dos governos da República de Cuba e da República da Noruega que garantiriam o prosseguimento do processo, além de representantes de apoio da República Bolivariana da Venezuela e da República do Chile (SUSA, 2015).

No que tange o marco de retomada dos diálogos entre os agentes em negociação no país, dois acontecimentos históricos merecem destaque no que se refere à formalização internacional das dinâmicas de construção da paz na Colômbia. O primeiro deles corresponde a instauração de uma mesa de diálogo de paz na cidade de Oslo, na Noruega, no dia 18 de outubro. Como aponta Susa (2015), a instauração desse canal de discussão na Noruega ocorreu como resultado de um encontro exploratório realizado entre os dias 23 de fevereiro e 26 de agosto de 2012, em Havana (Cuba). Já o segundo marco, ocorreu no dia 19 de novembro com a instalação da Mesa de Negociação para a paz em Havana, Cuba, com os agentes envolvidos nos processos de conversação para a paz (SUSA, 2015).

A assinatura do Acordo Geral, em 2012, deflagrou o início das discussões sobre a possibilidade de criação de novas formas de paz, que incluíssem a sociedade civil (BRETT, 2017). Para traduzir as determinações acordadas em âmbito internacional, em setembro de 2012, foi apresentada para a população a Resolução nº 339. Nela, o presidente em exercício, Juan Manuel Santos, autorizava a instalação da Mesa de Negociação entre as partes, além de estabelecer as regras de funcionamento da mesa e a designação dos dez integrantes do governo que participariam dos diálogos (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2012; FERNÁNDEZ-MATOS; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, 2019). Segundo o documento,

Para garantir a mais ampla participação, se estabelecerá um mecanismo de recepção de propostas sobre os pontos da agenda de cidadãos e organizações, por meios físicos ou eletrônicos. De comum acordos e em tempo indeterminado, a Mesa poderá realizar consultas diretas e receber propostas sobre determinados pontos, ou

---

<sup>22</sup> A Colômbia passou por quatro processos de negociação de paz ao longo da sua história. Referimos aqui ao: (1) Processo de Paz de La Uribe-Meta (1982-1986), (2) Processo de paz com a Guerrilha Simón Bolívar (1992), (3) Processo de negociação entre as FARC-EP e o governo de Andrés Pastrana (1998-2002) e (4) Processo de negociação entre as FARC-EP e o governo de Juan Manuel Santos (2012-2016) (PÉREZ, 2018).

delegar a terceiros a organização de espaços de participação (PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, 2012, p. 7, tradução nossa<sup>23</sup>).

Porém, por mais que fossem garantidos mecanismos de participação para a sociedade civil, na prática, as mulheres e outros segmentos afetados pelo conflito, continuaram encontrando dificuldades de atuar ativamente nas discussões das mesas de negociação; sendo suas participações voltada (majoritariamente) para uma atuação fora do âmbito das instituições do Estado.

Na Resolução 339/2012, em seu artigo 3, foram designados os representantes do governo nacional, todos homens<sup>24</sup>, que representaram o governo nacional na Mesa de negociação. A ausência de mulheres foi entendida, por muitas acadêmicas e ativistas envolvidas em organizações de mulheres e feministas, como a reprodução de um entendimento por parte das autoridades de que a guerra e seu processo de resolução era um assunto que deveria ser tratado apenas por homens, em sua maioria brancos, heterossexuais e cisgêneros (CÉSPEDES-BÁEZ; JARAMILLO, 2018).

Assim, desde o momento de publicação da Resolução, as organizações de mulheres e feministas acusaram os agentes estatais de negligenciar a pauta de gênero no marco do conflito e lembraram as instituições dos compromissos assumidos pelo país em âmbito internacional no que tange às questões de direitos humanos e da construção da igualdade de gênero (CALBET, 2017; FERNÁNDEZ-MATOS; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, 2019). Nesse sentido, em outubro de 2012, foi formada a rede “*Mujeres por la Paz*”<sup>25</sup> que buscou dar visibilidade às diversas estratégias adotadas pelas mulheres durante todo o conflito colombiano, ressaltando as formas plurais de manifestações criativas e as propostas de criação de paz. Esta rede buscou, já em sua Ata de formação, apontar que a iniciativa teria como objetivo criar

um espaço amplo e diverso, que tem em comum o compromisso com a construção da paz e envolver, proteger e acompanhar o processo de diálogo para a paz, exigimos que o governo e a insurgência levem até o fim o acordo que foi assumido e

<sup>23</sup> Para garantizar la más amplia participación posible, se establecerá un mecanismo de recepción de propuestas sobre los puntos de la agenda de ciudadanos y organizaciones, por medios físicos o electrónicos. De común acuerdo y en un tiempo determinado, la Mesa podrá hacer consultas directas y recibir propuestas sobre dichos puntos, o delegar en un tercero la organización de espacios de participación.

<sup>24</sup> Os porta-vozes do governo apontados no documento, são: Sergio Jaramillo Caro, Frank Joseph Pearl González, Jorge Enrique Mora Rangel, Oscar Adolfo Naranjo Trujillo, Luis Carlos Villegas Echeverri e Humberto de la Calle Lombana.

<sup>25</sup> Como o presente trabalho parte de dados documentais, não foi encontrado o nome das organizações ou das lideranças presentes do processo de conformação da rede. Em documentos posteriores como o manifesto “La paz sin las mujeres ¡No va!” já é possível identificar as autoras dos documentos.

que não se levantem da mesa de negociação até que seja firmado o compromisso de pôr fim ao conflito armado e construir a paz (MUJERES POR LA PAZ, 2012, p. 2, tradução nossa<sup>26</sup>).

A conformação da iniciativa buscava a institucionalização das ações dos movimentos de mulheres e feministas, tornando mais fácil a busca por reconhecimento e espaço de participação e debate no âmbito das negociações de paz com os agentes envolvidos no conflito. De forma geral, a rede era composta por mulheres, que poderiam pertencer a organizações de mulheres, organizações mistas e por mulheres que não estão vinculadas a nenhuma organização. Na Ata de formação do grupo foram definidos sete propósitos da iniciativa que buscavam garantir um controle social dos processos de negociação de paz por parte das mulheres, inserindo assim uma agenda de gênero no âmbito dos diálogos.

1. Continuar desenvolvendo ações que contribuam para alcançar a paz com justiça social. 2. Ganhar voz e legitimidade como agentes e interlocutoras políticas no processo de diálogo para terminar com o conflito e a construção da paz. 3. Contribuir para elevar o nível de argumentação das mulheres sobre questões como o marco jurídico para a paz e a justiça de transição. 4. Realizar o controle político da agenda acordada entre a insurgência e o governo, a fim de incluir os interesses e necessidades das mulheres. 5. Projetar e implementar mecanismos para fortalecer e / ou construir alianças estratégicas com setores sociais e políticos. 6. Elaborar e fortalecer as agendas das mulheres para influenciar na agenda geral acordada entre o governo e a insurgência. 7. Ampliar e fortalecer a iniciativa Mujeres por la Paz nos níveis nacional e regional (MUJERES POR LA PAZ, 2012, p.2, tradução nossa<sup>27</sup>).

A formalização da iniciativa com objetivos e propósitos definidos foi fundamental para engajar cada vez mais mulheres no processo de reivindicação pela paz no país. A partir disso, outras atividades passam a ganhar força e visibilidade, principalmente no que tange à presença das mulheres. Em 19 de outubro, por exemplo, a organização *Ruta Pacífica de Mujeres* convidou a população de Bogotá para o “*Carnaval de Mujeres por la Paz*”. O evento

---

<sup>26</sup> un espacio amplio y diverso, que tiene en común el compromiso en la construcción de la paz y arropar, proteger y acompañar el proceso de diálogo por la paz, exigimos que el gobierno y la insurgencia lleven hasta el final el acuerdo que han asumido y no se levanten de la mesa de negociación hasta cuando hayan firmado el compromiso de poner fin al conflicto armado y construir la paz.

<sup>27</sup> 1. Continuar tejiendo acciones que contribuyan al logro de la paz con justicia social. 2. Ganar una voz y legitimada como actoras e interlocutoras políticas em el proceso de diálogo para terminar el conflicto y de construcción dela paz. 3. Contribuir a elevar el nivel de argumentación de las mujeres em temas como marco jurídico para la paz y justicia transicional. 4. Realizar control político a la agenda pactada entre la insurgencia y el gobierno para que se incluyan los intereses y necesidades de las mujeres. 5. Diseñar e implementar mecanismos para fortalecer y/o construir alianzas estratégicas com sectores sociales y políticos. 6. Elaborar y fortalecer las agendas de las mujeres para incidir en la agenda general pactada entre el gobierno y la insurgencia. 7. Ampliar y fortalecer Mujeres por la paz em el ámbito nacional y regional. (MUJERES POR LA PAZ, 2012, p.2)

serviu para mostrar o apoio das mulheres ao processo de diálogo entre governo e a insurgência, buscando pela construção de uma paz baseada na justiça social de forma ampliada (RUTA PACIFICA DE MUJERES, 2012).

Enquanto os movimentos de mulheres e feministas organizavam ações de apoio a retomada dos processos de negociação para paz e começavam a pensar em estratégias de *advocacy* e/ou mobilização comunitária, uma série de encontros entre organizações sociais, que contaram com a participação ativa das mulheres, ocorreram no país. Nesse período, o primeiro ponto da agenda de paz - a Reforma Rural Integral - teve início em conformidade com a Resolução 339/2012.

Nesse ambiente de início das negociações oficiais, aliada com a proliferação de fóruns de conversação em diferentes regiões do país, a iniciativa *Mujeres por la Paz* organizaram na capital Bogotá o primeiro *Encuentro Nacional de Mujeres por la Paz*, entre os dias 3 e 4 de dezembro de 2012. Como resultado o evento foi elaborado um Manifesto intitulado “*La paz sin las mujeres ¡No va!*” expressando a necessidade de inclusão das mulheres como delegadas no processo de negociação entre o governo e as FARC-EP (MUJERES POR LA PAZ, 2012b; FERNÁNDEZ-MATOS, GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, 2019).

Ao todo 84 organizações de mulheres e feministas assinaram esse Manifesto. Foram signatárias mulheres de organizações indígenas, campesinas, LGBTI+, trabalhadoras, afro colombianas e jovens ligadas a diversas regiões do país. Já no início do documento torna-se clara a pluralidade das agentes envolvidas no processo de escrita desse documento.

Nós, mulheres de Guajira, Bolívar, Atlántico, Sucre, Antioquia, Caldas, Chocó, Valle del Cauca, Cauca, Santander, Meta, Caquetá, Tolima, Bogotá, Boyacá, Risaralda, Cesar, Magdalena, Sucre, Putumayo, Norte de Santander, Huila, Quindío, Cundinamarca, Nariño, mulheres afro descendentes, indígenas, campesinas, urbanas, jovens, adultas, da artes e da cultura, de organizações de mulheres, feministas, sociais, populares, partidos políticos, setor LGBTI; chegamos a cidade de Bogotá para combinar e tecer sonhos e ações, para moldar uma sociedade também adaptada às mulheres; sociedade em que somos reconhecidos como sujeitos de direitos públicos e privados, é dada autoridade às nossas vozes e nossas experiências são validadas como um valor da condição humana (MUJERES POR LA PAZ, 2012b, p. 1, tradução nossa<sup>28</sup>).

---

<sup>28</sup> Nosotras, las mujeres de la Guajira, Bolívar, Atlántico, Sucre, Antioquia, Caldas, Chocó, Valle del Cauca, Cauca, Santander, Meta, Caquetá, Tolima, Bogotá, Boyacá, Risaralda, Cesar, Magdalena, Sucre, Putumayo, Norte de Santander, Huila, Quindío, Cundinamarca, Nariño; mujeres afro descendentes, indígenas, campesinas, urbanas, jóvenes, adultas, del arte y de la cultura, de organizaciones de mujeres, feministas, sociales, populares, partidos políticos, sector LGTBI; llegamos a la ciudad de Bogotá para aunar y tejer sueños y acciones, para perfilar una sociedad también a la medida de las mujeres; sociedad en la cual se nos reconozca como sujetos de derechos en lo público y lo privado, se otorgue autoridad a nuestras voces y se validen nuestras experiencias como valor de la condición humana.

A partir do trecho acima torna-se importante pontuar o reconhecimento por parte dessas agentes da existência de interconexões entre marcadores sociais da diferença que, como veremos adiante, estiveram presentes em grande parte dos documentos escritos pelas organizações. Os movimentos de mulheres e feministas na Colômbia buscaram destacar esse aspecto crucial, sempre que possível, e o trecho acima é um exemplo disso, de que a paz seria formada por mulheres plurais com identidades e experiências múltiplas. Tal reconhecimento dialoga com a produção de algumas autoras como Matos (2010) ao perceber como os movimentos de mulheres e feministas tem se estruturado na América Latina, em um momento de inflexão marca de uma quarta onda feminista.

Por meio destes movimentos, há um entendimento por parte dos grupos baseados, em grande parte, em diálogos construídos com os movimentos feministas negros e latinos que ressaltaram a necessidade de se criar movimentações de base interseccional (MATOS, 2010; MATOS; SIMÕES, 2018). Além disso, os feminismos latino-americanos passaram a estruturar suas lutas por reconhecimento e reivindicações por meio da criação de alianças, seja entre as diferentes vertentes dos feminismos seja com outras organizações sociais, que passam a buscar por uma convergência de pautas. Assim, os feminismos na Colômbia, se assim podemos identificá-los, buscam perceber as diferenças entre as mulheres e pautá-las para criar um processo de paz diferenciado, que responda às demandas específicas de cada grupo de mulheres, localizadas em diferentes territórios e com histórias distintas.

Vale ressaltar que ao longo do processo de análise dos documentos para essa pesquisa, não conseguimos perceber conflitos e tensões entre as agentes no que tange o alargamento e as especificidades das pautas pela paz, principalmente no que tange o papel ocupado pela categoria gênero no processo. Assim, não podemos afirmar ao certo se houve uma concordância generalizada na percepção do papel que desempenhavam as diferenças entre as mulheres na construção de paz ou então quais os principais pontos em disputas durante esse processo.

### 3.1.2 *“Las mujeres no queremos ser pactadas sino ser pactantes”*

Os primeiros meses do ano de 2013 marcaram o início das negociações sobre o ponto dois dos Acordos de Paz que versaram sobre a participação política. Já nesse momento tornou-se possível perceber diversas novas estratégias, formas de engajamento e tentativas de influenciar os agentes em negociação pela paz. Se o primeiro ano dos diálogos entre o governo nacional e as FARC-EP foi marcado por uma organização estratégicas das mulheres

no tange à escolha de cursos de ação conjunta para influenciar as esferas de negociação, o ano seguinte foi marcado por uma tentativa de estabelecimento de canais de diálogo com os agentes oficiais do processo de paz, principalmente por meio da organização de eventos que mobilizaram centenas de mulheres em todo o país e que reivindicaram, de forma interseccional, a inclusão das mulheres e de suas experiências nas Mesas de Negociação de paz.

Assim, nos dias 12 e 13 de maio de 2013<sup>29</sup>, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional e Internacional de Mulheres por Dignidade e Paz (*1er Encuentro Nacional e Internacional de Mujeres por la Dignidad y la Paz*). O evento aconteceu na cidade de Florencia (Caquetá) e reuniu mais de 2000 mulheres e homens, provenientes de todas as regiões do país, para construir uma proposta convergente de participação nos diálogos de paz de Havana, porém a partir de entendimentos pautados na diversidade e nas diferenças (PLATAFORMA SUR DE PROCESOS SOCIALES, 2013).

Segundo reportado pela *Plataforma Sur de Procesos Sociales* (2013), o evento foi convocado e organizado por organizações rurais e urbanas de mulheres e pelos movimentos LGBTI+ da região de Caquetá. A ideia do encontro foi buscar outras formas de construção de paz que levassem em consideração grupos e agentes que estiveram historicamente marginalizados do processo. Assim, por meio do lema “*mujeres contra el machismo, mujeres contra el capital, mujeres contra el terrorismo neoliberal*”, as/os participantes apostavam em uma postura de ação política baseada em um enfoque de gênero mais “radicalizado” (PLATAFORMA SUR DE PROCESOS SOCIALES, 2013).

O segundo dia de evento foi marcado pela realização de doze Mesas Temáticas<sup>30</sup> voltadas para a discussão a respeito da atuação das mulheres em diferentes setores da sociedade. Por meio de debates aprofundadas foi possível compreender a realidade vivida pelas múltiplas mulheres, que operavam, em atividades e rotinas desde os meios rurais até em atuações militares. Vale salientar que a prefeita da cidade de Florencia e o governo de Caquetá se opuseram à realização do evento e não prestaram ajuda em termos de

---

<sup>29</sup> Torna-se necessário pontuar que ao realizarmos o levantamento sobre o evento encontramos uma inconsistência nas datas. Segundo a Cronologia da *Corporación Humanas Colombia* o evento ocorreu entre os dias 19 a 22 de maio. Porém, as plataformas online de notícias notificam a ocorrência do evento entre os dias 12 e 13 de maio. Utilizaremos essas últimas datas visto que foram as que apareceram com maior frequência ao longo da pesquisa.

<sup>30</sup> As mesas de trabalhos foram: 1) Mujer y género; 2) La mujer y los derechos humanos; 3) la mujer y la reforma agraria integral; 4) La mujer y la explotación minero energética; 5) La mujer y su posición en la estructura económica y social; 6) La mujer y el conflicto armado; 7) La mujer y la democracia; 8) La mujer y la participación en los asuntos del Estado; 9) La mujer y la doctrina militar; 10) La mujer y las relaciones internacionales; 11) La mujer y los diálogos de paz; 12) la mujer y la diversidad étnica.

infraestrutura que, inicialmente, haviam prometido. Isso ocorreu, aparentemente, porque estes movimentos que convocaram o evento também haviam apoiado/organizado o protesto campesino por direito à educação, ocorrido na cidade, que durou cerca de 20 dias (PLATAFORMA SUR DE PROCESOS SOCIALES, 2013).

Além do evento organizado na cidade de Florencia em maio, alguns meses depois foi organizado um outro encontro intitulado “*Las mujeres le hablan a La Habana*”. Segundo a plataforma online *Cronologia dos diálogos de paz*<sup>31</sup>, organizada pela *Corporación Humanas Colombia*. O encontro, organizado pela própria movimentação, ocorreu no dia 31 de julho e contou com a participação de seis mulheres especialistas que estiveram presentes para falar sobre cada um dos seis pontos dos acordos de paz que estavam ocorrendo em Havana<sup>32</sup> (CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA, 2013a).

Desde a apresentação da Resolução 339/2012, quando o Estado indicou seus delegados para as Mesas de Negociações, os movimentos de mulheres e feministas passaram a denunciar as ações de omissão dos direitos das mulheres por parte do Estado, exigindo uma presença maior nesses espaços oficiais. Segundo entrevistas realizadas por Calbet (2018), diversas organizações de mulheres e feministas realizaram um encaminhamento para o governo para que se fosse organizado um Fórum para se discutir os direitos das mulheres no processo de construção de paz, principalmente no que se referia à participação nos espaços de decisão. A delegação governamental, no entanto, negou-se a organizá-lo, afirmando que este não era um ponto da agenda de paz no país.

Como resposta e de forma coordenada, os movimentos *Casa de la Mujer*, *Ruta Pacífica de las Mujeres*, *Red Nacional de Mujeres*, *Mujeres por la paz*, *Colectivo de Pensamiento y Acción Mujeres*, *Paz y Seguridad*, *Grupo de Seguimiento de la Resolución 1325*, *Conferencia Nacional de Organizaciones Afrocolombianas (CNOA)*, *Iniciativa de Mujeres Colombianas por la Paz (IMP)* e *Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia (ANMUCIC)* em parceria com a Organização das Nações Unidas na Colômbia, representada pela ONU Mujeres, organizaram entre os dias 23 e 25 de outubro de 2013, a Primeira Cúpula Nacional de Mulheres e Paz (*Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*) (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2013).

---

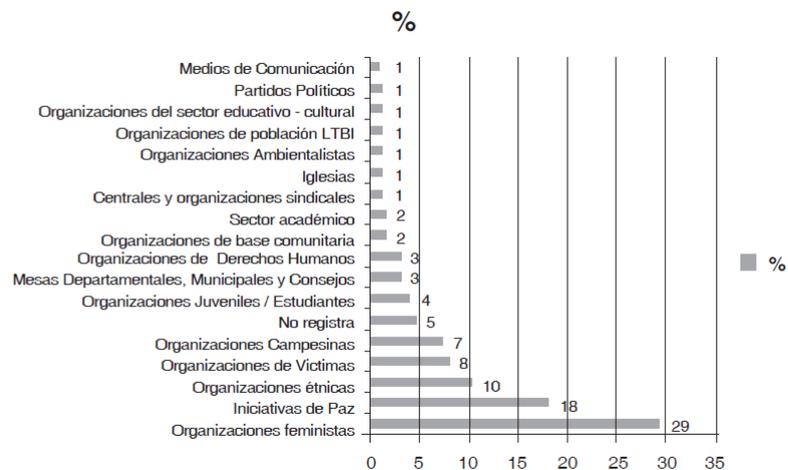
<sup>31</sup> E disponível no site: [https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html).

<sup>32</sup> Por mais que o evento seja mencionado na *Cronologia* organizada pela organização, não foi encontrada nenhuma menção do evento em nenhuma outra plataforma. O link que está disponibilizado na página para mais informações está atualmente fora do ar.

Participaram da Cúpula 449 mulheres representando uma diversidade de setores sociais advindas de trinta (30) dos trinta e dois (32) departamentos regionais do país. Essas mulheres estavam vinculadas a organizações feministas, de direitos humanos, campesinas, vítimas do conflito armado, indígenas, afrodescendentes, de juventude, ambientalistas, LGBTI+, religiosas, do setor educativo e cultural, de partidos políticos, ligados a centros de pesquisas e universidades, organizações sindicais, meios de comunicação e outras organizações da sociedade civil (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2013).

Além disso, o evento contou com a participação de diversas especialistas nacionais e internacionais que trabalhavam com a temática de prevenção de conflitos e construção da paz, a partir de uma perspectiva de gênero. Participaram também representantes de organizações internacionais, Estados parceiros e agentes do governo nacional da Colômbia que foram convidados para escutar as falas das participantes e refletir sobre os encaminhamentos propostos, sendo essas discussões amplamente divulgadas por veículos de comunicação oficiais e pelas redes sociais (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2013).

**GRÁFICO 1-** Informação das participantes do evento



Fonte: CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2013, p. 18.

O gráfico acima (GRAFICO 1) sistematiza numericamente a participação das mulheres na Cúpula, a partir de sua filiação aos diferentes movimentos sociais. Assim, por exemplo, 29% das mulheres presentes, ou seja, 132 mulheres estavam ligadas a organizações feministas<sup>33</sup>; 33 a organizações campesinas; 25 a organizações de afrodescendentes; 21 a

<sup>33</sup> As organizações feministas representaram o movimento com maior número de participantes do evento.

organizações indígenas, 6 a organizações LBT (Lésbicas, bissexuais e transexuais) (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2013). Torna-se importante ressaltar, por exemplo, que mulheres que se auto entendiam enquanto feministas podiam estar associadas a outras organizações sociais presentes no evento, possibilitando uma convergência de perspectivas no processo de diálogo e de construção de estratégias de atuação.

De forma geral, segundo documento produzido como resultado desse Encontro, as mulheres participantes convergiram em três pontos principais: o primeiro (i) deles diz respeito ao apoio ao processo de paz e à “exigência” de que as partes só se levantariam das Mesas de Negociações após a apresentação de um acordo de paz; o segundo (ii) de que era necessária a presença e participação das mulheres em todas as etapas do processo<sup>34</sup>, e por fim (iii) a inclusão na agenda de negociação sobre as necessidades e vivências das mulheres durante os anos de conflito (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2013). Esses três pontos de convergência entre as mulheres participantes do evento fizeram com que posteriormente, no ano de 2014, fosse criada dentro das Mesas de Negociação de Havana a *Subcomissão de gênero*<sup>35</sup>.

Ainda no que tange os pontos ii e iii, o documento aponta para uma aposta de participação das mulheres em sua diversidade. Assim, buscou-se levar em conta as especificidades das mulheres advindas de comunidades indígenas e afro colombianas, lideranças comunitárias de diferentes regiões do país, mulheres vítimas do conflito, mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, buscando visibilizar as experiências dessas mulheres e inseri-las no processo de paz. Assim, tal processo “deve realizar-se com todos os atores que participam do conflito” (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2013, p. 46, tradução nossa<sup>36</sup>), onde elas pudessem participar das negociações e pudessem também propor meios de reparação.

Nesse mesmo sentido, a ativista feminista e coordenadora da ONG *Casa de la Mujer*, Olga Amparo Sanches, em seu pronunciamento na *Cumbre*, apontou para a necessidade da criação de mecanismos participativos que garantissem a paridade entre homens e mulheres em todas as etapas do processo de paz. Além de afirmar que a paz, a partir de uma visão feminista, implicaria compreender que as mulheres não deveriam ser entendidas apenas como

---

<sup>34</sup> Como demonstrado nos documentos produzidos como resultado da Cumbre a ideia que direcionava as ações das mulheres nesse ponto específico era “*Las mujeres no queremos ser pactadas sino ser pactantes*”, ou seja, elas não aceitariam mais o espaços não institucionalizados, mas queriam participar ativamente do processo de negociação e escrita dos documentos oficiais de paz.

<sup>35</sup> A contextualização assim como as funções do Comitê será abordada na próxima seção do presente capítulo.

<sup>36</sup> *debe realizarse con todos los actores que participan en el conflicto.*

“vítimas do conflito”, mas também reconhecidas pelas contribuições e pelo seu papel político ativo no processo. Para Sanches, as mulheres deveriam assumir esse espaço porque “*son más arriesgadas para buscar soluciones y que a este proceso “le falta arrojo, audacia y viejas verracas”*”(CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2012, p.26).

Em sua conclusão da apresentação, Sanches afirmou que as mulheres deveriam exigir do governo nacional a continuidade das Mesas de Negociações e que elas deveriam questionar

Por que o governo se “enrola” buscando por mulheres líderes? Por que não se “enrola” com os homens? Existem mulheres como Gloria Cuartas, Ccelia López, Piedade Córdoba, parecia ser que para as mulheres se aplica a meritocracia e para os homens não (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2013, p. 26, tradução nossa<sup>37</sup>)

Na fala de Sanches transparecem as dificuldades de acesso e a exclusão das mulheres durante os processos políticos. Por mais que as mulheres, muitas vezes, fossem mais qualificadas para atuar em determinada negociação, elas não eram vistas como capazes de ocupar tais posições.

Após a fala de Sanches e de outras mulheres presentes no encontro, o documento final da *Cumbre* apontou para as sugestões feitas pelas participantes sobre cada um dos seis pontos dos Acordos, dando maior atenção para a questão da implementação, referendação e verificação (o ponto 6 dos Acordos). Haveria, então, pelo menos três considerações aos pontos sobre Participação Política, Reforma Rural Integral e Fim do Conflito que mereceriam ser apontados em nossa análise do evento, principalmente ao considerarem a diversidade e as peculiaridades das e nas vivências das mulheres. No primeiro ponto, participação política, por exemplo, as mesas de conversação da *Cumbre* pontuaram a necessidade de se criar mecanismos de participação política para grupos marginalizados e/ou sub-representadas dessa esfera, havendo o reconhecimento explícito de que esses grupos eram especificamente aqueles de mulheres, de indígenas, da população afro colombiana, dos/as LGBTI+ e da população campesina (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2013).

Nas discussões sobre a Reforma Rural Integral (RRI), principalmente no ponto sobre a reforma agrária, existiram menções à necessidade da redistribuição do território colombiano, enfatizando-se a necessidade da “devolução” de terras para as comunidades indígenas e afrodescendentes, em conformidade com sentenças judiciais já proferidas no país. Além disso, houve uma tentativa de se pensar ainda numa reorganização da atividade agrícola no país,

---

<sup>37</sup> ¿por qué el Gobierno se enreda buscando mujeres líderes? ¿Por qué no se enredó con los hombres? Hay mujeres como Gloria Cuartas, Cecilia López, Piedad Córdoba, pareciera ser que para las mujeres se aplica meritocracia y para los hombres no.

onde a terra fosse entregue a camponeses, afrodescendentes e comunidades indígenas, “no qual se fortaleceriam as zonas de reserva camponesa. 3) Que esta redistribuição da terra garanta que 50% das terras sejam atribuídas para as mulheres dos setores indicados” (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2013, p.57, tradução nossa<sup>38</sup>).

Por fim, no ponto sobre o fim do conflito houve um compartilhamento de entendimentos sobre a necessidade de fortalecimento das mulheres indígenas e afrocolombianas para promover a sua maior participação, tanto em coletivos e/ou organizações, quanto em instituições territoriais, tendo como ênfase, sobretudo, o empoderamento das mulheres jovens. Além disso, ressaltou-se a necessidade de melhoria nos mecanismos de participação democrática e no acesso real das mulheres a esses mecanismos (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES E PAZ, 2013).

Os três pontos, para além de destacar a necessidade de se inserir um enfoque diferenciado de gênero nos documentos de paz, abordaram ainda algumas questões relativas ao conteúdo da intervenção. Em concordância com os discursos proferidos e os documentos produzidos pelas organizações de mulheres, tornou-se clara a necessidade do reconhecimento de interligações entre marcadores da diferença e o impacto dessas “inter-relações” com as experiências das mulheres colombianas. Os ativismos interseccionais das mulheres colombianas tornaram-se, portanto, algo central que pautou a forma como essas mulheres buscaram agir em relação aos seus movimentos, com outros movimentos sociais e com os agentes-chave nos processos de construção da paz.

Essas organizações reconheceram não ser possível construir uma resposta única de intervenção direcionada apenas para um determinado segmento social como se este fosse homogêneo ou compartilhasse das mesmas características. Os movimentos de mulheres e feministas passaram, então, a reconhecer e a pautar a existência de múltiplas identidades e demandas, experienciadas por meio de suas próprias vivências interseccionais. A partir desse reconhecimento foi possível pensar e criar políticas públicas que impactassem um maior número de mulheres plurais e diversas que viveram o conflito colombiano.

Ademais, o evento estabeleceu cinco pontos que deveriam ser endereçados pelos movimentos aos agentes estatais, voltados especificamente para os crimes de violência sexual, sendo eles: (i) a garantia de atenção integral à saúde das mulheres vítimas de violência sexual e seus familiares durante o período de diagnóstico, tratamento e proteção; (ii) liberdade de

---

<sup>38</sup> por lo cual se fortalecerían las zonas de reserva camponesa. 3) Que en esta redistribución de la tierra se le asigne un 50% de las tierras a las mujeres de los sectores señalados.

expressão e proteção para denunciar os casos; (iii) garantia de não repetição; (iv) garantia de criação e manutenção de casas de amparo para as vítimas, de qualquer idade, em todos os municípios, que contariam com o apoio de ONGs e do governo; e por fim, (v) agilidade dos processos judiciais, além da garantia da judicialização dos casos (CALBET, 2018).

A *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* foi um encontro fundamental por ter propiciado um ambiente onde alianças e redes foram efetivamente construídas por meio do diálogo entre experiências territoriais, nacionais e internacionais de construção da paz e que logrou êxito por ter contado com a participação de diferentes movimentos de mulheres e feministas de todo país.

O espaço permitiu uma reflexão crítica e discussão propositiva a partir das vozes e o papel das mulheres como agentes políticas no marco das conversações para a paz, o pós acordo e a preparação do pós conflito, gerando propostas e recomendações sobre os desafios e mecanismos de referendação, implementação e verificação dos acordos alcançados em matéria de reforma rural integral, participação política, fim do conflito, solução ao problema de drogas de uso ilícito e vítimas (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2013, p. 10, tradução nossa<sup>39</sup>).

Como conclusão do evento, as mulheres reafirmaram a necessidade de estar presentes nas Mesas de Negociação, uma vez que suas experiências perpassavam outras realidades do conflito e, dessa forma, apresentaram necessidades específicas no que tangia a garantia de direitos das mulheres na construção da paz na Colômbia (CALBET, 2018).

Um mês após a primeira *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, diversas organizações de mulheres e feministas convocaram uma manifestação que recebeu o nome de “*La paz y la democracia con las mujeres ¡Si van!*” que ocorreu no dia 22 de novembro em Bogotá, capital da Colômbia. Em uma nota divulgada pela rede ALBATV (2013) sobre essa manifestação, as mulheres buscaram por meio da mobilização reafirmar

a necessidade de nos unir, protestar, exigir e propor, cessar a guerra, nos dispusemos a construção da paz e exigir profundas transformações econômicas, culturais, sociais e políticas necessárias para enfrentar a desigualdade social, injustiças, violência e guerras públicas e privadas, porque queremos ter um presente livre de violências e uma sociedade em paz, onde somos reconhecidas como agentes capazes de deliberar e decidir em um novo pacto social e sexual. Por essas múltiplas razões, nós mulheres que apostamos na paz: agentes políticas, forjadoras e construtoras históricos da paz,

---

<sup>39</sup> el espacio permitió una reflexión crítica y discusión propositiva desde las voces y el papel de las mujeres como actoras políticas en el marco de las Conversaciones de Paz, el post acuerdo y la preparación del post conflicto, generando propuestas y recomendaciones sobre los retos y mecanismos de referendación, implementación y verificación de los acuerdos alcanzados en materia de desarrollo agrario integral, participación política, fin del conflicto, solución al problema de drogas de uso ilícito y víctimas

com vozes, corpos e rostos concretos, de múltiplas diversidades (ALBATV, 2013, p. 1, tradução nossa<sup>40</sup>)

A manifestação foi uma forma encontrada pelos movimentos de mulheres e feministas de se abordar publicamente a necessidade de inserção das mulheres no processo de construção de paz, reconhecendo seu papel enquanto agentes políticas ativas desse processo. Além disso, tornou-se necessário perceber que uma forma eficaz de influenciar a tomada de decisão entre os agentes negociadores seria através da mobilização da opinião pública. Nesse sentido, os movimentos de mulheres e feministas passaram a organizar eventos e manifestações que buscavam a ocupação das vias públicas nas cidades, o que acaba por dar visibilidade às demandas e ainda sensibilizava os demais segmentos da sociedade.

Vale destacar que, para mobilizar mulheres e homens para a manifestação em questão, a forma encontrada pelas organizações foi o meio da mídia virtual. Em pesquisa realizada pelo autor foram encontrados dois vídeos sobre essa manifestação disponibilizados na plataforma Youtube. O primeiro deles foi compartilhado pela página Marcha Patriótica (2013) e intitulado “*Mujeres constructoras de Paz / MARCHA 22 DE NOVIEMBRE*”<sup>41</sup>. O vídeo contou com trechos de entrevistas com mulheres ativistas que ocupam/ocuparam diversos espaços e eventos sobre gênero e os processos de paz, como a própria *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*. Em suas falas são afirmados o papel das mulheres no processo de paz, o não reconhecimento desse papel pela história oficial do país e o intrínseco trabalho das mulheres no processo de reconstrução da democracia. O vídeo finaliza com um chamado para “mulheres indígenas, afro, raizales, lésbicas, bissexuais e estudantes” estarem presentes no ato do dia 22.

Já o segundo vídeo recebe o nome de “*¿Qué eligen las mujeres? Tod@s a las calles este 22 de noviembre*”<sup>42</sup> disponibilizado pela página Agencia Prensa Rural (2013). O vídeo conta com a fala de diversas mulheres de diferentes origens e idades que estavam presentes durante a gravação dos depoimentos em manifestações nas ruas. Elas iniciam suas falas com a

---

<sup>40</sup> la necesidad de unirnos, protestar, exigir y proponer, cesar la guerra, disponernos a la construcción de paz, y demandar las profundas transformaciones económicas, culturales, sociales y políticas necesarias, para hacer frente a la desigualdad social, a las injusticias, violencias y guerras públicas y privadas, por que deseamos tener un presente libre de violencias y una sociedad en paz donde seamos reconocidas como sujetas deliberantes y decisorias en un nuevo pacto social y sexual. Por estas múltiples razones, nosotras Mujeres que le apostamos a la paz: sujetas políticas, forjadoras y constructoras históricas de la paz, con voces, cuerpos, y rostros concretos, desde múltiples diversidades.

<sup>41</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=UxmELIJ79CM&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?v=UxmELIJ79CM&feature=emb_logo)>.

<sup>42</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2UfE3xnU0fE>>.

expressão “*yo no eligí...*” e completam com palavras como “*...la violencia*”, “*...el maltrato físico*”, “*...ser desplazada por la violencia*”, “*...una democracia excluyente*”. Por fim, há uma inversão do quadro e as mulheres passam a convocar as pessoas para a manifestação por meio do chamado “*pero si elegí salir este 22 de noviembre para luchar por todos los derechos de nuestras mujeres*”.

Os diversos eventos que buscavam criar espaços de diálogo entre as mulheres e manifestações organizadas por diferentes organizações e coletivos serviram para pressionar o governo a rever o espaço ocupado pelo marcador gênero nos processos de negociações. Assim, após várias tentativas de estabelecer diálogos com o Estado e de influenciar os posicionamentos dos agentes envolvidos nas Mesas de Negociação, principalmente no que tange a participação das mulheres no processo, no dia 26 de novembro de 2013, o então presidente Juan Manoel Santos nomeou duas mulheres como representantes do governo no processo em Havana. São elas: Nigeria Rentería, que naquele momento ocupava o cargo de Alta Conselheira para a Equidade da Mulher, e María Paulina Riveros, advogada e diretora de direitos humanos do Ministério do Interior (2011-2013) (AGENCIA PRENSA RURAL, 2013; CHAPARRO GONZÁLEZ; MARTÍNEZ OSORIO, 2016; GIWPS, 2017).

Segundo o pronunciamento de Santos, reportado pelo canal de notícias TeleSUR, cada uma delas possuiria formação capaz de impactar positivamente as discussões e a escrita do documento, sempre a partir de uma perspectiva de gênero. Riveros, tendo sua trajetória em Direitos Humanos, poderia assessorar nas questões de cultivos ilícitos, atenção para as vítimas e em temas territoriais. Já Rentería trabalharia com temas de gênero e equidade nas negociações, focando diretamente nas vítimas do conflito, que em sua maioria é constituída por mulheres (AGENCIA PRENSA RURAL, 2013).

[...] A Nigéria garantizará para que se mantenga un enfoque de género e equidade nas conversações, e estará indo e vindo entre Havana e Bogotá para establecer un canal de comunicación adecuado com organizações de mulheres que têm muito a contribuir, entre outras razões porque mais da metade das vítimas do conflito são mulheres (AGENCIA PRENSA RURAL, 2013, p. 1, tradução nossa<sup>43</sup>).

A partir do trecho retirado da fala do presidente Santos, tornou-se claro, enfim, a mudança de posicionamento por parte do governo que passou a reconhecer o papel do gênero

---

<sup>43</sup> [...] Nigeria velará porque se siga manteniendo un enfoque de género y equidad en las conversaciones, y estará yendo y viniendo entre La Habana y Bogotá para establecer un adecuado canal de comunicación con organizaciones de mujeres que tienen tanto que aportar, entre otras razones porque más de la mitad de las víctimas del conflicto son mujeres (SANTOS NOMBRA A..., 2013, p. 1)

no conflito da Colômbia. Assim, não só se tornou necessário reconhecer publicamente que mulheres eram mais da metade das vítimas do conflito, mas afirmar esse fato para justificar a necessidade de um enfoque diferenciado de gênero no processo e, por conseguinte, em uma maior inclusão das mulheres nas etapas subsequentes da negociação.

Vale ressaltar que mesmo com a entrada de duas mulheres especialistas na equipe do governo nacional, a representação numérica de mulheres ocupando cargos de delegação continuou baixa. Após o anúncio do presidente, das dez vagas ocupadas pelas delegações do governo apenas duas eram ocupadas por mulheres. Porém, se focalizarmos na presença de mulheres em outras instâncias e cargos, torna-se possível perceber uma grande presença de mulheres (QUADRO 3), principalmente ocupando cargos de caráter consultivo (CHAPARRO GONZÁLEZ; MARTÍNEZ OSORIO, 2016).

No que tange à atuação de mulheres nas delegações oficiais das FARC-EP é difícil delimitar um número certo de mulheres que participaram do processo. A forma como o grupo se organiza não torna possível perceber uma divisão clara de quem são os indivíduos que atuam como delegados/as ou quem são os/as assessores. Assim, sempre nas mesas de negociações havia dez pessoas, que nem sempre eram as mesmas e poderiam estar ocupando cargos diferentes. De maneira geral, a literatura reconhece que as FARC-EP haviam nomeado apenas uma mulher para ocupar esse cargo, sendo Tanja Nijmeijer a única negociadora em todo o processo (CHAPARRO GONZÁLEZ; MARTÍNEZ OSORIO, 2016).

**QUADRO 3** - Composição das instâncias de negociação do processo de paz entre as FARC-EP e o Governo

<i>Composição da Mesa de Negociação</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Delegados</i>	17	3
<i>Suplentes</i>	8	2
<i>Mesas de apoio à Mesa de Negociação</i>	13	25

Fonte: CHAPARRO GONZÁLEZ; MARTÍNEZ OSORIO, 2016, p. 70, tradução nossa.

Como o quadro 3 (QUADRO 3) demonstra, houve a persistência da sub-representação de mulheres ocupando posições como delegadas, tanto do governo nacional como na representação das FARC-EP. Das 20 posições reservadas para ocupação de delegados houve apenas 3 mulheres participantes, o que representou cerca de 15% da ocupação desses espaços. Por outro lado, observou-se uma alta taxa de representação de mulheres se focalizarmos a ocupação de cargos consultivos. Vale ressaltar que, com a criação da *Subcomissão de gênero* no ano de 2014, que será tratada na próxima seção, o número de mulheres ocupando cargos

consultivos aumentou ainda mais. Porém, vale ressaltar que a inclusão de duas mulheres delegadas do governo nacional representou um sinal claro de reconhecimento do governo a respeito da necessidade de se trabalhar com tal pauta no marco da resolução do conflito.

### 3.1.3 *Por uma paz de gênero: ponto 5, conferências de vítimas e a construção da Subcomissão de gênero*

Para além de pressionarem as ações das delegações oficiais que participaram das negociações, os movimentos de mulheres e feministas passaram, então, a atuar de forma organizada nos novos canais participativos criados pelo governo nacional para inserir a população no processo de paz (ORGANIZACIÓN DE NACIONES UNIDAS, UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA, 2014). A criação desses canais participativos revela uma mudança de postura por parte do Estado, que passou a se aproximar dos movimentos de vítimas e a compreender o papel desses agentes no processo de construção de paz.

O primeiro mecanismo de participação estabelecido se deu a partir do envio de propostas dos/as cidadãos/ãs e da participação em Fóruns Temáticos sobre quatro dos seis pontos do Acordo de Paz. Segundo Brett (2017), foram recebidas e encaminhadas à Mesa de Negociação, ao longo do processo, aproximadamente 9.306 propostas. Posteriormente, em 2014, o governo colombiano divulgou, por meio da Comunicado Conjunto (CC) de 7 de junho, a *Declaración de Principios para Discusión del Punto 5 de la Agenda: Víctimas*, reconhecendo, assim, a centralidade dos direitos humanos das vítimas para os diálogos de paz e a necessidade de incluir esse segmento da população no processo.

No documento, não se encontravam apenas os dez princípios gerais<sup>44</sup> para se abordar a discussão sobre as vítimas do conflito durante a negociação, como também havia um comunicado dos agentes oficiais envolvidos nos diálogos sobre a criação de três canais participativos onde a população, principalmente as vítimas do conflito, puderam participar de forma mais ativa do processo. O primeiro canal criado ocorreu por meio de uma solicitação para que o Escritório das Nações Unidas na Colômbia e o *Centro de Pensamiento y Seguimiento al diálogo de Paz* da Universidade Nacional organizasse três Fóruns regionais -

---

<sup>44</sup> Os dez pontos presentes no comunicado foram: (i) reconhecimento das vítimas, (ii) reconhecimento de responsabilidade, (iii) satisfação dos direitos das vítimas, (iv) participação das vítimas, (v) esclarecimento da verdade, (vi) reparação das vítimas, (vii) garantias de proteção e segurança, (viii) garantias de não repetição, (ix) princípio de reconciliação e (x) enfoque de direitos.

em Villavicencio, Barrancabermeja e Barranquilla -, e um Fórum Nacional na cidade de Cali (DELEGADOS DO GOVERNO NACIONAL DA COLÔMBIA E DAS FARC-EP, 2014).

O segundo canal participativo disse respeito à organização de uma delegação de vítimas que assistiria aos diálogos da Mesa, com o intuito de apresentar suas propostas e expectativas no que tangia à construção da paz nos territórios e ao cumprimento de acordos relacionados aos direitos das vítimas, incluindo as garantias de não repetição. O documento ainda assegurava que a composição da delegação buscava assegurar uma representação plural e equilibrada de diferentes vítimas, assim como os principais “meios” vitimizantes (DELEGADOS DO GOVERNO NACIONAL DA COLÔMBIA E DAS FARC-EP, 2014).

Como ponto final proposto em documento do Comunicado Conjunto, houve a menção da criação de uma Subcomissão de gênero. A ideia inicial era a de que este Comitê seria composto por integrantes das delegações envolvidas nos processos que paz, que buscariam revisar e garantir, com o apoio de especialistas colombianas e de outros países, que os acordos firmados<sup>45</sup> possuíssem um enfoque transversal de gênero sobre cada um dos seis pontos propostos (DELEGADOS DO GOVERNO NACIONAL DA COLÔMBIA E DAS FARC-EP, 2014; CALBET, 2018).

Em entrevista realizada por Brett (2017), uma das entrevistadas fala sobre o que representou a Subcomissão de gênero para as mulheres no que tangia a garantia de direitos para o segmento:

A maioria das vítimas que chegaram a Havana eram mulheres, então uma série de questões sobre mulheres também foi levantada e, nesse processo, a criação da subcomissão de gênero foi importante. Eu acho que há um desenvolvimento positivo dentro das partes, olhe para as mulheres. Pergunte para algumas envolvidas em organizações de mulheres, como elas encontraram sua primeira reunião com as delegações em Havana? O que Iván Márquez disse que eles tiveram um grande impacto sobre eles, em particular, eu acredito que seja histórico. A subcomissão está trabalhando, ela se reúne com bastante frequência. E, portanto, os acordos estão em processo de revisão, para que a linguagem de gênero seja estruturante neles e será importante incluir questões de gênero nos tópicos que serão posteriormente acordados (BRETT, 2017, p. 37, tradução nossa<sup>46</sup>).

<sup>45</sup> Sendo eles: Reforma Rural Integral, Participação Política e Problema das Drogas Ilícitas.

<sup>46</sup> La mayoría de las víctimas que llegaron a La Habana eran mujeres, por lo que también se plantearon una serie de asuntos de la mujer, y en el proceso de tal, ha sido importante la creación de la subcomisión de género. Creo que hay un desarrollo positivo dentro de las partes, mira a las mujeres. Pregúntale a algunas de las organizaciones de mujeres, ¿cómo encontraron su primera reunión con las delegaciones en La Habana? Qué Iván Márquez dice que ellos tuvieron un gran impacto en ellos, en particular, por lo que creo que es histórico. La subcomisión está trabajando, se reúne con bastante frecuencia. Y así los acuerdos están en proceso de revisión, para que el lenguaje de género les fundamente y será importante incluir las cuestiones de género en los temas que van a ser acordados posteriormente.

A Subcomissão de gênero teve sua primeira reunião em setembro de 2014 e contou com a participação de dez integrantes, cinco de cada delegação (CALBET, 2018). Além da participação de delegadas/os, a Subcomissão contou, também, com o apoio de especialistas nacionais e internacionais que contribuíram para o desenvolvimento da iniciativa. Calbet (2018) aponta que nos encontros da Subcomissão de Gênero foram organizadas “três sessões de especialistas com seis representantes em cada sessão que contou com a presença de organizações de mulheres e da comunidade LGBTI+” (p. 33, tradução nossa<sup>47</sup>), a lista com os nomes dos especialistas que viajaram para Havana para discutir sobre alguns pontos estão disponíveis no Anexo 2.

A criação da subcomissão foi essencial para promover o enfoque de gênero como uma estrutura central dos acordos, uma vez que as mulheres sofreram de forma desproporcional como vítimas durante as cinco décadas do conflito colombiano, e para tornar visíveis as vozes, demandas e experiências das mulheres como importantes construtoras da paz (BRETT, 2017, p. 18, tradução nossa<sup>48</sup>).

A Subcomissão foi um espaço onde diversos indivíduos, que experienciaram o conflito de formas diferentes, puderam influenciar o processo de revisão dos pontos dos Acordos de paz. Esses diálogos possibilitaram a inclusão de um enfoque diferenciado de gênero e sexualidade no documento. As agentes envolvidas na Comissão buscaram reconhecer a importância de se incluir uma perspectiva interseccional na construção da paz, principalmente, porque as experiências e as pessoas afetadas pelas dinâmicas violentas foram diferentes e marcadas pela raça, gênero, sexualidade, classe, geração, identidade de gênero e outros marcadores da diferença.

Vale salientar que paralelamente às discussões que ocorreram na subcomissão de gênero, as organizações de mulheres e feministas continuaram trabalhando no sentido de pressionar a Mesa de Negociação e a própria subcomissão. Essa pressão veio tanto dos mecanismos de participação existentes como também do contato direto estabelecido com as delegações de paz (CALBET, 2018). Nesse sentido, tornou-se interessante perceber como, no período, foi possível se estabelecer uma aproximação entre movimentos de mulheres e feministas e os agentes em negociação.

---

<sup>47</sup> Três sesiones de expertas con seis representantes cada sesión que contó con organizaciones de mujeres y de la comunidad LGTBI.

<sup>48</sup> La creación de esta subcomisión era clave para impulsar el enfoque de género como marco central de los acuerdos, dado que las mujeres han sufrido de manera desproporcional como víctimas durante las cinco décadas del conflicto colombiano, y para hacer visible las voces, exigencias y experiencias de las mujeres como constructoras de paz.

Essa aproximação possibilitou uma janela de oportunidades onde novas formas e rotinas de interação passaram a ser firmados entre os agentes. Assim, a partir da difusão de discursos sobre a necessidade e a importância da participação das mulheres no processo de paz, produzidos e reproduzidos pelas organizações feministas no país, tornou-se perceptível que essas movimentações “*se expandiram para além da sociedade civil*” e passaram a influenciar diretamente outras dinâmicas estatais durante o processo de construção de paz na Colômbia.

Parte dessa influência pode ser percebida nos Fóruns regionais e nacional de vítimas. Esses espaços, que tinham como objetivo criar dimensões participativas institucionais, que possibilitaram a participação das vítimas, principalmente de mulheres, no processo, o que contribuiu com a construção de propostas concretas e inclusivas no que tange ao acordo sobre vítimas do conflito colombiano. Tais propostas foram pensadas e formuladas a partir das experiências das próprias vítimas, reconhecendo-se ademais a diversidade e excentricidade das vítimas.

Assim, logo após a publicação do Comunicado Conjunto, a Organização das Nações Unidas e a Universidade Nacional passam a organizar os eventos e a pensar sobre suas metodologias de aplicação. Em conformidade com o documento, foram definidos os departamentos convocados a partir da sede de realização e as datas também foram escolhidas (QUADRO 4). Além disso, também foram definidos: a escolha dos participantes e o número de total de representações presentes nos quatro eventos.

**QUADRO 4 - Informações sobre a realização dos Fóruns**

FECHA	SEDE	DEPARTAMENTOS A CONVOCAR	PARA TENER EN CUENTA
Foro Regional 4 y 5 de julio	Villavicencio	Meta, Caquetá, Guaviare, Vichada, Guainía, Vaupés, Amazonas, Casanare, Cundinamarca y Bogotá (10)	En el caso de Bogotá, las plataformas de carácter nacional serán invitadas al Foro Nacional.
Foro Regional 10 y 11 de julio	Barrancabermeja	Antioquia, Norte de Santander, Santander, Arauca, Boyacá, Bolívar y Cesar (7)	Se invitarán a representantes del sur de Bolívar y Cesar del Magdalena Medio.
Foro Regional 17 y 18 de julio	Barranquilla	San Andrés y Providencia, Guajira, Magdalena, Atlántico, Córdoba, Bolívar, Sucre y Cesar (8)	Estarán representantes de municipios del Bolívar, Sucre y Cesar que no estuvieron en el Foro de Barrancabermeja.
Foro Nacional 3, 4 y 5 de agosto	Cali	Los 32 departamentos, con énfasis en Chocó, Valle del Cauca, Cauca, Nariño, Putumayo, Tolima, Caldas, Risaralda, Quindío, y Huila (10); así como plataformas nacionales.	Con una mayor participación de los departamentos de la región pacífico y sur del país.

Fonte: ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL, 2014, p. 9.

Para a seleção das pessoas participantes buscou-se criar critérios que garantiriam uma composição diversa e inclusiva, que refletisse da melhor forma possível a dinâmica e as formas de vitimização associados ao conflito armado. Assim, os organizadores buscaram por representantes de todas as modalidades de vitimização, pessoas que foram afetados/as pelo conflito, agentes armados, vítimas de territórios distintos e vítimas de todos os setores sociais afetados, com especial atenção para populações afetadas em diferentes visões ideológicas, o que garantiria uma participação de indivíduos plurais com diversos pontos de vistas (ORGANIZACION DAS NACIONES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL, 2014). Em entrevista realizada por Brett (2017), uma entrevistada aponta que as mulheres

Que elas não apenas foram vítimas de uma forma de violação dos direitos humanos, mas que foram expostas a uma ampla representação de violações dos direitos das mulheres, que iam desde a violência sexual até os casos de abuso, massacre e homicídio (p. 35, tradução nossa<sup>49</sup>).

Nesse sentido, torna-se importante pontuar que a organização dos Fóruns estabeleceu uma participação paritária entre homens e mulheres vítimas, ou seja, seria assegurado que 50% das vítimas participantes do evento fossem mulheres<sup>50</sup>

Os Fóruns regionais de Villavicencio (04 a 05 de julho), Barrancabermeja (10 a 11 de julho) e Barranquilla (17 a 18 de julho) contaram com a participação de 500 participantes em cada um dos eventos. O Fórum Nacional ocorreu na cidade de Cali, nos dias 03, 04 e 05 de agosto de 2014. O evento que inicialmente contaria com 1200 participantes, porém diante da alta demanda, passou a contar com 1500, sendo que 500 participantes eram da região do Pacífico e do Sul do país. Torna-se relevante destacar que das 31 mesas de diálogo presentes no evento, havia mesas discutindo temáticas direcionadas a questões regionais, de adolescentes e jovens, da população afro colombiana, de indígenas e da população vítima e refugiada no exterior do país (ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL, 2014).

---

<sup>49</sup> Que no solo fueran víctimas de una forma de violación de los derechos humanos, sino que hubiera representación amplia de las violaciones de los derechos de las mujeres, desde la violencia sexual hasta ser víctima de maltrato, masacre y homicidios.

<sup>50</sup> Em entrevistas presentes no trabalho de Brett (2017) torna-se perceptível que a adoção da reserva de vagas para as mulheres refletiu uma demanda antiga dos movimentos de mulheres e feministas que buscavam uma participação paritária em todos os mecanismos participativos voltados para o processo de construção de paz.

Como resultados desses Fóruns observamos um total de 3.162 pessoas participantes, das quais 48% eram mulheres, cerca de 1.526 pessoas, e 52% homens, cerca de 1.636. O número de participantes foi muito maior do que o programado, como apontado anteriormente no texto. Segundo o documento “*Informe y Balance general – Foros Nacional y Regionales sobre víctimas*” organizado pelas Nações Unidas e pela Universidade Nacional (2014), as razões que influenciaram a participação dos indivíduos são diversas.

A partir do documento foi possível identificar três principais motivações para a participação, sendo elas: o grande número de vítimas do conflito armado (mais de cinco milhões de vítimas registradas no país); a baixa participação que as vítimas e as organizações da sociedade civil vinham tendo nos fóruns organizados anteriormente sobre a Reforma Rural Integral, Participação Política e Solução ao Problema das Drogas Ilícitas e, por fim, o entendimento errôneo da grande parte da população, que acreditavam que os participantes dos Fóruns nacional e regionais seriam selecionados para participar das mesas de negociações em Havana<sup>51</sup> (ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL, 2014).

No que tange a participação de grupos historicamente marginalizados do processo de construção de paz devemos pontuar que os Fóruns foram locais de expressiva representação desses segmentos. As mulheres estiveram presentes nesses espaços deliberativos, ocupando posições importantes e construindo diálogos. Vale pontuar que a estratégia de participação paritária proposta pelas mulheres teve como objetivos

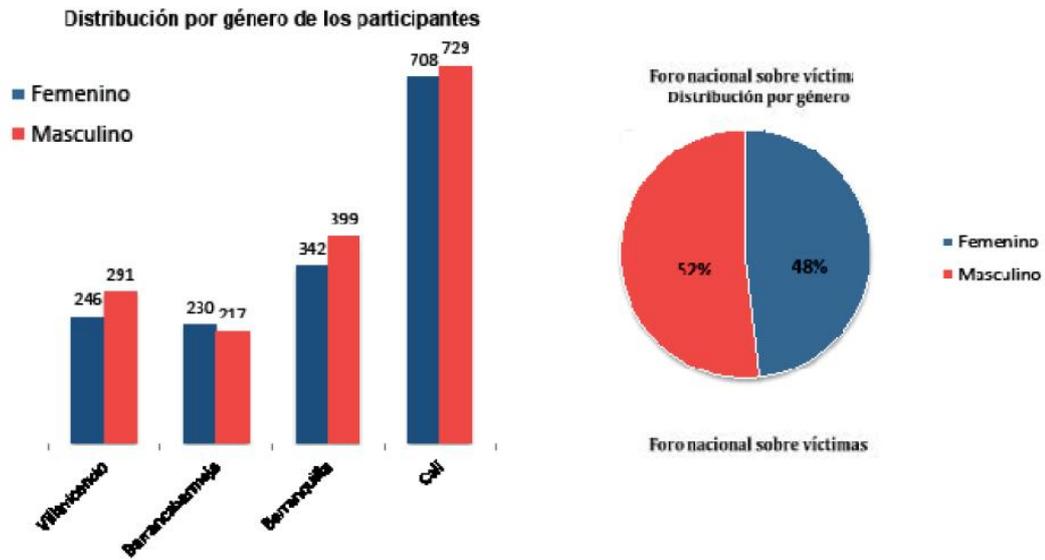
de narrar y marcar as histórias não contadas, de evidenciar o impacto do conflito sobre a mulher, de abrir um espaço dentro do qual se pode lançar propostas significativas relacionadas com a transformação do estado e da sociedade colombiana por meio de um país mais igual, equitativo e progressista (BRETT, 2017, p.35, tradução nossa<sup>52</sup>).

O gráfico dois (GRAFICO 2) ilustra a distribuição de participantes por gênero em cada um dos quatro fóruns que ocorreram no país no ano de 2014.

---

<sup>51</sup> Esse entendimento, que foi explicado no Informe, se deu porque no comunicado conjunto de 7 de junho se informava, ao mesmo tempo sobre a solicitação de organização dos Fóruns como também sobre a delegação de vítimas que iriam para Cuba. Essa confusão pode ser apontada como uma explicação para o maior interesse da população em participar (ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS, UNIVERSIDAD NACIONAL, 2014).

<sup>52</sup> de narrar y marcar las historias no contadas, de evidenciar el impacto del conflicto sobre la mujer, de abrir un espacio dentro de lo cual se pudiera lanzar propuestas significativas relacionadas con la transformación del estado y la sociedad colombiana hacia un país más igual, equitativo y progressista.

**GRÁFICO 2-** Distribuição por gênero dos participantes

Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL, 2014, p. 27.

Para além da (quase paritária) participação de mulheres nos Fóruns, um dado expressivo diz respeito a filiação das/os participantes dos fóruns a algum movimento social (QUADRO 5). Como base da metodologia empregada na organização dos Fóruns foi definido que 70% das pessoas participantes nos Fóruns regionais e 60% no Fórum Nacional deveriam ser vítimas ou organização de vítimas do conflito, as demais vagas seriam preenchidas por organizações sociais como partidos político, movimentos de mulheres, LGBTI+, de afrodescendentes, indígenas, de jovens, etc. (ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL, 2014).

Porém, mesmo a pessoa sendo enquadrada como vítima do conflito ela poderia indicar sua vinculação a alguma organização social. Assim, dos “1.437 participantes, 738 pessoas (51%) se registraram como representante ou membro de algum setor social ou populacional” (ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS, UNIVERSIDAD NACIONAL, 2014, P. 23, tradução nossa<sup>53</sup>) e, destes, os setores com maior representação foram as organizações de mulheres, com 99 participantes, seguido das organizações políticas e sociais (92) e das organizações de afrodescendentes (70).

#### QUADRO 5 - Relação da origem social vs. número de participantes do Fórum Nacional

<sup>53</sup>1.437 asistentes, 738 personas (51%) se registraron como representante o miembro de algún sector social o poblacional

FORO NACIONAL SOBRE VÍCTIMAS	
SECTOR SOCIAL Y POBLACIONAL	PARTICIPANTES
Organizaciones de mujeres	99
Movimientos políticos y sociales	92
Organizaciones afro-descendientes	70
Organizaciones defensoras de derechos humanos	62
Organizaciones y movimientos campesinos	59
Organizaciones indígenas	58
Gremios y organizaciones del sector empresarial	48
Partidos y movimiento políticos con personería jurídica	44
Adolescentes y jóvenes	43
Iglesias	36
Organizaciones juveniles	33
Organizaciones de derechos de niñez	18
Centrales y organizaciones sindicales	17
Sector académico, universidades y centros de investigación	17
Programas de Desarrollo y Paz e Iniciativas Nacionales y territoriales de paz	16
Directivos de medios de comunicación y sus asociaciones	11
Organizaciones de raizales, palanqueros y Rom	7
Organizaciones LGBTI	7
Organizaciones ambientalistas	2
<b>Total</b>	<b>739</b>
<b>Porcentaje del total de participantes</b>	<b>51%</b>

Fonte: ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA, 2014, p. 23-24.

Como apontado no Quadro 5, as organizações de mulheres foram o principal grupo a participar dos Fóruns, porém é necessário se ter em mente que as mulheres não limitaram a sua participação apenas no âmbito dessas organizações. Elas estiveram presentes representando outros segmentos, ocupando posições relevantes seja nos movimentos indígenas, LGBTI+, ambientais, estudantis ou em grupos acadêmicos. Essa participação horizontalizada dos movimentos de mulheres e feministas é um traço marcante do feminismo de quarta onda, apresentado no capítulo anterior.

Além da grande presença de mulheres e de organizações de mulheres nos Fóruns regionais e no Nacional, o Relatório identificou uma participação expressiva de representantes de povos e comunidades indígenas e de afrodescendentes que conseguiram organizar Mesas voltadas para questões específicas de suas comunidades. Ademais, a participação no evento serviu para fortalecer as redes e, ao mesmo tempo, fortalecer as propostas, agregando e

mobilizando diversas lideranças presentes nos Fóruns (ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL, 2014).

Como parte do documento organizado pela ONU e pela Universidade Nacional, há a transcrição das falas de autoridades e representantes de segmentos da sociedade civil que participaram no Fórum Nacional. Dentre as transcrições é possível se ter acesso a apresentação de Cláudia María Mejía Duque, representante da *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, que participou do painel sobre organizações nacionais da sociedade civil. Duque, durante sua fala, reafirmou a forma como as mulheres foram afetadas desproporcionalmente pelo conflito armado e a violência sexual que havia sido praticada de maneira “habitual, estendida, sistemática e invisível por parte de todos os agentes armados, legais e ilegais” (ORGANIZACION DAS NACIONES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL, 2014, p.105, tradução nossa<sup>54</sup>).

Além disso, nos pontos sobre Verdade, Justiça e Reparação percebeu-se como a ativista mobilizou categorias interseccionais para pensar na construção de propostas que incluíssem e reconhecessem o maior número de mulheres. No ponto sobre a verdade, por exemplo, houve o entendimento sobre como os aspectos da violência operam de formas diferentes, a depender do ciclo de vida das mulheres, principalmente no que tange à violência sexual. Assim, o processo de recuperação da “memória histórica” deveria trabalhar a partir de uma perspectiva psicossocial, pedagógica e transformadora (ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL, 2014).

No que tange à discussão sobre justiça, Duque apontou que no âmbito da Justiça penal havia a necessidade de se pensar em mecanismos de denúncia e uma possível reforma institucional que garantissem atenção especial aos casos que envolviam minorias sexuais, como aqueles que envolveram os segmentos LGBTI+ e que também se garantisse um enfoque étnico na resolução dos casos. Por fim, na temática sobre Reparação houve menção sobre a atenção integral às mulheres vítimas de violência, principalmente violência sexual, levando-se em conta a garantia de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres com foco nas mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais. Além disso, Duque apontou que parte do processo de reparação deveria garantir uma forma de desenvolvimento etnicamente orientado para os povos indígenas e afrodescendentes que habitavam o território da Colômbia.

Ainda sobre o documento em questão, no painel sobre vítimas diretas do conflito as proponentes Gloria Luz Gómez, Marleny Orjuela, Ximena Ochoa e María Consuelo Jauregui,

---

<sup>54</sup> habitual, extendida, sistemática e invisible por parte de todos los actores armados, legales e ilegales

representantes de diferentes organizações de vítimas apontaram, mesmo que indiretamente, a maneira como a violência direcionada à população civil impactou de formas diferenciadas sobre os corpos das mulheres, sobre a população rural e indígena. Porém, não houve a defesa estruturada no que tange à criação de políticas que reconhecessem a diversidade e as demandas específicas de cada segmento, como foi perceptível nas falas das lideranças dos movimentos de mulheres e feministas (ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL, 2014).

Entre os dias 1 a 3 de dezembro, identificamos a organização do 1º Encontro sobre os Direitos das Mulheres, Justiça de Transição e Construção de Paz. O evento foi organizado pela ONU Mujeres, PNUD, *Fondo de Justicia Transicional*, *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, *Dejusticia* e pelo *Centro Internacional de Justicia Transicional*. Ele buscou criar um diálogo sobre justiça de transição como oportunidade de transformação para as mulheres, em um contexto de um possível acordo de paz, por meio do eixo Verdade, Justiça, Reparação e Garantias de não repetição (DEJUSTICIA, 2015). Por fim, o ano de 2014 significou um passo importante na inclusão da população nos diálogos para a paz, sendo marcado também pelo envio de cinco delegações de vítimas que foram para Havana propor uma abordagem mais inclusiva a respeito do ponto de vistas das vítimas na proposta de paz<sup>55</sup>.

### 3.1.4 Aprofundando as negociações de paz

Com o prosseguimento das negociações para paz entre a população, o governo nacional e as FARC-EP, nas mais diferentes instâncias deliberativas, observamos no ano de 2015, uma série de conversações e eventos informativos organizados por diversas organizações de mulheres e feministas na Colômbia. Essas atividades foram fundamentais para impactar a opinião pública e (re)afirmar para as autoridades, principalmente aquelas presentes nas Mesas de Negociação, a importância da inclusão das mulheres e do enfoque de gênero no processo.

Como se tratou de atividades muito específicas e voltadas a um número menor de pessoas, se comparadas com os Fóruns regionais e Nacional ou a *I Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, não houve documentação e registro extenso dos fatos ocorridos e das discussões presentes durante os eventos e, portanto, não temos informações aprofundadas

---

<sup>55</sup> 15/08 – 1ª delegação de vítimas; 09/09 – 2ª delegação de vítimas; 02/10 – 3ª delegação de vítimas; 09/11 – 4ª delegação de vítimas e 16/12 – 5ª delegação de vítimas.

sobre essas atividades. Desse modo, buscamos realizar uma breve descrição sobre cada uma dessas atividades ocorridas apenas para se ilustrar os tipos de intervenções e de propostas organizadas pelos movimentos de mulheres e feministas nesse período, buscando, sempre que possível, reunir o máximo de informações disponíveis.

No dia 09 de abril, a iniciativa *Mujeres por la Paz* se somou a outras organizações sociais e setores políticos exigindo por uma “paz com justiça social” nas manifestações pelas vítimas do conflito que ocorreram em diversas cidades do país. A manifestação do dia 9 foi organizada devido à data estabelecida na Lei de Vítimas como sendo o Dia Nacional da Memória e da Solidariedade com as Vítimas. As movimentações de mulheres buscaram visibilizar as mulheres vítimas e a demandar por verdade, justiça e reparação para todas as mulheres afetadas pelas dinâmicas violentas do conflito; assim, como o cessar fogo bilateral, e a desmilitarização dos territórios (ICTJ, 2015; CORPORACION HUMANAS COLOMBIA, 2015c).

No final do mesmo mês, mais de 30 organizações feministas, de mulheres e voltadas para outros segmentos da sociedade civil escreveram uma Carta para o grupo de negociadores em Havana, para lembrá-los que “a história do conflito armado deve ser contado a partir das histórias das mulheres e das meninas” (CORPORACION HUMANAS COLOMBIA, 2015d, p.1, tradução nossa<sup>56</sup>). O intuito das organizações com essa Carta foi o de propor que as mulheres pudessem escrever uma narrativa sobre o conflito “que faltava”, com o propósito de se questionar e de trazer novas formas de compreensão, a partir de experiências diferenciadas sobre o conflito e os impactos dele nas mulheres da Colômbia.

Em julho de 2015 foi organizado, pela *Ruta Pacífica de las Mujeres*, *Casa de la Mujer* e pelo Prêmio Nacional da Paz com o apoio da Embaixada da Noruega e do Instituto Pensar UJ, o *Fórum Internacional de Memória Histórica e Verdade das Mulheres na Colômbia* que ocorreu no Auditório Luis Carlos Galán da Pontifícia Universidade Javeriana, em Bogotá. O evento ocorrido no dia 8, contou com a presença de cerca de 350 mulheres, dentre elas havia mulheres vítimas, especialistas e acadêmicas (CORPORACION NUEVO ARCO IRIS, 2015).

A atividade estava organizada a partir de duas mesas, a primeira delas intitulada “*La Memoria Historica de las mujeres en la construcción de la paz*”, contou com a participação Pura Sánchez (Universidade de Granada), Martha Nubia Bello (Universidade Nacional da Colômbia) e Olga Amparo Sánchez (*Casa de la Mujer* e ex-diretora da Direção Nacional de Equidade para a Mulher). Nesse primeiro momento foram discutidos: a função da memória

---

<sup>56</sup> la historia del conflicto armado debe contarse con las historias de las mujeres y las niñas

histórica e das alterações, ao longo do tempo, das relações de poder e como estas impactam as experiências das mulheres colombianas (CORPORACION NUEVO ARCO IRIS, 2015).

A segunda mesa chamada “*Verdade para la vida y la reconciliación*” contou com a participação de Carmen Magallón Portoles de Alcañiz (Diretora da Fundação SIP - Seminário de Investigação para Paz e presidenta da *Women’s International League for Peace and Freedom*), Ivonne Diaz (Especialista em Cultura de Paz e Direitos Internacional Humanitário) e Marina Gallego (Coordenadora Nacional da *Ruta Pacífica de las Mujeres*). No segundo momento do Fórum, foram descritas a partir de experiências pessoais, as ações adotadas pelos movimentos de mulheres e feministas que trabalhavam a partir de uma perspectiva de construção da paz (pacifista). Tais movimentos, como demonstrado no evento, alcançaram o reconhecimento de seus trabalhos que vem sendo realizados no país com as mulheres (CORPORACION NUEVO ARCO IRIS, 2015).

No intuito de se continuar com as discussões sobre o papel das mulheres no processo de paz, ocorreu no dia 22 de julho, em Cartagena, outro encontro que, desta vez, contou com a presença de mulheres vítimas do conflito, delegadas do governo nacional, prefeitas (*alcadesas*) e governadoras. O evento serviu para lançar a campanha “*La paz tiene nombre de Mujer*” (EL UNIVERSAL, 2015; CORPORACION HUMANAS COLOMBIA, 2015e). Segundo a *Unidad para la atención y reparación integral de las víctimas (2019)*, do governo colombiano, a campanha buscou a sensibilização, reconciliação e empoderamento da temática de gênero nas etapas de desenho, construção e implementação dos acordos. A ação para fins de conscientização foi mobilizada pelo Estado em diferentes territórios do país e contou com a participação de diversos artistas, muitos deles vítimas do conflito armado. De forma paralela às ações que vinham ocorrendo nos territórios, e como reflexo das discussões ocorridas na Subcomissão de gênero e nas conversações sobre o acordo de vítimas do conflito, as FARC propuseram e publicizaram a criação de uma Equipe Técnica investigativa que buscava esclarecer os casos de violência sexual ocorridos no período do conflito em curso. Segundo Nota divulgada pela *Corporación Humanas Colombia (2015f)*, as lideranças das FARC-EP afirmaram que a violência sexual não teria sido uma prática ou política empregada por sua organização e solicitou a um órgão de fiscalização do governo colombiano que apresentasse as denúncias com as provas dos casos nos quais a organização esteja envolvida.

No dia 24 de agosto, houve um encontro entre dez organizações de mulheres, especialistas em gênero e direito das mulheres, com as representantes da Subcomissão de gênero em Havana. Na reunião foram discutidas propostas voltadas para a verdade, justiça, reparação e garantia de não repetição às mulheres vítimas de violência sexual do conflito.

Participaram do encontro as organizações: *Corporación Humanas, Casa de la Mujer, Ruta Pacífica de las Mujeres, Sisma Mujer, Dejusticia, La Escuela de Estudios de Género de la Universidad Nacional de Colombia, Taller Abierto, Iniciativa de Mujeres por la Paz – IMP, Corporación Mujer Sigue Mis Pasos e Profamilia.*

A última atividade organizada por organizações de mulheres e feministas no ano de 2015<sup>57</sup> foi o *II Encontro sobre direitos das Mulheres, justiça de transição e construção da paz*, no dia 27 de agosto na cidade de Bogotá. O evento foi organizado de forma conjunta pela *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, ONU Mujeres, Fundo das Nações Unidas para desenvolvimento (PNUD), Centro Internacional para Justiça Transicional e pela DeJusticia. O II encontro se tornou um espaço importante de análise, reflexão e de construção de documentos que seriam enviados para a Mesa de Negociação em Havana, sob a forma de propostas e de recomendações oriundas das organizações de mulheres e feministas, organizações de vítimas, lideranças comunitárias, agentes internacionais e acadêmicos para a construção da Comissão da Verdade (DEJUSTICIA, 2015).

### 3.1.5 “*Participamos y decidimos en la construcción de la paz*”: os Acordos de Paz de La Habana

O primeiro semestre de 2016 foi marcado por três principais atividades que serviram para reforçar os entendimentos da população a respeito do papel da mulher no processo de paz, sendo elas: o lançamento da iniciativa “*Un Millón de Mujeres de paz*”; o encontro das ex-combatentes com a Subcomissão de gênero e a Subcomissão técnica do fim do conflito, e pelo Comunicado Conjunto 82. De forma geral, o ano foi marcado por tensões no que tange o término das negociações e da apresentação de um Acordo de Paz que discutisse os seis pontos propostos na agenda. Os participantes da Mesa sabiam que o Acordo deveria ser firmado antes da próxima eleição para presidente do país que viria a acontecer no ano de 2018.

No Dia Internacional das Mulheres, ocorreu no Centro de Memória, Paz e Reconciliação em Bogotá, o lançamento da iniciativa “*Un Millón de Mujeres de paz*”. No lançamento, as mulheres reafirmaram a importância do ano de 2016, devendo este ser considerado como um marco histórico no processo de paz. O ano, não só marcaria a assinatura dos Acordos pelo governo nacional e as FARC, mas também a formalização de

---

<sup>57</sup> Segundo cronologia construída pelo autor da presente Dissertação.

uma mesa de diálogo entre governo e o Exército de Libertação Nacional da Colômbia (ELN) - sendo exercícios necessários para a pacificação no país.

Assim, com a aproximação da assinatura dos Acordos, os movimentos de mulheres passaram a se preparar para atuar nas etapas seguintes dos processos. Tais movimentos reconheciam que

Para que a paz seja uma realidade é necessário construir uma sociedade e um Estado onde as agendas políticas, sociais, ambientais, culturais, econômicas, territoriais e a oposição, o exercício do dissenso e o protesto, se façam possíveis através do reconhecimento e respeito a diversidade de opiniões, raças, religiões, e ao respeito e a realização dos direitos humanos e dos direitos sociais e coletivos (UN MILLON DE MUJERES DE PAZ, 2016, p. 1, tradução nossa<sup>58</sup>).

A iniciativa contava com três objetivos centrais, o primeiro deles (i) era incidir sobre o *processo de referendação* dos acordos de paz, a partir de atividades que permitissem conhecer e entender o que foi acordado entre as partes e apoiar os mecanismos que dessem força jurídica e legitimidade; o segundo (ii) diz respeito ao *processo de verificação*, no qual as mulheres e as organizações sociais deveriam assumir um papel de supervisão que buscasse dialogar com outros mecanismos, sejam eles nacionais ou internacionais, criados para esse mesmo fim; por fim (iii), as mulheres se comprometiam a trabalhar ativamente, assumindo protagonismo no *processo de construção da paz e de reconciliação*, por meio da difusão de discursos que assegurassem os direitos das mulheres no estabelecimento de um país inclusivo e igualitário (UN MILLON DE MUJERES DE PAZ, 2016).

A segunda atividade ocorreu no dia 18 de maio, quando dezesseis mulheres ex-combatentes da Colômbia e de outros lugares do mundo se reuniram com os membros da Subcomissão de gênero e com a Subcomissão técnica do fim do conflito. O encontro teve como objetivo central conversar sobre a necessidade de incorporação das mulheres em cargos de negociação nos processos de recolhimento de armamentos e reincorporação à vida civil e política dos indivíduos envolvidos nos grupos insurgentes (WRADIO, 2016; CORPORACION HUMANAS COLOMBIA, 2016a).

Por fim, no dia 24 de julho de 2016, por meio do Comunicado Conjunto nº 82, o governo nacional e as FARC-EP reconheceram a novidade da inclusão de um enfoque diferenciado de gênero nos processos de construção de paz e buscaram por meio da adoção

---

<sup>58</sup> Para que la paz sea una realidad es necesario construir una sociedad y un Estado donde las agendas políticas, sociales, ambientales, culturales, económicas, territoriales y la oposición, el ejercicio del disseno y la protesta, se hagan posibles a través del reconocimiento y respeto a la diversidad de opiniones, razas y religiones, y al respeto y realización de los derechos humanos y de los derechos sociales y colectivos.

dessa perspectiva criar condições para que mulheres e pessoas com identidades sexuais diversas “pudessem aceder em igualdade de condições aos benefícios de viver em um país sem conflito armado” (DELEGADOS DO GOVERNO NACIONAL DA COLÔMBIA E DAS FARC-EP, 2016, p.1, tradução nossa<sup>59</sup>). Além disso, o documento apresentou o resultado da inclusão de um enfoque de gênero nos Acordos de Paz firmados entre as partes nas Mesas de Negociação.

Segundo os agentes que produziram o documento, a incorporação do enfoque de gênero ocorreu por meio de oito eixos temáticos, sendo eles: (i) acesso e formalização da propriedade rural a partir de uma igualdade de condições; (ii) garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais das mulheres e pessoas com identidade sexual diversa no setor rural; (iii) promoção da participação das mulheres em espaço de representação, tomada de decisão e resolução do conflito; (iv) medidas de prevenção e proteção que atendam a riscos específicos das mulheres; (v) acesso a verdade, a justiça e a garantia de não repetição; (vi) reconhecimento público, não estigmatização e difusão do trabalho realizado pelas mulheres enquanto agentes políticas; (vii) gestão institucional para o fortalecimento das organizações de mulheres e movimentos LGBTI+ para sua participação política e social; e por fim (viii) sistema de informação de caráter desagregado (DELEGADOS DO GOVERNO NACIONAL DA COLÔMBIA E DAS FARC-EP, 2016).

Assim, no dia 24 de agosto, as delegações do governo nacional e das FARC-EP anunciaram a chegada a um Acordo final. O documento foi capaz de chegar a um consenso na totalidade dos seis pontos propostos a serem trabalhados pelos agentes em negociação. Após o comunicado sobre o término das negociações, o presidente Santos anunciou a realização do Plebiscito para referendar o acordo que ocorreria no dia 02 de outubro de 2016 (CORPORACION HUMANAS COLOMBIA, 2016b).

Após o anúncio do fim das negociações e tendo como produto um Acordo de Paz, que deveria ser referendado pela população, diversas organizações de mulheres passaram a intensificar a organização de ações para influenciar a opinião pública a respeito do apoio ao documento. Então, nos dias 19 a 21 de setembro, se realizou a *II Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, organizada pela *Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia (ANMUCIC)*, *Casa de la Mujer*, *Colectivo de Pensamiento y Acción Mujeres*, *Grupo de Seguimiento de la Resolución 1325*, *Conferencia Nacional de Organizaciones Afrocolombianas (CNOA)*, *Iniciativa de Mujeres Colombianas por la Paz*

---

<sup>59</sup> puedan acceder em igualdad de condiciones a los beneficios de vivir em um país sin conflicto armado.

(IMP), *Mujeres por la paz*, *Paz y Seguridad*, *Red Nacional de Mujeres* y *Ruta Pacífica de las Mujeres* (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2016).

O segundo evento da *Cumbre* esteve orientado para dois principais objetivos: contribuir para uma análise e uma pedagogia substantiva sobre os acordos alcançados em Havana e refletir sobre o papel das mulheres no processo de implementação dos acordos. Segundo dados computados no Resumo Executivo da II *Cumbre*, participaram do evento cerca de 575 mulheres provenientes de diferentes regiões da Colômbia e de 327 organizações, representando diferentes setores, como a academia, entidades de atuação local, regional e nacional, organizações de mulheres afro colombianas, indígenas e outros (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2016).

FIGURA 1- II Cumbre Nacional de Mujeres y Paz



Fonte: II CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2016a, p. 16.

No documento analisado, tornou-se claro, por meio das falas das mulheres que discursaram, que havia uma tentativa de esclarecimento dos pontos presentes no Acordo de Paz. Já naquele período, movimentos neoconservadores começaram a criar notícias falsas sobre o conteúdo presente nos documentos, em uma tentativa aberta de manipulação de informações sobre os acordos firmados, desinformando o público em geral a pensarem que a paz seria construída pela impunidade e pelo perdão aos perpetradores das muitas violências

(CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2016), um exemplo dessa estratégia pode ser observado na citação a seguir.

que ocurrerá investigações, julgamento e sançãõ a todos os crimes e sentenças. Neste sentido, afirmou: “todo violador deberã assumir a responsabilidad dos crimes cometidos” e declarou que a reparaçãõ do dano deberã incluir a saúde psicossocial, física e sexual de milhares de mulheres e meninas vítimas de violênça sexual (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2016, p. 27, tradução nossa<sup>60</sup>).

A fala extraída acima foi reproduzida do discurso proferido por Catalina Díaz, Diretora de Justiça Transicional do Ministério da Justiça na Colômbia, que direcionou sua fala na tentativa de esclarecer alguns pontos e apontar como alguns mitos estavam sendo propagados nas redes sociais e nos demais meios de comunicação, buscando-se descreditar os *Acordos de la Habana*. Assim, a II *Cumbre* buscou se construir enquanto um espaço de esclarecimento e de informação, o intuito central foi o de produzir informações baseadas em fatos para influenciar a opinião pública (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2016), sendo esse o eixo fundamental da ação dos movimentos feministas no período.

Como resultado da II *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, as mulheres e as organizações presentes firmaram um manifesto intitulado “*Las Mujeres Vamos por la Paz*”, que continha as propostas, os sentidos e os entendimentos gerais das participantes desenvolvidos por meio dos diálogos que ocorreram ao longo dos três dias de trabalho a respeito do processo de construção de paz no país (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2016). Vale ressaltar que, novamente, os entendimentos de experiências diferenciadas e mulheres plurais foi um eixo central na produção de intervenções dentro do marco dos Acordos de Paz.

Nós mulheres colombianas de diversas identidades e expressões de ser mulher, participantes da II Cúpula de Mulheres e Paz, e provenientes das regiões e territórios andinos, amazônicos, caribenhos, insulares, do Pacífico e do Llanos, do norte, do sul, do leste e oeste do país e de outros territórios fora de nossas fronteiras, que durante toda a nossa vida nos dedicamos a construir um país, uma casa e uma rua em paz, para que todas as pessoas possam viver em segurança e valorizadas em nossa dignidade humana (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2016, p.1, tradução nossa<sup>61</sup>)

---

<sup>60</sup> que habrá investigaci3n, juzgamiento y sanción de todos los crímenes y sentencias. En este sentido, afirmó: “*todo victimario deberã asumir la responsabilidad de los crímenes cometidos*” y declaró que la reparaci3n del daño deberã incluir la salud psicossocial, física y sexual de miles de mujeres y niñas vítimas de violencia sexual.

<sup>61</sup> Nosotras las mujeres colombianas desde diversas identidades y expresiones de ser mujer, participantes de la II Cumbre de Mujeres y Paz, y provenientes de regiones y territorios andinos, amaz3nicos, caribeños, insulares, del

Por meio do documento, as mulheres decidiram pela adoção de nove pontos. Assim, as “mulheres diversas” se comprometem a (i) contribuir “*desde nuestras diversidades étnicas, culturales, socio-económicas, generacionales, territoriales, políticas, religiosas, sexuales*” (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2016, p. 2) na construção de práticas que reconheçam as diferenças como fator fundamental e sejam voltadas para a esfera pública; (ii) Constituir uma força coletiva a partir das movimentações de mulheres para defender o Estado laico, o Estado democrático de direito e a construção de uma paz estável e duradoura; (iii) respaldar as lutas por reparação transformadora e efetiva das mulheres vítimas do conflito em nível local, regional e nacional, incluindo mulheres exiladas, migrantes e refugiadas; (iv) continuar a demandar por participação paritária em todas as instâncias, nas organizações, no direito à oposição e no “*reconocimiento del poder que está en el saber y en el hacer de las mujeres en paz, seguridad, democracia, justicia y libertad*” (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2016, p.2); (v) construir “pontes” para a reintegração de mulheres insurgentes e privadas de liberdade na vida social e política, garantindo uma inclusão em igualdade de condições e oportunidades em relação aos homens; (vi) declaram o controle social e a fiscalização cidadã no que tange o cumprimento dos direitos das mulheres na implementação dos acordos em nível local, regional e nacional; (vii) rechaçar todas as formas de corrupção e má implementação de recursos público, que são bens de todas e todos os/as colombianas/os; (viii) comprometer por tornar visíveis as distintas narrativas e linguagens a partir da diversidade das mulheres, para transmitir para as novas gerações a verdade de suas memórias; e por fim, (ix) comprometem a impulsionar processos para que as mulheres alcancem o bem viver na Colômbia

E colocamos nossos esforços, capacidades, talentos, espiritualidades e sabedoria para a construção de uma paz inclusiva: decidimos pela vida que damos, alimentamos e forjamos, com a esperança de viver em um novo país ao alcance dos nossos sonhos. Nada sem mulheres, todas com mulheres (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2016, p.2, tradução nossa<sup>62</sup>)

---

pacífico, de los llanos, del norte, del sur, del oriente y occidente del país, y de otros territorios fuera de nuestras fronteras, que a lo largo de nuestra vida nos hemos dedicado a construir un país, una casa y una calle en paz, y a que todas las personas podamos vivir seguras y valoradas en nuestra dignidad humana.

<sup>62</sup> Y poner nuestro empeño, capacidades, talentos, espiritualidades y sabidurías, para la construcción de una paz incluyente: Decidimos por la vida que damos, alimentamos y forjamos, con la esperanza de vivir en un nuevo país al alcance de nuestros sueños. Nada sin las mujeres, todo con las mujeres.

No final do manifesto produzido pela *Cumbre* há a assinatura das “mujeres diversas” a partir do reconhecimento das diferenças das múltiplas identidades existentes. Assim são signatárias dos documentos as

Mulheres afrodescendentes, negras, raízales, palanqueras, indígenas, rom, mestiças, camponesas, rurais, urbanas, jovens, adultas, ex-combatentes da insurgência, lésbicas, bissexuais, transexuais, artistas, feministas, professoras e acadêmicas, líderes sociais, comunitárias e políticas, exiladas, refugiadas e migrantes, vítimas, com limitações físicas diversas, sindicalistas, ambientalistas, defensoras de direitos humanos, mulheres em situação de prostituição, mulheres comunitárias e mulheres de todas as religiões (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2016c, p. 2, tradução nossa<sup>63</sup>).

Após a realização da *II Cumbre Nacional de Mujeres*, foi assinado, no dia 26 de setembro, entre o então presidente da Colômbia Juan Manuel Santos e o comandante das FARC-EP Rodrigo Londoño “Timochenko” o documento final de paz. O evento da assinatura contou com a presença de líderes internacionais como do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, dos presidentes da Venezuela, Cuba, Equador e Chile, da Chanceler da Noruega e de 2.500 organizações de direitos humanos, incluindo organizações de vítimas, indígenas e de mulheres (NOTICIAS CARACOL, 2016).

Dias após a assinatura dos Acordos de Paz de La Habana, um plebiscito foi realizado, no dia 02 de outubro, para que a população referendasse o documento firmado entre as partes em negociação. Como resultado do plebiscito, houve a vitória do “NO”, ou seja, da não aceitação do resultado dos processos de negociação, que foi garantida em grande parte devido a uma taxa de abstenção de 60% da população. Dos 40% votantes, 50,2% votaram pela rejeição e 49,7% votaram pela aceitação do documento de paz.

O resultado, como será discutido nos próximos capítulos, implicou na retomada das Mesas de Negociação e o estabelecimento de grupos de escuta junto com organizações de direita e grupos religiosos de cunho conservador no país, que representaram o maior núcleo de oposição ao acordo inicial. Esse novo quadro de relações fez com que houvesse uma mudança

---

<sup>63</sup> Mujeres afrodescendientes, negras, raízales, palanqueras, indígenas, rom, mestizas, campesinas, rurales, urbanas, jóvenes, adultas, excombatientes de la insurgencia, lesbianas, bisexuales, trans, artistas, feministas, docentes y académicas, líderes sociales, comunitarias y políticas, exiliadas, refugiadas y migrantes, víctimas, con limitaciones físicas diversas, sindicalistas, ambientalistas, defensoras de derechos humanos, mujeres en situación de prostitución, comunales y mujeres de todos los credos.

radical no conteúdo dos Acordos de la Habana, principalmente sobre o papel ocupado pelas mulheres e pelo gênero no documento<sup>64</sup>.

### 3.2 Reflexões sobre as Ações Interseccionais Feministas na Colômbia (2012-2016)

As diferentes formas de atuação mobilizadas pelas organizações de mulheres e feministas na Colômbia contribuíram de forma muito positiva para um processo reflexivo no que tange as contribuições a respeito da inclusão da sociedade civil no estabelecimento da paz mas, também, impactaram nas possibilidades de participação das mulheres na construção de modelos democráticos mais inclusivos e abertos à ação popular. Por meio de formas de ativismos, não só localizadas para fora do Estado, mas dentro dele, as mulheres foram capazes de pautar uma agenda de garantia de direitos e de influenciar positivamente as ações de diversos agentes sociais no país.

A categorização empregada por Brett (2017), a respeito dos três *fronts* de atuação das mulheres ao longo do processo de 2012-2016 nos ajudou a compreender e a delimitar as ações empregadas pelos movimentos e tornou fácil a visualização das mesmas. Assim, podemos compreender a atuação por meio das três dimensões, sendo elas: por meio das (i) delegações oficiais, (ii) da ocupação de cargos de caráter consultivo e (iii) via movimentos de mulheres e feministas. Porém torna-se importante destacar que as ações não devem ser entendidas enquanto engessadas e nem que não haja um trânsito entre ativistas nessas diferentes esferas. Essas mulheres feministas ocupavam as ruas, as universidades, os organismos internacionais, o Estado e as mesas de negociação de forma simultânea. A presença e reivindicações por visibilidade e direitos foram marcas das ações dos movimentos feministas no país<sup>65</sup>.

É importante pontuarmos, também, que mesmo com essa atuação “em movimento” existem limites a essa participação. As mulheres que estiveram presentes pela primeira via (i) foram nomeadas por autoridades para ocupar um cargo e um espaço específico, que foram designadas exclusivamente para elas, não sendo acessível para a maior parte do segmento de mulheres no país. O maior fluxo “de movimentos” ocorreu principalmente entre as vias (ii) e (iii) onde houve uma maior abertura institucional participativa para a sociedade civil. Esse

---

<sup>64</sup> Vale ressaltar que nos departamentos e municípios mais afetados pelo conflito armado ao longo dos anos foi observamos a vitória do Sí no plebiscito.

<sup>65</sup> A utilização do termo movimentos feministas aqui foi proposital. Ao longo de nossa pesquisa e em diálogo com a literatura apresentada, percebemos como os feminismos conseguem operar por meio de entendimentos e dinâmicas próprias. Sendo um dos únicos (se não o único) movimento social que rompeu e “transbordou” para além das separações entre público e privado, atuando em diversas frentes e em diferentes instâncias.

fato refletiu a baixa presença de mulheres nas delegações oficiais, aliado a um pensamento de que as discussões públicas deveriam ser voltadas para homens e não para mulheres<sup>66</sup>, e demonstrando-se assim aquelas esferas que estariam, supostamente, mais abertas a participação de mulheres nos espaços e cargos consultivos no processo colombiano.

Outro ponto que merece atenção diz respeito ao conteúdo das reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas no país. Se em um primeiro momento, antes do quarto processo de conversação entre os agentes, a temática prioritária era o fim do conflito, *dentro do marco de Havana observamos uma multiplicação de pautas como os impactos diferenciados do conflito sobre os corpos das mulheres, a violência sexual, a diversidade de experiências e multiplicidade de mulheres e uma resposta que busque respaldar a todas, entre outras.*

Nesse sentido, é necessário destacar, mesmo sabendo-se, que determinadas demandas reivindicadas pelos movimentos de mulheres e feministas sejam próprios dessa população, diversos documentos redigidos por organismos internacionais e outras organizações sociais reconheceram que tais demandas dialogavam com outros setores da sociedade tais como com as vítimas, população campesina, indígenas, afrodescendentes, LGBTI+, crianças e adolescentes, e outros. Segundo relatório da Oficina del Alto Comisionado para paz *et al.* (2017), as organizações de mulheres e feministas, ao longo do processo de construção de paz, consideraram necessário fortalecer, a partir dos territórios, uma inclusão do enfoque de gênero, sendo necessário aplicar essa perspectiva tanto no desenho como nas implementações de políticas, programas e projetos. A aposta no enfoque de gênero possibilitaria maior visibilidade da diversidade de mulheres, reconhecendo seus saberes e experiências. E seria isso o que possibilitaria desenhar intervenções que impactariam diretamente a vida e a realidade de diferentes mulheres colombianas.

**FIGURA 2 -** Relações e estratégias estabelecidas pelos movimentos de mulheres e feministas na Colômbia

---

<sup>66</sup> Podendo se relacionar com as divisões de público e privado presente na obra “O contrato sexual” de Carole Pateman (1993).



### ¿Qué logran las organizaciones de mujeres al ser aliadas del proceso de paz?



Fonte: OFICINA DEL ALTO COMISIONADO PARA PAZ et al., 2017, p. 6.

Ao construir as ações de forma coletiva com outros segmentos sociais observou-se uma postura de reconhecimento das diferenças, fazendo com que a interseccionalidade dos marcadores fizesse parte frequente dos conteúdos das ações desses movimentos. Assim, as mulheres foram capazes de conjugar lutas diversas por reconhecimento e garantia de direitos na formulação de estratégias de ações conjuntas, pensadas a partir dos ativismos interseccionais feministas. Graças às redes construídas pelas organizações, seja entre os movimentos feministas, com outros movimentos sociais e com os atores em negociação nas diferentes esferas, foi possível incorporar vários aspectos relacionados aos direitos das mulheres no documento, destacando, sempre que possível, a centralidade da perspectiva interseccional.

De forma geral, o processo de construção da paz na Colômbia pode ser apontado como aquele que mais contou com a participação popular nos últimos anos, principalmente ao incluir a população no processo de negociação, seja por meio do envio de vítimas à Havana para negociar com as partes, na organização e no processo de escuta que ocorreram nos Fóruns Nacional e Regionais de vítimas ou, então, no recebimento de propostas para inclusão nos acordos. Além disso, o documento final pode ser entendido como um dos mais avançados

no que tange à temática de gênero, demonstrando a prioridade das partes envolvidas no conflito em, de fato, reconhecer o papel das vítimas na resolução do conflito armado (FISAS, 2016; CALBET, 2018). *A Colômbia foi o primeiro caso onde houve uma real tentativa de inclusão da categoria gênero aos processos de construção de paz – levando em consideração os apontamentos internacionais como as resoluções do CSNU.*

No capítulo seguinte analisaremos dois principais pontos ainda não tratados diretamente aqui: em um primeiro momento buscaremos compreender como o enfoque de gênero foi incluído nos Acordos de paz de La Habana. A ideia é identificar em cada um dos seis acordos firmados o que há de pautas interseccionais, apontando para os principais marcadores sociais da diferença presentes em cada um desses pontos. Esperamos que assim seja possível ilustrar as ações e os resultados alcançados nos entendimentos sobre os ativismos interseccionais feministas na Colômbia. Posteriormente, realizaremos uma breve discussão sobre os movimentos neoconservadores e as disputas em torno do marcador “gênero” que foram radicalizados no período do plebiscito realizado sobre a aceitação dos acordos de paz no país.

#### 4. POR DENTRO DOS ACORDOS DE PAZ: GÊNERO, MULHERES E FEMINISMOS EM DISPUTA

Após uma rigorosa checagem é possível afirmar que a palavra “*mujeres*” aparece cento e oitenta e cinco (185) vezes nos Acordos de Paz de La Habana (firmado entre o governo nacional da Colômbia e as FARC-EP no dia 24 de agosto de 2016), a palavra “*mujer*” comparece doze (12) vezes e cento e treze (113) vezes identificamos a palavra “*género*”. Porém isso significa muito mais que um número. Como vimos, esse é o resultado de anos de negociação entre o governo nacional, as FARC-EP e a sociedade civil, principalmente os movimentos de mulheres e feministas, que pautaram pela necessidade de inclusão de um enfoque de gênero como princípio fundamental para se garantir a igualdade de direitos entre os cidadãos da Colômbia. O mecanismo garantiu a criação de condições para que mulheres e pessoas com diferentes identidades de gênero pudessem participar, em relativa igualdade de condições, dos benefícios de viverem em um país sem conflito e sem violências generalizadas, promovendo, por meio de medidas afirmativas, a participação plena das mulheres (e de suas organizações) na construção da paz na Colômbia (CINCO CLAVES PARA..., 2017).

A adoção do enfoque diferenciado de gênero, por meio do trabalho desenvolvido pela *Subcomissão de gênero*, assumiu a *inclusão* como um ponto central para a promoção de uma atuação social, política e democrática, baseada na igualdade de direitos, dando atenção especial para as mulheres colombianas, independentemente de seu estado civil, ciclo vital e de suas relações familiares (CINCO CLAVES PARA..., 2017; ONU MUJERES, 2017). Assim, como pontuado anteriormente, o documento de paz foi o primeiro da história mundial capaz de inserir um enfoque de gênero (GPAZ, 2018) sobre cada um dos acordos firmados, reconhecendo que as diversas experiências do conflito são o resultado direto do entrecruzamento de distintos marcadores sociais (com especial atenção ao marcador de gênero).

Os acordos foram capazes de inserir as *mulheres diversas* nas mais diferentes etapas e processos de reconciliação e construção democrática no país. Reconhecendo paralelamente, (i) o impacto diferenciado do conflito sobre os corpos e experiências das mulheres, criando medidas concretas para atender às suas demandas específicas. E (ii) o importante papel desempenhado por elas nos processos de prevenção e solução de conflitos e construção da paz.

O presente capítulo busca, desta forma, compreender a maneira como os marcadores interseccionais de gênero, raça, classe, sexualidade, geração e outros foram trabalhados ao longo dos seis pontos dos acordos de paz de La Habana, a saber: (i) na Reforma Rural Integral; (ii) na Participação política; (iii) no Fim do conflito armado; (iv) na Solução para os problemas das drogas ilícitas; (v) no Acordo sobre vítimas e (vi) na Implementação, verificação e referendação dos Acordos. Esperamos, dessa forma, contribuir para a sustentação do entendimento de que houve sim a materialização das demandas e lutas organizadas dos movimentos de mulheres, por meio das diferentes formas de seus ativismos interseccionais feministas, nos documentos de paz de 2016 elaborados na Colômbia.

#### **4.1 Os Acordos de La Habana na construção de uma paz estável e duradoura**

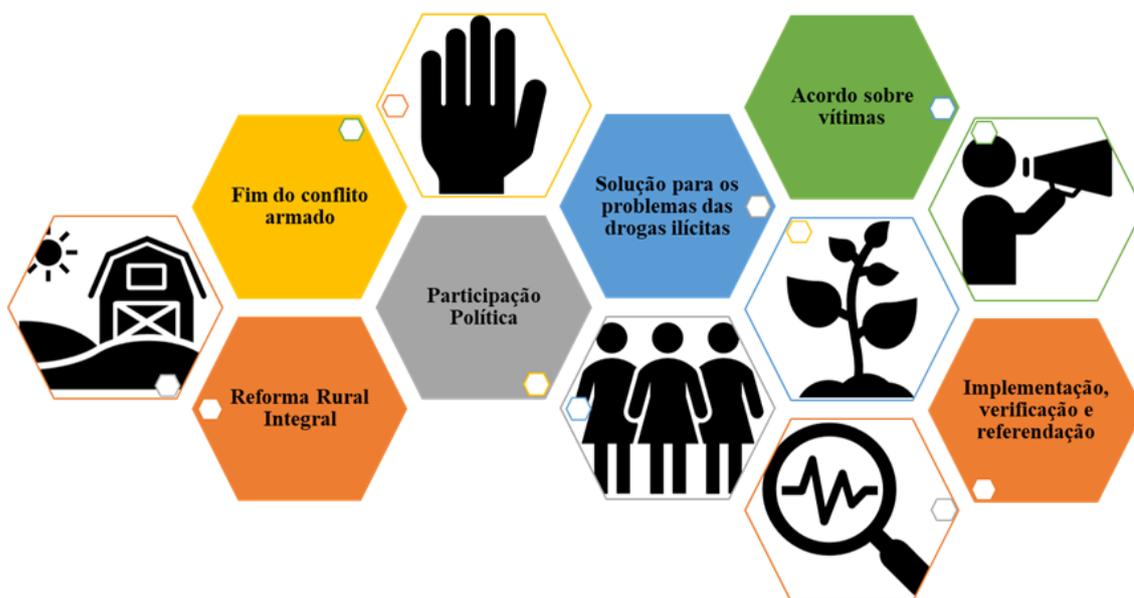
Como descrevemos, as organizações de mulheres e feministas assumiram um papel central em todo o processo de construção de paz na Colômbia. As articulações construídas por seus movimentos organizados, a partir de uma perspectiva interseccional, foram capazes de garantir um substantivo conjunto de direitos para as mulheres, através da adoção de medidas específicas que visavam melhorar a sua condição de vida durante processo de transição para a paz. A elaboração dessas medidas se tornou possível por meio da criação, por exemplo, da *Subcomissão de gênero* que foi capaz de incorporar transversalmente temas relacionados a gênero em cada um dos seis pontos da agenda de paz (LAS CINCO CLAVES..., 2017).

O fim do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura significou a criação de mecanismos que garantissem e promovessem justiça e direitos para toda população independente de gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero, classe, escolaridade, geração etc. Além disso, para se estabelecer a paz na Colômbia, o documento apontou para a necessidade urgente de cessar as ações violentas que afetaram milhões de colombianas e colombianos, seja por meio do deslocamento forçado, dos assassinatos, desaparecimentos, da violência sexual, violência psicológica e outras manifestações. Para além do término dos confrontos, os agentes em negociação buscaram reconhecer como a violência afetou, ao longo dos anos, de forma diferenciada, as mulheres, crianças, comunidades campesinas, indígenas e afro colombianas, partidos políticos e os diferentes movimentos sociais (LA HABANA, 2016).

Os documentos de paz firmados em outubro de 2016 são compostos por uma série de acordos que devem ser entendidos como complementares (FIG. 3), por adotarem uma mesma perspectiva de garantia de direitos, fazendo com que as medidas acordadas possam contribuir

para a materialização de direitos constitucionais para a população colombiana. Ademais, os documentos incorporaram, como vimos, um enfoque diferenciado de gênero que buscou assegurar a participação e o foco nas diversidades de gênero, étnica e cultural, adotando medidas para as populações mais vulneráveis, em especial as mulheres, crianças, pessoas com deficiência e as vítimas.

**FIGURA 3** - Composição dos Acordos de Paz de La Habana



Fonte: Pesquisa ‘La paz sin las mujeres ¡no va!’ (2020).

A adoção dessas perspectivas torna-se clara já no Preâmbulo do documento de paz, havendo a menção a respeito à atenção aos direitos fundamentais das mulheres e de certos grupos sociais vulnerabilizados tais como: povos indígenas, crianças e jovens, comunidades afrodescendentes e grupos etnicamente diferenciados, população campesina, pessoas com deficiência, deslocados em razão do conflito, das populações adultas e dos segmentos LGBTI+ (LA HABANA, 2016). Assim, a partir da compreensão a respeito das diversidades de pessoas e experiências, as partes em negociação buscaram, com a criação e implementação dos acordos, alterar as condições de desigualdades existentes no país que contribuíram para a persistência da violência no território.

Para a delegação das FARC, o documento deveria criar condições para resolver as disputas políticas, sociais e econômicas que excluíssem a população rural de seus direitos de

cidadania; sendo necessário a adoção de medidas voltadas para a questão das propriedades rurais, principalmente no que tange à questão da concentração de terras e da exclusão e do atraso de desenvolvimento nas comunidades rurais e camponesas, que impactaram especialmente a vida de muitas mulheres e crianças. O documento de paz reconhece, assim, a importância da participação cidadã que foi fundamental para aprofundar os debates entre os agentes em negociação e possibilitaram a construção de planos de ação com impacto direto nas vidas das populações da Colômbia.

As delegações do Governo Nacional e das FARC-EP reiteram nossa profunda gratidão a todas as vítimas, organizações de direitos sociais e humanos, comunidades como grupos étnicos, organizações de mulheres, camponeses e camponesas, jovens, a academia, os empresários, a Igreja e as comunidades de fé, e em geral para os cidadãos que participaram ativamente e que, através de suas propostas, contribuíram para o Acordo Final. Com a sua participação, conseguiremos a construção de uma paz estável e duradoura (LA HABANA, 2016, p.7, tradução nossa<sup>67</sup>).

*Os acordos de La Habana* estão estruturados a partir de *seis acordos firmados entre as partes que buscam garantir condições necessárias para estabelecer as bases para a criação de uma paz estável e duradoura*. O primeiro acordo **(i)** firmado versa sobre a *Reforma Rural Integral*, buscando contribuir para a realização de uma transformação na área rural do país, garantindo-se o bem-estar e o bem viver da população. O acordo pretendeu estabelecer meios para a erradicação da pobreza, para a promoção da equidade e dos plenos direitos de cidadania dessas populações. O acordo sobre *Participação política* **(ii)** busca promover o exercício da oposição política e da participação de novos movimentos e partidos políticos no jogo democrático colombiano. Assim, a construção da paz requer uma ampliação democrática que permita novas vozes e perspectivas participando de processos deliberativos a respeito de problemas que afetam as populações.

O acordo sobre *o fim do conflito, cessar fogo e entrega de armas* **(iii)** busca alcançar, de forma definitiva, o término das ações violentas entre os agentes estatais e os insurgentes. O documento visa estabelecer melhores condições para o início da implementação do acordo final, objetivando a entrega de armas e a reincorporação das FARC-EP na vida civil do país.

---

<sup>67</sup> Las delegaciones del Gobierno Nacional y de las FARC-EP reiteramos nuestro profundo agradecimiento a todas las víctimas, las organizaciones sociales y de Derechos Humanos, las comunidades incluyendo los grupos étnicos, a las organizaciones de mujeres, a los campesinos y campesinas, a los jóvenes, la academia, los empresarios, la Iglesia y comunidades de fe, y en general a los ciudadanos y ciudadanas que participaron activamente y que a través de sus propuestas contribuyeron al Acuerdo Final. Con su participación lograremos la construcción de una paz estable y duradera.

O quarto ponto (iv) sobre *Solução ao problema das drogas ilícitas* se compromete na construção de instrumentos para solucionar, de forma definitiva, a questão das drogas ilícitas no país. Para tanto, foca na substituição do cultivo de determinadas espécies, além de criar mecanismos de monitoramento sobre a produção e a comercialização das drogas.

O quinto documento (v) versa sobre o *acordo de vítimas do conflito*, baseado no Encontro Exploratório de 2012, onde são definidos mecanismos para se garantir reparação para a população colombiana, principalmente para os segmentos mais afetados. Assim, as partes se comprometem na criação de mecanismos como o *Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não repetição* composto por cinco instâncias que contribuem para a luta contra a impunidade por meio de canais judiciais e de investigação. Por fim, o sexto acordo (vi), sobre *implementação, verificação e referendação* estabelece as bases para a criação de mecanismos que, de forma integrada com representantes do governo nacional e das FARC-EP, terão como objetivo monitorar o cumprimento da implementação dos acordos, servindo como instância de resolução de diferenças.

Buscaremos analisar nas próximas seções, de forma mais aprofundada, cada um dos seis pontos contidos nos *Acordos de Paz de La Habana*, destacando onde e como as menções sobre categorias reivindicadas pelos movimentos de mulheres e feministas por meio de suas lutas interseccionais foram, de fato, incluídas no documento. Ressaltamos novamente que a adoção de um enfoque diferenciado de gênero refletiu toda uma vasta e longa agenda de organização e de mobilização dos movimentos de mulheres e feministas (e de outros movimentos sociais), ao longo do processo, que estiveram agindo em conjunto durante a construção da paz na Colômbia.

#### 4.1.1 “*Hacia un nuevo campo colombiano*”: diálogos transversais entre gênero e a Reforma Rural Integral

O primeiro acordo firmado entre as partes em conflito dizia respeito a *Reforma Rural Integral - RRI*. O acordo buscava discutir as bases para uma transformação na área rural do país, criando meios para reverter os efeitos do conflito armado e as condições que têm facilitado a persistência da violência no território. Do ponto de vista das FARC, a transformação contribuiria para solucionar as causas históricas do conflito, tais como: a questão a respeito da propriedade de terra e sua concentração nas mãos de latifundiários, que tem como consequência a exclusão da população campestre e das comunidades rurais, afetando principalmente as mulheres e as crianças (LA HABANA, 2016).

A verdadeira transformação da realidade do campo na Colômbia seria possível por meio do cumprimento de cinco principais pontos. São eles: a integração entre as regiões rurais e urbanas; a erradicação da pobreza rural extrema e a diminuição de 50% da pobreza no campo em um prazo de dez anos; a promoção da equidade de gênero por meio da adoção de medidas que garantissem a participação e os benefícios do acordo para homens e mulheres; que promovesse o uso adequado da terra a partir de sua vocação e o estímulo à restituição e distribuição equitativa da mesma; e, pôr fim, a promoção do desenvolvimento da agricultura campesina, familiar e comunitária (LA HABANA, 2016; LAS CINCO CLAVES..., 2017).

A partir dos cinco pontos, o documento apresenta alguns eixos/princípios de compromissos assumidos e de atuação dos agentes em negociação no marco da RRI. O primeiro eixo dos acordos reconhece como um dos seus princípios fundantes a importância da *igualdade e do enfoque de gênero*. Nesse sentido, o documento ressalta que as mulheres são

[...] cidadãs autônomas, sujeitos de direitos que, independentemente de seu estado civil, relação familiar ou comunitária, têm acesso em condições de igualdade aos homens à propriedade da terra e a projetos produtivos, opções de financiamento, infraestrutura, serviços técnicos e treinamento, entre outros; atender às condições sociais e institucionais que impediram as mulheres de acessar bens produtivos e bens públicos e sociais (LA HABANA, 2016, p. 10, tradução nossa<sup>68</sup>)

O reconhecimento, tanto da agência das mulheres quanto das estruturas que, por tantos anos as excluiu da participação ativa, possibilita a adoção de uma série de medidas específicas no que tange ao planejamento e à execução dos planos e dos programas contemplados no acordo sobre RRI. Tais propostas buscaram levar em conta as necessidades específicas e as condições diferenciadas das mulheres, a partir de “*su ciclo vital, afectaciones y necesidades*” (LA HABANA, 2016, p. 10).

Assim, torna-se interessante perceber que, já na primeira parte do acordo, são destacadas as “necessidades e condições diferenciadas” das mulheres que, por sua vez, são influenciadas pelos entrecruzamentos de marcadores como geração, raça, sexualidade e outros. Em outros princípios como “*Bienestar y buen vivir*”, “*Priorización*”, “*Regularización*

---

<sup>68</sup> [...] ciudadanas autónomas, sujetos de derechos que, independentemente de su estado civil, relación familiar o comunitaria, tienen acceso en condiciones de igualdad con respecto a los hombres a la propiedad de la tierra y proyectos productivos, opciones de financiamiento, infraestructura, servicios técnicos y formación, entre otros; atendiendo las condiciones sociales e institucionales que han impedido a las mujeres acceder a activos productivos y bienes públicos y sociales.

*de la propiedad*”, “*Participación*”, “*Beneficio, impacto y medición*” “*Presencia del Estado*” e “*Democratización del acceso y uso adecuado de la tierra*” há a menção e a visibilidade de certos marcadores por meio das palavras “*mujeres*”, “*ciudadanas*”, “*niñas*”, “*campesinas*”, “*comunidades afro descendientes y indígenas*”, indicando um olhar diferenciado do Acordo para com a necessidade de respostas específicas para realidades e vivências potencialmente diferenciadas do conflito armado.

#### 4.1.1.1 Acesso e Uso: terras improdutivas, formalização da propriedade, fronteira agrícola e proteção de zonas de reserva

Como proposta criada para o primeiro tópico do acordo sobre Reforma Rural, o governo nacional se propôs a criar o *Fundo de Terras* de distribuição gratuita. O mecanismo possui caráter permanente e deveria distribuir cerca de três milhões de hectares durante seus primeiros dez anos de criação. As terras seriam provenientes de: (i) processos de extinção judicial de domínio a favor da Nação; (ii) recuperadas a favor da Nação; (iii) provenientes da atualização, delimitação e fortalecimento da reserva florestal; (iv) terras inexploradas; (v) terras adquiridas ou expropriadas por motivo de interesse social ou de utilidade pública e (vi) terras doadas (LA HABANA, 2016).

A partir do *Fundo de Terras*, o governo nacional se comprometia a facilitar o acesso da população rural à propriedade, a partir de dois mecanismos facilitadores. São eles: o (i) subsídio integral e o (ii) crédito especial para compra. No primeiro deles seria outorgado um subsídio integral para a compra de terras para “pessoas beneficiárias” em zonas priorizadas pelo Acordo; o mecanismo seria uma forma de contribuir para solucionar problemas pontuais de acesso que levaria em conta medidas específicas para facilitar às mulheres o acesso ao subsídio. Já o crédito especial para a compra ocorreria por meio da abertura de uma linha de crédito de longo prazo para a compra de terras por parte da “população beneficiária”, novamente com foco especial nas mulheres rurais (LA HABANA, 2016).

Os indivíduos beneficiados pelos programas e planos seriam trabalhadores e trabalhadoras, associações que possuíssem vocação agrária, mas não teriam terra ou que possuíssem terras insuficientes, priorizando mulheres rurais, mulheres chefes de família e população deslocada (*población desplazada*). Poderiam ser beneficiários, também, indivíduos e comunidades que participassem de programas de (re)assentamento com o propósito de proteger o meio ambiente, de substituir cultivos ilícitos e de fortalecer a produção alimentar (LA HABANA, 2016).

Além da abertura de linhas de crédito, a primeira seção do Acordo sobre RRI busca assegurar a formalização de pequenas e médias propriedades rurais, garantindo-se os direitos dos indivíduos como legítimos donos e donas da terra. A formalização a partir de reformas normativas assegurariam a participação das comunidades e de suas organizações, contando com medidas específicas que buscassem superar os obstáculos enfrentados pelas mulheres rurais no que tange a formalização da propriedade. No que se refere ao processo de criação de mecanismos de resolução de conflito no campo, o acordo afirmou como central a participação “*de las mujeres y sus organizaciones en los diferentes espacios que se creen para la conciliación y resolución de conflictos sobre uso y tenencia de la tierra*” (LA HABANA, 2016, p.14).

Há também a menção da criação de mecanismos de diálogos entre diferentes agentes sociais como representantes do governo nacional, regional e local, campesinas e campesinos, membros de comunidades indígenas, negras, afrodescendentes, *raizales* e *palenqueras*, além de empresas do setor privado voltadas para exploração econômica de territórios rurais. A ideia seria a de estabelecer espaços formais de interlocução entre agentes com diversos interesses na tentativa de se criar uma agenda de desenvolvimento comum, orientada para o desenvolvimento sustentável, o bem-estar da população rural e o crescimento econômico para a equidade (LA HABANA, 2016)

#### 4.1.1.2 Programas de desenvolvimento com enfoque territorial (PDET)<sup>69</sup>

O objetivo do PDET seria o de buscar a transformação estrutural do campo e a criação de um relacionamento equitativo entre o campo e a cidade, de maneira a assegurar seis principais aspectos: a promoção do bem-estar e do bem viver da população em zonas rurais, garantindo-se os seus direitos políticos, econômicos, sociais e culturais; a proteção da riqueza pluriétnica e multicultural; o desenvolvimento da economia campesina e familiar e de formar organizações próprias de produção no âmbito das comunidades indígenas, afrodescendentes, e outras, mediante o acesso à terra, aos bens e serviços produtivos e sociais; promover o desenvolvimento e a integração de regiões afetadas pelo conflito; o reconhecimento e a promoção de organizações das comunidades, incluindo das organizações de mulheres rurais, para que essas assumissem um papel de protagonistas no processo de transformação estrutural

---

<sup>69</sup> Em espanhol: *Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial*.

do campo; e, por fim, estabelecer, a partir do campo, um espaço de reconciliação e de construção da paz.

De maneira geral, o processo de transformação estrutural do campo deveria ocorrer em toda a zona rural do país, porém haveria a priorização de áreas mais necessitadas onde se daria a implementação prioritária do PDET. Nessas áreas seriam construídos, de forma participativa, um plano de ação para a transformação regional que contaria com a presença de membros das comunidades locais. Os planos buscariam contemplar

O enfoque territorial das comunidades rurais que leva em consideração as características sócio-históricas, culturais, ambientais e produtivas dos territórios e seus habitantes, bem como suas necessidades diferenciadas com base no **gênero, idade, etnia, orientação sexual e identidade de gênero e condição da deficiência**, e a vocação dos solos, para poder empregar recursos públicos de investimento de maneira suficiente e em harmonia com os valores tangíveis e intangíveis da nação (LA HABANA, 2016, p. 18, tradução nossa<sup>70</sup>, negritos nossos)

Vale pontuar que os planos buscam a todo o momento inserir uma perspectiva sensível a gênero e outros marcadores interseccionais como raça, orientação sexual, geração, identidade de gênero e outros. De forma a atender um número maior de indivíduos que vivem em realidades específicas.

#### 4.1.1.3 Planos Nacionais para a Reforma Rural Integral

Os planos nacionais para a RRI teriam dois objetivos principais: por um lado, a busca da superação da pobreza e das desigualdades para a garantia de melhores condições de vida para a população rural e, por outro lado, a busca pela promoção de uma maior integração entre o campo e a cidade. Como consta no documento, a superação da pobreza não se tornaria possível apenas pela melhora ao acesso das famílias a serviços e bens públicos, mas através da garantia de que “meninos, meninas, mulheres e homens tenham acesso adequado a serviços e bens públicos” (LA HABANA, 2016, p.19, tradução nossa<sup>71</sup>).

A superação da pobreza no campo dependeria da ação conjunta dos planos nacionais para a Reforma Rural Integral, que após uma fase de transição de 10 anos, poderia alcançar a

---

<sup>70</sup> El enfoque territorial de las comunidades rurales que tenga en cuenta las características socio-históricas, culturales, ambientales y productivas de los territorios y sus habitantes, así como sus necesidades diferenciadas en **razón del género, edad, pertenencia étnica, orientación sexual e identidad de género diversa, y condición de discapacidad**, y la vocación de los suelos, para poder desplegar los recursos de inversión pública de manera suficiente y en armonía con los valores tangibles e intangibles de la nación.

<sup>71</sup> Niños, niñas, mujeres y hombres tengan acceso adecuado a servicios y bienes públicos.

erradicação da pobreza extrema e a redução da pobreza rural em 50%, além da diminuição das desigualdades e da criação de mecanismos que tornassem possível alcançar melhores níveis de vida na cidade e no campo. Assim, as medidas que buscavam a superação da pobreza deveriam se desenvolver a partir de uma perspectiva de gênero que possibilitasse uma sensibilidade para as necessidades particulares das mulheres do campo (LA HABANA, 2016).

No que tange às questões voltadas para a infraestrutura e adequação das terras, os Planos Nacionais buscariam garantir a criação do Plano Nacional de Vias Terciárias que teria como objetivo criar melhores condições de acesso a serviços sociais e aos mercados, incidindo diretamente sobre o preço de alimentos. Por esse meio, haveria a participação ativa das comunidades, homens e mulheres, na priorização, execução e prosseguimento das obras (LA HABANA, 2016). Vale ressaltar que o plano incidiria sobre o preço de alimentos, o que afetaria diretamente a população campesina, principalmente as mulheres chefes da família.

O Plano buscaria, ainda, trabalhar com questões voltadas para o desenvolvimento social, ou seja, para as pautas de saúde, educação, habitação e erradicação da pobreza. Na saúde, por exemplo, o documento afirma o propósito de se ofertar serviços de saúde para as comunidades, pontuando que esta seria formada por “meninos, meninas, mulheres, homens, pessoas de diferentes etnias, pessoas com orientação sexual e identidade de gênero diversa e em condições de incapacidade” (LA HABANA, 2016, p. 21, tradução nossa<sup>72</sup>). O intuito seria melhorar a infraestrutura, a qualidade da rede pública e a prestação de serviços nas zonas rurais – o que seria garantido a partir da implementação do Plano Nacional de Saúde Rural.

Este último, foi formulado por meio da adoção de um enfoque diferenciado e de gênero que levou em consideração diferentes dinâmicas da saúde das mulheres, de acordo com seu ciclo vital, “incluindo medidas em matéria de saúde sexual e reprodutiva, atenção psicossocial e medidas especiais para mulheres gestantes e meninas” (LA HABANA, 2016, p. 21, tradução nossa<sup>73</sup>). O mesmo ocorre no Plano Especial de Educação Social, que criaria mecanismos para se garantir o acesso e a permanência de mulheres (e homens) no sistema educativo, por meio da disponibilização de serviços de transporte e alimentação. Além disso, o Programa afirma o compromisso na formação profissional das mulheres em áreas que não seriam aquelas tradicionalmente ocupadas por elas (LA HABANA, 2016).

---

<sup>72</sup> niños, niñas, mujeres, hombres, personas con pertenencia étnica, personas con orientación sexual e identidad de género diversa y en condición de discapacidad.

<sup>73</sup> “incluyendo medidas en materia de salud sexual y reproductiva, atención psicossocial y medidas especiales para mujeres gestantes y los niños y niñas.

No Plano Nacional de Construção e Melhoramento da Habitação Rural também há a menção do enfoque diferenciado e de gênero na criação e implementação do mecanismo. Assim, haveria uma priorização de acesso ao serviço para a população que viveria em situação de extrema pobreza, para as vítimas do conflito, para as beneficiárias e os beneficiários do Plano de Distribuição de Terra e para as mulheres chefe de família. Nas discussões sobre economia solidária e cooperativa, o Acordo sobre Reforma Rural Integral, aponta para a necessidade de se construir iniciativas que promovessem a equidade de gênero, principalmente por meio da autonomia econômica e do reforço à capacidade organizativa das mulheres rurais. O governo, por meio de seus planos, abriria uma linha de crédito que, a partir de uma perspectiva de gênero, permitisse às mulheres superarem a barreira do acesso ao financiamento (LA HABANA. 2016)

No penúltimo ponto do Acordo sobre RRI é informado a respeito da criação do Plano progressivo de proteção social e de garantia de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. O mecanismo, por sua vez, buscaria garantir melhores condições de trabalho no campo por meio de uma aplicação plena e mediante a inspeção do trabalho, ou seja, das relações contratuais, de regulação sobre a jornada de trabalho, remuneração e subordinação, considerando as jurisprudências favoráveis aos trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, o plano promoveria sistemas de proteção à gravidez, ao parto, à amamentação e a atenção a saúde do recém-nascido, ampliando-se progressivamente a cobertura e a qualidade dos sistemas de saúde e de subsídio familiar, com foco especial nas mulheres trabalhadoras do campo. Por fim, no Sistema para a garantia progressiva ao direito à alimentação, o documento reconhece o papel central ocupado pelas mulheres rurais na luta pela garantia da alimentação como um direito fundamental no país (LA HABANA, 2016).

#### *4.1.2 Participação Política: abertura democrática para construir a paz*

O segundo Acordo firmado entre os agentes em negociação diz respeito à *participação política*, tendo como foco a ampliação do acesso ao sistema político, a possibilidade de existência de oposição, maior transparência eleitoral, a reforma do regime eleitoral, participação política e o papel da mulher na política. A construção e a consolidação da paz na Colômbia requerem uma ampliação dos mecanismos democráticos no país que possibilite que novos agentes sociais participem de debates e das deliberações a respeito de temáticas de âmbito local, regional e nacional. Esses espaços de diálogo deveriam incluir visões e interesses pluralistas necessários para a manutenção do jogo democrático (LA HABANA,

2016; LAS CINCO CLAVES..., 2017). Para fortalecer a participação cidadã das mulheres torna-se necessário valorizar as suas agendas e demandas e reconhecê-las como agentes políticas na esfera pública.

O documento teve como objetivo central fortalecer as organizações e movimentos sociais, por meio da abertura de espaços de participação e diálogo. O Acordo indica a importância de empoderar as mulheres para exercerem cargos na política e reforça a sua centralidade para desconstruir a sua atuação em setores tradicionalmente marginais dos espaços de poder. Tais objetivos se traduzem no compromisso explícito de fortalecimento e promoção das organizações de mulheres e feministas e no reconhecimento da importância da voz das mulheres na construção da esfera pública (LA OFICINA DEL..., 2016).

Levando em consideração que as mulheres enfrentam maiores barreiras sociais e institucionais ao exercício da participação política como resultado das profundas discriminações e desigualdades, de condições estruturais de exclusão, subordinação e discriminação de gênero, o que gera maiores desafios para se garantir seu direito à participação, enfrentar e transformar essas condições históricas implica o desenvolvimento de medidas afirmativas que garantam a participação da mulher nos diferentes espaços de representação política e social. Para isso, é necessário reconhecer a situação e condição das mulheres em seus contextos e particularidades (LA HABANA, 2016, p. 30, tradução nossa<sup>74</sup>).

Nesse momento de construção e consolidação, tanto da paz quanto de uma democracia no país, tornou-se necessário garantir o pluralismo a partir da facilitação da formação de novos partidos políticos e de movimentos organizados que contribuíssem para o debate e o processo democrático. Além disso, esses agrupamentos e agentes deveriam possuir liberdade e capacidade suficiente para se organizar, inclusive, como oposição frente ao governo e serem compreendidos como uma alternativa real de poder. Assim, como aponta o documento, a democracia requer um cenário de fim do conflito aliado a um fortalecimento das garantias de participação política (LA HABANA, 2016).

A promoção de maior pluralismo político através das organizações e dos movimentos sociais, incluindo as associações de mulheres, de afro colombianos e LGBTI+, exige novos

---

<sup>74</sup> Tomando en consideración que las mujeres enfrentan mayores barreras sociales e institucionales para el ejercicio de la participación política como consecuencia de profundas discriminaciones y desigualdades, de condiciones estructurales de exclusión, subordinación y discriminación de género, lo que genera mayores retos para garantizar su derecho a la participación, enfrentar y transformar estas condiciones históricas implica desarrollar medidas afirmativas que garanticen la participación de las mujeres en los diferentes espacios de representación política y social. Para esto es necesario que se reconozca la situación y condición de las mujeres en sus contextos y particularidades.

espaços de diálogos e disputas para que os agentes que participaram dos processos de construção de paz pudessem continuar atuando na construção democrática do país. O Acordo sobre participação política foi desenvolvido por meio de três principais eixos de ação: direitos e garantia de oposição política, mecanismo de participação cidadã e medidas de promoção à participação em todos os níveis.

#### 4.1.2.1 Direitos e garantias plenas para o exercício da oposição política

O Acordo sobre participação política reconhece, já em seu primeiro princípio, a ideia de que o exercício da política não se limita à participação no sistema político e eleitoral. Assim, a oposição em relação às propostas de governos e às suas ideias não deveriam ser garantidas apenas para os agentes ligados aos partidos políticos na esfera estatal, mas dever-se-ia estender para os/as agentes presentes na sociedade civil, como aqueles das organizações e dos movimentos sociais. Para a oposição, não seria necessário apenas garantir o pleno exercício de direitos e liberdades, mas também promover e facilitar espaços de conversação sobre suas demandas (LA HABANA, 2016).

A fim de garantir o pleno exercício de oposição seria criado um Estatuto de garantias que reconhecesse o papel fundamental da oposição, tanto para a construção da paz quanto da própria democracia na Colômbia. A partir do Estatuto seria também criada uma Comissão de agrupamentos políticos de oposição, onde tais organizações deveriam se comprometer e contar com a participação das mulheres em suas estruturas administrativas, bem como em suas ações. Para garantir a segurança dos opositores, o Acordo firma o compromisso com a criação do Sistema Integral de Segurança para o exercício da Política (SISEP) que garantiria direitos, liberdades e segurança para o indivíduo, no que tange à liberdade de pensamento e opinião (LA HABANA, 2016).

Como reflexo da perseguição histórica de opositores e partidos no país, o SISEP teria como um de seus pilares a busca pela construção de uma cultura de convivência, tolerância e solidariedade para todas/os aquelas/es que participam da vida política protegendo-as/os da estigmatização e violência. O sistema incorporaria medidas especiais para que houvesse a valorização das mulheres na participação da vida pública e buscaria garantir atenção especializada, visto a existência de riscos específicos enfrentados por mulheres e indivíduos com sexualidade diversas que participam da atividade política. No que tange à avaliação e ao monitoramento do SISEP, o documento menciona a criação de um Sistema de planejamento, informação e monitoramento que incluiria informações específicas sobre os riscos e ameaças

contra a participação e a representação política de mulheres nos mais diferentes níveis do país (LA HABANA, 2016).

#### 4.1.2.2. Mecanismos democráticos de participação cidadã

O segundo aspecto abordado sobre participação política no documento foca na relação entre participação social e a democracia. Assim, para que fosse criada uma paz estável e duradoura tornar-se-ia necessário adotar ações que fortalecessem as organizações sociais e que criassem canais de diálogo entre esses agentes e as autoridades. Esses mecanismos deveriam ser desenvolvidos levando-se em consideração o enfoque diferenciado e de gênero, reconhecendo que “uma sociedade em que as mulheres participam ativamente é uma sociedade mais democrática” (LA HABANA, 2016, p. 36, tradução nossa<sup>75</sup>), sendo importante o fortalecimento de suas organizações e a potencialização de seu protagonismo no interior das organizações e movimentos.

O governo nacional buscaria, então, criar um Projeto de lei sobre garantias e promoção da participação cidadã, além de outras atividades que contariam com a presença de lideranças sociais. Essas atividades deveriam seguir alguns pontos como, por exemplo, o apoio, por meio da assistência legal e técnica, à criação e fortalecimento de movimentos sociais, incluindo aqui as organizações de mulheres, jovens e da população LGBTI+. Nesse sentido, o documento aponta para o apoio por meio de medidas extraordinárias às organizações de mulheres e a outros segmentos mais vulneráveis. Todas essas ações buscariam incentivar a criação de lideranças sociais capazes de incidir sobre os tomadores de decisão do Estado (LA HABANA, 2016).

No que tange à participação cidadã por meio dos canais de comunicação, o Acordo reconhece a importância das diferentes identidades étnicas e culturais, a igualdade de gênero, a inclusão política e cultural como eixos centrais do fortalecimento democrático. Isso seria traduzido por meio da abertura de emissoras e canais de comunicação em zonas mais afetadas pelo conflito, onde indivíduos e organizações, principalmente organizações de mulheres, poderiam transmitir informações a respeito de ações e eventos organizados, assim como informar sobre direitos dos segmentos afetados (LA HABANA, 2016).

Para além de buscar garantir a participação por meio do exercício da oposição ou da participação cidadã, o Acordo sobre participação política reconheceu a necessidade de

---

<sup>75</sup> Una sociedad en la que las mujeres participan activamente es una sociedad más democrática.

garantir meios para a reparação, convivência, tolerância e não estigmatização dos indivíduos que participam da vida pública. Assim, o documento aponta para criação, por meio do governo, do Conselho Nacional de Reconciliação e Convivência. O mecanismo seria constituído por representantes do governo nacional, do Ministério Público, de partidos e movimentos políticos<sup>76</sup> e por representantes de movimentos sociais, principalmente por mulheres, camponeses e camponesas, minorias étnicas, igrejas, setor educativo e outros (LA HABANA, 2016).

No que toca os marcadores interseccionais, o Conselho buscaria promover dois principais pontos. No primeiro deles, o documento se propõe a desenvolver ações de não estigmatização em razão da orientação sexual e da identidade de gênero. Além disso, há o reconhecimento de que todo o processo que busca a reconciliação e a tolerância, especialmente aqueles que envolvem segmentos da população mais afetados, deveriam compreender o impacto desproporcional do conflito sobre as mulheres (LA HABANA, 2016).

#### 4.1.2.3 Medidas efetivas para promoção de uma maior participação na política nacional, regional e local

O terceiro eixo de ação apresentado pelo documento diz respeito à promoção do pluralismo político e à representatividade no sistema de partidos na Colômbia. Essas ações seriam alcançadas por meio da ampliação dos direitos de associação para fins políticos e pelas garantias de igualdade de participação de partidos e movimentos sociais. Para que isso seja possível, o governo nacional desenvolveria medidas específicas voltadas ao acesso ao sistema político.

Como parte desse conjunto de ações, o governo nacional buscaria, por exemplo, (i) promover campanhas de informação e capacitação que estimulassem a participação dos indivíduos em nível nacional e regional e (ii) realizar o credenciamento eleitoral dos cidadãos. Essas ações contariam com um enfoque diferenciado de gênero ao priorizar a participação de mulheres, principalmente das mulheres rurais, de segmentos vulneráveis advindos, não apenas de territórios afetados pelo conflito e pelo abandono de serviços estatais, mas também camponeses e camponesas, comunidades indígenas, afro descendentes e a população LGBTI+ (LA HABANA, 2016).

---

<sup>76</sup> Incluindo aquele criado pelas FARC-EP após a transição para a atividade política “legal” (LA HABANA, 2016).

Nas regiões afetadas pelo conflito, o governo se comprometeria, como forma de reparação e construção da paz, criar 16 “*circunscripciones*” transitórias especiais de paz para a eleição de 16 representantes para atuar na Câmara de representantes do país. A medida possuiria caráter temporário de dois períodos eleitorais. Como candidatas/os poderiam ser inscrever quaisquer cidadãos/os colombianas/os ou organizações como as de mulheres, de vítimas, de campesinas e de outros setores sociais que trabalhariam no intuito de construir a paz nas regiões em questão (LA HABANA, 2016).

O último ponto do Acordo sobre participação política buscou desenvolver ações voltadas exclusivamente para a participação política e cidadã das mulheres. Assim, o documento afirma o reconhecimento das partes em negociação do papel central assumido pelas agentes ao longo de todos os processos de construção de paz que ocorreram no país. Ademais ressaltam que

sua liderança e participação em pé de igualdade são necessários e essenciais nos processos de tomada de decisões públicas, e na formulação, execução, avaliação e controle das políticas governamentais para alcançar uma paz estável e duradoura (LA HABANA, 2016, p. 48, tradução nossa<sup>77</sup>).

Para além de afirmarem a necessidade do incentivo e da promoção da participação das mulheres nas esferas político-institucionais, o documento apontou para a importância da ocupação de cargos em organizações, partidos e em movimentos sociais. A participação nessas esferas proporcionaria a criação de uma nova consciência sobre direitos, além de promover o surgimento de novas lideranças (LA HABANA, 2016).

#### *4.1.3 Cessar fogo bilateral e definitivo, abandono de armas e garantias de segurança*

No terceiro tópico em negociação, as partes envolvidas se comprometeriam a não utilizar meios violentos ou qualquer forma de ameaça contra a integridade da população civil, especialmente, contra os segmentos de gênero e sexualidade no país. O documento aponta para o compromisso em contribuir com a criação de uma nova cultura que proibisse a utilização de armas no exercício da política, construindo novas bases políticas por meio de

---

<sup>77</sup> su liderazgo y participación en pie de igualdad son necesarios y esenciales en los procesos de toma de decisiones públicas, y en la formulación, ejecución, evaluación y control de las políticas gubernamentales para alcanzar una paz estable y duradera.

entendimentos sobre democracia, em debates pautados por ideias plurais (LA HABANA, 2016).

O Acordo foi estruturado em dois principais conceitos que, a partir deles, se desenvolveriam ações para pacificar o território. O primeiro deles é o Cessar fogo e de hostilidades bilateral e definitivo (CFHBD) que diz respeito ao término das ações violentas entre a Força Pública e as FARC-EP, sendo tais ações reguladas pelo Anexo presente nos Acordos de Paz. O outro ponto é sobre a entrega de armas ou, em espanhol, *dejación de las armas* (DA), que se refere aos procedimentos técnicos por meio dos quais a ONU ficaria responsável pelo recebimento de todo o armamento entregue pelas FARC-EP e sua destinação para a construção de monumentos no país. Para garantir que as etapas dos planos e programas estivessem sendo realizados, o Acordo previu a criação do Mecanismo de Monitoramento e verificação (MM&V) que seria administrado por atores nacionais, além de um sistema de monitoramento realizado por membros internacionais (CI – MM&V) (LA HABANA, 2016).

#### 4.1.3.1 Reincorporação das FARC-EP na vida civil de acordo com seus interesses

De maneira geral, o primeiro ponto desenvolvido no Acordo visava criar bases para a construção da paz a partir de programas que garantissem a reincorporação efetiva dos membros das FARC-EP na vida social, econômica e política na Colômbia. O primeiro ponto foi dividido em duas principais dimensões. Na primeira delas, foi aprofundada a discussão sobre a (re)incorporação política da organização insurgente, aprofundando-se em alguns pontos já trabalhados no Acordo sobre participação política. Já na segunda dimensão, o documento foca na inclusão desses cidadãos nas esferas econômicas e sociais colombianas.

Ao longo do documento, as partes em negociação se comprometeriam a promover valores democráticos por meio da transição das FARC-EP em partido político ou em movimento social, podendo participar da disputa eleitoral ou em outras instâncias políticas, como no Conselho Nacional eleitoral. Além disso, houve a menção sobre a inclusão de indivíduos ligados ao grupo em empreendimentos comunitários tais como o programa *Economías Sociales del Común* (ECOMÚN), ou então, a garantia de direitos para jovens menores de idade durante a sua reincorporação na vida social.

Porém, tornou-se importante pontuar que, mesmo com a referência sobre a adoção de um enfoque diferenciado e de gênero no presente Acordo, não houve um trabalho aprofundado a partir dessa perspectiva. Isso quer dizer que, ao contrário dos outros acordos analisados até aqui, o presente documento não mencionou diretamente as diferenças de

incorporação ou de acesso ao espaço político para indivíduos vulnerabilizados no país. O Acordo parece se estruturar a partir do estabelecimento de etapas e processos a serem seguidos, sem compreender, no entanto, que tais dinâmicas impactam diretamente a realidade de mulheres diversas, em suas especificidades que parecem não estar em foco neste documento.

#### 4.1.3.2 Acordo sobre garantias de segurança e luta contra organizações criminais

Na segunda parte no Acordo sobre cessar fogo e fim das violências estão previstos a criação de alguns mecanismos que buscassem desarticular a organizações criminosas, guerrilheiras e paramilitares no país. Fazendo com que esses indivíduos transitassem para a legalidade por meio da participação de partidos políticos ou em movimentos sociais. Além disso, houve a tentativa de se garantir a segurança desses indivíduos que participariam como oposição no jogo político e seriam estabelecidos os meios para se facilitar a identificação e o acesso à justiça das vítimas do conflito (LA HABANA, 2016).

É na parte final do Acordo que se tornou possível perceber um trabalho mais atento aos marcadores interseccionais, havendo uma maior frequência de menções sobre o tema a partir da afirmação da adoção de um enfoque diferenciado e de gênero ao longo do documento. Assim esse reforço aparece, por exemplo, no estímulo à participação política de mulheres, comunidades indígenas, afro-colombianas, LGBTI+ e de vítimas ou então no comprometimento das partes na criação de mecanismos de proteção à sociedade civil com foco nos segmentos de gênero e sexualidade diversas (LA HABANA, 2016).

Nesse sentido, o documento aponta para a maneira diferenciada pelo qual determinados grupos, dando maior atenção para mulheres, meninas, jovens e população LGBTI+, foram afetados pelo conflito armado no país (LA HABANA, 2016). Por mais que houvesse um maior trabalho de inserção de uma perspectiva interseccional nessa parte do documento, parece haver um conflito ou uma dificuldade de inserção desse enfoque. Se, nos outros Acordos, houve uma priorização para os movimentos de mulheres e outros grupos marginalizados, ou então houve a menção de marcadores interseccionais logo no início dos planos e programas, neste presente Acordo essa postura pareceu ficar em segundo plano<sup>78</sup>. A

---

<sup>78</sup> Em outros documentos, há a menção em primeiro plano da priorização de movimentos de mulheres, mulheres rurais, movimentos LGBTI+, comunidade indígenas e afro-colombianas. No acordo três, no entanto, outros movimentos parecem receber destaque como partidos políticos, grêmios, agrupamentos de proprietários de

prioridade esteve na adoção de um caráter técnico, estratégico e, supostamente, mais “neutro”<sup>79</sup>. Porém, assumir tal perspectiva impacta a maneira como as políticas podem vir a ser construídas e implementadas para a população em geral.

#### *4.1.4 Solução para o problema das drogas Ilícitas*

O quarto Acordo assinado entre os agentes em negociação buscou discutir a questão das drogas ilícitas no país. A persistência dos cultivos e do narcotráfico estão ligados à existência de condições de extrema pobreza, marginalidade e à ausência do Estado em diversos territórios. Para lidar com o problema seria necessário criar soluções que trabalhassem com a temática das drogas ilícitas, aliadas a discussões, programas e planos sobre cultivos de uso ilícito, produção e comercialização desses produtos. De maneira geral, o Acordo tem como objetivo articular uma política de drogas a partir de um enfoque de direitos humanos e de saúde pública. Para isso, enfatizou-se o tratamento especial para os indivíduos em vulnerabilidade envolvidos no mercado de drogas e em uma aplicação de abordagem diferenciada e de gênero na conclusão das novas políticas de drogas ilícitas (LA HABANA, 2016; LAS CINCO CLAVES..., 2017).

Toda a cadeia de cultivo, produção e comercialização das drogas afetaram de forma direta a população colombiana, sem distinção de campo e cidade. Essa economia criminosa, como pontua o documento, impactou de forma diferenciada a vida de mulheres e jovens no que tange ao exercício de seus direitos. Além disso, essas dinâmicas geraram formas particulares de violência que afetaram de maneira diferenciada a vida das mulheres, seja por meio da violência sexual, da violência privada do consumo de drogas, ou outras expressões. Devido a essa vivência diferenciada das mulheres, o documento aponta para a importância de inserir as mulheres nos processos de desenho e execução de ações para se combater esse quadro de violência e, afinal, promover direitos para o segmento (LA HABANA, 2016).

##### *4.1.4.1 Programas participativos de substituição de cultivos de uso ilícito*

---

meios de comunicação, igrejas, entre outros. Isso pode ser observado, por exemplo, na página 72 do documento, em seu primeiro parágrafo.

<sup>79</sup> Não encontrei até o momento uma explicação sobre conflitos e disputas entre agentes que fez com que houvesse uma diferença de escrita e de perspectiva no presente acordo.

De modo a criar condições para que a população campesina participasse do processo de substituição de cultivos, o governo nacional propôs a criação do Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos de uso Ilícito (PNIS). O mecanismo buscava estruturar um processo de planejamento de modo a garantir uma participação ativa e efetiva das comunidades locais na tomada de decisão e na construção de soluções sobre essa temática. O intuito do PNIS seria produzir uma mudança estrutural no setor rural do país, fazendo com que ele viesse a fazer parte, também, da implementação da Reforma Rural Integral.

O PNIS adotaria uma perspectiva diferenciada e de gênero ao reconhecer as necessidades, características e particularidades econômicas, culturais e sociais dos territórios e das comunidades rurais, dando especial atenção às comunidades indígenas e de afrodescendentes. Além disso, o programa buscava destacar e compreender o papel das mulheres nesses contextos e apontaria para a necessidade da incorporação delas como agentes no processo de substituição voluntária de cultivos. O programa, então, buscava garantir a participação da mulher

no planejamento, execução, seguimento e avaliação dos planos integrais de substituição e desenvolvimento alternativo, assim como sua formação para combater a violência de gênero associado às drogas (LA HABANA, 2016, p. 95, tradução nossa<sup>80</sup>).

Como parte do PNIS, o governo estabeleceu no marco do Acordo a criação do Plano Integral de Substituição e desenvolvimento Alternativo (PISDA) que criaria, entre outras medidas, espaços deliberativos por meio de assembleias comunitárias, onde a população das áreas afetadas poderia identificar e priorizar demandas no que diz respeito ao cultivo de uso ilícito. Nesses espaços haveria a adoção de medidas que garantissem uma participação efetiva das mulheres.

Um dos componentes do PISDA seria o plano de atenção imediata e desenvolvimento de projetos produtivos que buscariam garantir meios que levassem em consideração as dinâmicas entre determinados marcadores interseccionais, principalmente de gênero, geração, etnicidade, raça e nível educacional. Assim, no que tange às comunidades, o plano buscava, por exemplo, facilitar o acesso a oportunidades de trabalho para mulheres chefes de família e mulheres rurais, além de contribuir para a segurança alimentar na primeira infância e em idade escolar para meninas e meninos em regiões afetadas pelas dinâmicas de cultivo ilegal, o

---

<sup>80</sup> En la planeación, ejecución, seguimiento y evaluación de los planes integrales de sustitución y desarrollo alternativo, así como su formación para combatir la violencia de género asociadas a las drogas.

que garantiria sua permanência no ambiente escolar - em conformidade com o Acordo sobre RRI.

#### 4.1.4.2 Programas de Prevenção do consumo e saúde pública

O segundo ponto trabalhado pelo Acordo versa sobre a criação do Programa Nacional de Intervenção Integral Frente o Consumo de Drogas Ilícitas. Por meio da adoção de um enfoque diferenciado de gênero, o programa busca garantir uma implementação sensível às realidades diversas das consumidoras e consumidores, dando grande atenção às necessidades dos/as jovens, tanto das zonas rurais como das urbanas. Além disso, o documento indica a necessidade de definir os grupos vulneráveis a partir de características tais como gênero, idade, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, condição socioeconômica e habitação geográfica, entre outros (LA HABANA, 2016).

Outra temática presente no documento diz respeito à relação estabelecida entre o consumo das drogas ilícitas e a violência de gênero. Seria necessário a adoção de medidas especial para mulheres, adolescentes, jovens e meninas de forma a garantir segurança e o suporte necessários contra a violência intrafamiliar e sexual. No caso das mulheres consumidoras e as mulheres privadas de liberdade foi previsto a adoção de medidas especiais de saúde, proteção e prevenção de doenças e infecções, incluindo HIV/Aids (LA HABANA, 2016).

#### 4.1.5 Acordo sobre as vítimas do conflito

“Ressarcir as vítimas está no centro do Acordo entre o governo nacional e as FARC-EP” (LA HABANA, 2016, p. 112) - Assim começa o quinto Acordo firmado entre os agentes em negociação em Havana. O *Acordo sobre vítimas* mobilizou milhares de pessoas em todo o país por meio dos fóruns regionais e nacional (bem como outros mecanismos participativos) que foram capazes de incluir vozes diversas no processo de construção de paz e garantia de direitos para a população em geral e, principalmente, para as vítimas no país. Por meio dos dez pontos presentes na Declaração de princípios de 7 de junho de 2014, o Acordo cria duas principais políticas, sendo elas: o (i) Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e não repetição e o (ii) Compromisso com a Promoção, o Respeito e a Garantia dos direitos humanos.

As partes em negociação reconheceram a importância da participação das vítimas no processo de construção do documento e salientaram também outras colaborações. Assim, o documento relata a participação das vítimas e dos movimentos sociais nos quatro Fóruns realizados para este fim e que contaram com mais de 3.000 pessoas. Nas mesas de negociação em Habana foram realizados testemunhos e propostas foram levadas diretamente às mesas de negociação, participando nessa etapa cerca de 60 vítimas do conflito colombiano; sem contar com o envio mais de 17 mil propostas encaminhadas por diferentes meios, seja por vítimas, seja pelos demais cidadãos colombianos.

Além da importância da participação no processo, o documento destaca o efeito do conflito armado, por meio de suas múltiplas causas e diferentes formas de ações violentas, sobre as comunidades campesinas, indígenas, afro-colombianas, negras, *palenqueras*, *raizales*, *rom*<sup>81</sup>, partidos políticos, movimentos sociais e sindicais, entre outros (LA HABANA, 2016). O documento aponta ainda para o impacto do deslocamento forçado, dos assassinatos, dos desaparecimentos, mas, principalmente, dá destaque ao emprego da violência sexual e psicológica contra a população, sendo necessários, assim, a criação de meios específicos para proteger e garantir justiça para as/os afetadas/os.

#### 4.1.5.1 Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não repetição (SIVJRNR)

Como forma de garantir a posição central ocupada pelas vítimas no processo de construção de paz no país, o governo nacional e as FARC-EP propuseram a criação do *Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não repetição*. O mecanismo seria composto por cinco medidas, sendo elas: (i) Comissão para o esclarecimento da verdade, a convivência e a não repetição; (ii) Unidade especial de busca de pessoas dadas como desaparecidas em contexto e em razão do conflito armado; (iii) Jurisdição especial para paz; (iv) Medidas de reparação integral para a construção da paz e (v) Garantias de não repetição. Todas essas medidas, presentes no Sistema, seriam desenvolvidas levando-se em consideração um enfoque diferenciado e de gênero, que buscaria compreender e responder de forma específica às particularidades de vitimização de cada território e focalizada a cada segmento populacional; reconhecendo, em especial, as necessidades das mulheres e das crianças (LA HABANA, 2016).

---

<sup>81</sup> *Palanqueras*, *raizales* e *rom* dizem respeito a comunidades tradicionais existentes em territórios colombianos.

No primeiro mecanismo mencionado, a Comissão para o esclarecimento da Verdade, Convivência e Não repetição, o documento ressalta o seu caráter independente e extrajudicial. Nesse sentido, a Comissão teria como objetivo contribuir para o esclarecimento dos acontecimentos e oferecer uma explicação ampla da complexidade do conflito, capaz de compartilhar entendimentos do impacto deste na vida das mulheres; promover o reconhecimento das vítimas como cidadãs e cidadãos de direitos; o reconhecimento voluntário de responsabilidades individuais e coletivas por parte de todos aqueles que participaram de maneira direta ou indireta do conflito e, por fim, a promoção da convivência nos territórios, a partir da criação de um ambiente que permitisse a resolução pacífica de conflitos e a construção de uma cultura de respeito e tolerância democrática, baseadas na cooperação, na justiça social e na equidade de gênero (LA HABANA, 2016).

A Comissão deveria adotar uma perspectiva transversal a partir da coordenação de um enfoque diferenciado e de gênero que permitisse evidenciar as formas diversas pelas quais o conflito afetou

As mulheres, meninos, meninas, adolescentes, jovens e adultos, pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades camponesas, população afro-colombiana, negras, *palenqueras* e *raizales*, a população LGBTI, as pessoas deslocadas e exiladas, os defensores e defensoras de direitos humanos, sindicalistas, jornalistas, agricultores e agricultoras, fazendeiros e fazendeiras, comerciantes, empresários e empresárias, entre outros (LA HABANA, 2016, p. 119, tradução nossa<sup>82</sup>).

Essa perspectiva possibilitaria à sociedade colombiana compreender as formas específicas que o conflito pode assumir na reprodução de desigualdades e estereótipos de gênero. A consciência da existência desses padrões tornaria possível, segundo o Acordo, construir uma sociedade mais justa e inclusiva às diferenças (LA HABANA, 2016).

Além disso, para garantir a transversalidade do enfoque de gênero, a Comissão se comprometeria com a criação de um grupo de trabalho que contribuiria com tarefas específicas de caráter técnico, de investigação, preparação de audiências, entre outras medidas. O Grupo de Gênero não seria o único a ser criado para coordenar as ações direcionadas, porém ficaria responsável por estabelecer diálogos e por construir ações em

---

<sup>82</sup> Las mujeres, a los niños, niñas, adolescentes, jóvenes y adultos mayores, a las personas em situación de discapacidad, a los pueblos indígenas, a las comunidades campesinas, a las poblaciones afrocolombianas, negras, palenqueras y raizales, a la población LGBTI, a las personas desplazadas y exiliadas, a los defensores y defensoras de derechos humanos, sindicalistas, periodistas, agricultores y agricultoras, ganaderos y ganaderas, comerciantes y empresarios y empresarias, entre otros.

convergência com os movimentos de mulheres e feministas e os movimentos LGBTI+ (LA HABANA, 2016).

O segundo mecanismo criado seria a *Unidade de Busca de Pessoas Dadas como Desaparecidas* (UBPD) que contribuiria e coordenaria ações humanitárias dentro do marco da SIVJRNR, por sua vez, voltadas para a busca e localização de pessoas desaparecidas que se encontrem ainda com vida, e em casos de morte, quando possível, identificar e entregar os restos mortais para familiares. Ao longo do documento sobre a UBPD não há menção direta sobre gênero ou sobre os movimentos de mulheres, porém o mecanismo as reconhece como agentes estratégicos do processo as organizações de vítimas e direitos humanos, sendo as organizações de mulheres parte desses grupos. Tais agentes participariam das etapas de criação e implementação de planos e ações para a busca e identificação de desaparecidas/os em decorrência do conflito armado (LA HABANA, 2016).

A *Jurisdição Especial para a Paz* (JEP) estabeleceria, então, instrumentos jurídicos para se lidar com os crimes cometidos contra as vítimas do conflito armado. Como princípio básico da ação da JEP haveria o reconhecimento da inclusão das necessidades de mulheres e crianças que sofreram de maneira desproporcional e diferenciada os efeitos das violações e das infrações cometidas por agentes em conflito. A necessidade de construir a paz, especialmente a partir da perspectiva e vivência das mulheres, está aliada ao entendimento sobre a importância da incorporação de outros grupos vulnerabilizados, tais como

Os povos indígenas, as comunidades afrodescendentes e outros grupos etnicamente diferenciados, os campesinos, os mais pobres, as pessoas com deficiência, as pessoas deslocadas e refugiadas, as meninas, meninos e adolescentes, a população LGBTI e as pessoas da terceira idade (LA HABANA, 2016, p.131, tradução nossa<sup>83</sup>).

Porém, mesmo que haja esse entendimento, postulado em diversas partes do documento e, no caso, também na introdução da Jurisdição Especial para a Paz (o entendimento de que determinados grupos sofreram de forma desproporcional o conflito), tornou-se necessário inserir a perspectiva desses grupos de vítimas. Todavia, ao longo da descrição do instrumento e dos órgãos a serem criados no JEP, são mínimas as menções<sup>84</sup> aos

---

<sup>83</sup> Los pueblos indígenas, las comunidades afrodescendientes y otros grupos etnicamente diferenciados, los campesinos, los más pobres, las personas em condição de discapacidad, las personas desplazadas y refugiadas, las niñas, niños y adolescentes, la población LGBTI y las personas de la tercera edad.

<sup>84</sup> As menções ocorrem na composição de algumas instâncias de devem assumir critérios de equidade de gênero e respeito a identidade étnica e cultural, ou então sobre crimes cometidos contra mulheres e crianças como a violência sexual.

marcadores de gênero, raça, etnicidade, classe, orientação sexual e identidade de gênero. O documento assume um caráter técnico ao discorrer sobre instâncias, órgãos e legislações criadas e sua redação assume, indiretamente, que a categoria “vítima” seria universal e homogênea - o mesmo padrão que foi encontrado no Acordo sobre cessar fogo (Acordo 3).

Essa mesma postura é reproduzida ao longo do desenvolvimento do quarto conjunto de instâncias pontuadas pelo documento. Porém, diferentemente do mecanismo anterior, na criação/inclusão de medidas de reparação integral torna-se possível perceber a aplicação do enfoque de gênero, que não é apenas mencionado. Assim, por exemplo, dentro do marco do PDET, desenvolvido no acordo sobre RRI, é considerada a participação das mulheres e dos movimentos de mulheres no processo de priorização da implementação de medidas de reparação e na verificação dos programas. O mesmo acontece no reconhecimento do papel das organizações de mulheres no processo de reparação coletiva no marco dos *Planos Nacionais de Reparação Coletiva* (PNRC) ou, então, na atenção diferenciada às mulheres e às vítimas de violência sexual nos *Planos de Atenção Psicossocial* (LA HABANA, 2016).

Por fim, no tópico sobre garantias de não repetição, as partes em negociação buscam assegurar a proteção de defensores e defensoras de direitos humanos e o fortalecimento de sistemas de monitoramento em níveis federal e regional. No que tange à adoção de um enfoque diferenciado, a presente seção reconhece, novamente, o impacto diferenciado do conflito sobre determinados segmentos populacionais, incluindo as mulheres, pontuando a importância dos Acordos para a garantia de direitos e a construção de uma democracia para as cidadãs e os cidadãos da Colômbia (LA HABANA, 2016).

#### 4.1.6 Implementação, verificação e referendação

Por fim, o sexto Acordo firmado entre os agentes em negociação garante a criação da *Comissão de Implementação, Seguimento e Verificação do Acordo Final de Paz e da Resolução das Diferenças* (CSVV). O mecanismo, por meio do estabelecimento de metas e prioridades, estabelece recomendações de políticas e medidas a respeito da implementação de todos os demais Acordos já firmados entre os agentes. Além de estabelecer a priorização dos segmentos e programas, o cronograma das ações e as instituições responsáveis pela sua execução (LA HABANA, 2016).

No que tange ao olhar específico de gênero, o CSVV trabalharia de forma prioritária para garantir as necessidades práticas das mulheres, buscando identificar as múltiplas formas existentes de discriminação contra elas e as formas de superá-las; estas deveriam estar

inseridas nos mecanismos presentes nos acordos e deveriam ser atendidas durante o processo de execução e criação da paz. Na implementação dos Acordos, seriam impulsionadas as políticas, programas e planos que reconhecessem as particularidades das mulheres, incluindo aqueles que adotassem indicadores capazes de identificar o avanço da implementação, especialmente a partir de um enfoque de gênero e étnico (LA HABANA, 2016).

De modo a aprofundar as peculiaridades de necessidades e vivências, o documento desenvolve uma discussão sobre a adoção de uma perspectiva sobre direitos étnicos. No ponto, os agentes em negociação reconhecem o papel assumido pelos povos e comunidades étnicas no processo de construção da paz e no desenvolvimento econômico e social na Colômbia. Ademais, ressaltam a existência de padrões de injustiça, produtos do colonialismo, escravidão e roubo de terras e recursos, o que os afetou diretamente durante o conflito armado. Assim, as partes concordam na promoção de ações que garantam o exercício pleno dos direitos individuais e coletivos dessas populações (LA HABANA, 2016).

Vale salientar que a adoção de um enfoque étnico se baseia em normativas internacionais como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), Declaração de Ação de Durban, Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas e o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os direitos dos povos indígenas e tribais. Dessa forma, a perspectiva étnica busca se desenvolver a partir dos diálogos com outros marcadores sociais, a etnicidade estando atrelada a percepções diferentes sobre gênero, raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero e outras. O próprio documento assume “a incorporação de um enfoque transversal étnico, de gênero, mulher, família e geração” (LA HABANA, 2016, p.181, tradução nossa<sup>85</sup>).

#### **4.2 Por trás dos documentos: contribuições feministas para La Habana**

Os Acordos de Paz apresentados para a população em setembro de 2016 representaram um marco na luta dos movimentos de mulheres e feministas em todo o mundo. A inserção de um enfoque diferenciado de gênero em cada um dos seis eixos do documento, reflete a postura do governo nacional da Colômbia e das FARC-EP no que tange o reconhecimento das

---

<sup>85</sup> Se incorporará um enfoque trasversal étnico, de género, mujer, familia y generación.

demandas e lutas do segmento, que só se concretizaram a partir das práticas interseccionalmente orientadas, ao longo dos quase cinco anos de processos de diálogos.

Cabe destacar também que a adoção do enfoque de gênero está em conformidade com documentos internacionais no âmbito do sistema das Nações Unidas<sup>86</sup> que, por sua vez, reconhecem a importância de incluir as mulheres em toda a cadeia de construção de paz. Assim, na Colômbia, a inclusão das mulheres nos espaços de discussão e o estabelecimento de arenas paralelas criadas pelos movimentos possibilitou a inserção de uma perspectiva específica das mulheres, que reconheceu as suas vivências e expectativas para a resolução do conflito. O documento de paz representa, portanto, uma Carta de Garantias que funda, não apenas, um novo modelo democrático sensível ao gênero na Colômbia, mas reconhece os direitos e a promoção de cidadania das mulheres colombianas.

O fim do conflito constitui a melhor oportunidade para a materialização dos direitos das vítimas à verdade, justiça, reparação e não repetição, e em geral assegurar a satisfação plena dos direitos humanos de todos e todas, incluindo aqueles das mulheres, meninos, meninas, adolescentes, jovens e adultos maiores, das pessoas com deficiência, dos povos indígenas, das comunidades campesinas, das populações afro colombianas, negras, *palenqueras* e *raizales*, a população LGBTI, e dos defensores e defensoras de direitos humanos, sindicalistas, jornalistas, agricultores e agricultoras, fazendeiros e fazendeiras, comerciantes, empresários e empresárias, no qual implica a adoção de medidas de ação afirmativa, para garantir de maneira plena os direitos de quem foi mais afetado pelo conflito (LA HABANA, 2016, p. 168, tradução nossa<sup>87</sup>).

Dessa forma, devemos compreender o documento como um canal institucional de reconhecimento e de garantia de direitos para segmentos (in)diretamente afetados pelo conflito armado colombiano.

Outro ponto relevante diz respeito aos significados direcionados ao marcador de gênero ao longo dos Acordos. Gênero não se refere, aqui, apenas às construções históricas, sociais e políticas que ordenam as relações entre os homens e mulheres, estabelecendo uma

---

<sup>86</sup> Aqui me refiro as resoluções UNSC 1325/2000, UNSC 1820/2008, UNSC 1888/2009, UNSC 1889/2009 e UNSC 1960/2010.

<sup>87</sup> El fin del conflicto constituye la mejor oportunidad para materializar los derechos de las víctimas a la verdad, la justicia, la reparación y la no repetición, y en general asegurar la satisfacción plena de los derechos humanos de todos y todas, incluyendo los de las mujeres, los niños, niñas, adolescentes, jóvenes y adultos mayores, de las personas en situación de discapacidad, los pueblos indígenas, las comunidades campesinas, las poblaciones afrocolombianas, negras, palenqueras y raizales, la población LGBTI, y los defensores y las defensoras de derechos humanos, sindicalistas, periodistas, agricultores y agricultoras, ganaderos y ganaderas, comerciantes y empresarios y empresarias; lo cual implica además la adopción de medidas de acción afirmativa, para garantizar de manera plena los derechos de quienes han sido más afectados por el conflicto.

estrutura hierárquica valorativa entre os agentes sociais. Para o documento e para as mulheres feministas por detrás de sua elaboração, gênero é um marcador interligado. Isso quer dizer que, em conformidade com diversas autoras feministas latino-americanas – como Gonzales (1982; 1984), Matos (2008) e Corrêa (2001) -, não é possível se pensar em políticas ou programas sensíveis a gênero que não levem em consideração outras dimensões tais como raça, sexualidade, classe, identidade de gênero, etnia e outros marcadores.

Podemos perceber essa construção de entendimento ao longo da delimitação dos programas presentes em quase todo o documento. No ponto sobre *Reforma Rural Integral*, por exemplo, observamos menções sobre políticas voltadas para mulheres rurais, para mulheres chefes de família, mulheres mães, mulheres em idade escolar, mulheres LGBTI+, mulheres afro colombianas, camponesas e indígenas. O reconhecimento pelo Estado da existência dessas múltiplas mulheres rompe com o paradigma da existência de uma identidade única de “mulher” que, muitas vezes, impossibilitou e excluiu diversos indivíduos do acesso às políticas públicas específicas. Assim, gênero é um conceito estruturador nestes Acordos que se conecta a diferentes marcadores sociais da diferença e possibilita uma compreensão mais concreta da realidade das mulheres colombianas.

Porém, devemos ter em mente que nem todo o processo de negociação e de escrita do documento foi livre de conflitos. Mesmo com a adoção de um enfoque diferenciado de gênero, o marcador, como vimos ao longo deste Capítulo, foi trabalhado de forma diferente em cada um dos pontos, o que pode ser um indício da presença de divergências entre os agentes envolvidos no processo de construção do documento. A inclusão de um enfoque de gênero não parece ter sido uma tarefa fácil e de comum acordo para todos os envolvidos.

Isso pode ser percebido, por exemplo, na adoção de uma escrita mais técnica baseada em um plano de etapas como no ponto três na questão do cessar fogo e entregas de armas ou, então, no estabelecimento de um mecanismo jurídico que indicaria as instâncias e órgãos responsáveis pela identificação de culpados e o acesso à justiça como no caso da *Jurisdição Especial para a Paz* (JEP) no ponto cinco dos Acordos. Nesses dois casos, parece ter havido uma centralização no objeto técnico dos programas, o que acabou, mais uma vez, por marginalizar as agentes centrais ao longo do documento.

Na JEP, por exemplo, observamos quantitativamente uma baixa menção das palavras gênero e mulheres. O documento, composto por setenta e cinco (75) pontos e um tópico com a descrição de três sanções específicas, discute as particularidades e vivências das mulheres em apenas cinco pontos. O mesmo não ocorre no documento sobre solução ao problema das drogas ilícitas que trabalhou, em diversos momentos e em diferentes esferas (saúde pública,

plântio e agricultura, violência), a partir de uma perspectiva interseccional o impacto das medidas na vida das mulheres.

Vale ressaltar que essa diferença não é apenas visível entre os Acordos de Paz, mas está presente dentro de cada um desses documentos. O que queremos dizer é que dentro de um mesmo Acordo há diferentes abordagens sobre gênero e outros marcadores em cada tópico ou programa a ser desenvolvido. Mesmo com a especificação da adoção de um enfoque diferenciado de gênero, as abordagens empregadas são, frequentemente, diferentes. Assim, dentro de um mesmo Acordo, existem programas que especificam a priorização da participação de mulheres vítimas e organizações de mulheres e outros voltados apenas para vítimas, assumindo que essa categoria seria universal e única, não especificando nem aplicando nenhuma ação especificamente voltada para a vivência dos indivíduos.

A análise da primeira versão apresentada dos *Acordos de Paz de La Habana* reflete a materialização das diferentes expressões dos ativismos interseccionais feministas empreendidas pelas organizações de mulheres e feministas na Colômbia. Apesar das diferentes formas de apropriação e significado, o que pudemos constatar foi o alargamento do conceito de gênero, que passou a abarcar raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero, etnicidade, geração e outros marcadores. Isso reflete, em nosso entendimento, a intenção dos movimentos de ordenar demandas e perspectivas de outros segmentos em uma luta conjunta por direitos que estaria presente no enfoque diferenciado de gênero presente nos Acordos de Paz.

## 5 OS DESDOBRAMENTOS DOS ACORDOS DE PAZ: REESTRUTURAÇÃO DE RELAÇÕES

Após a apresentação da primeira versão dos Acordos de Paz de La Habana para a população, uma onda neoconservadora passa a ganhar espaço no que tange à disputa de agendas e a influenciar os agentes em negociação dos processos. A insurgência desses atores, particularmente aqueles ligados a partidos de direita como o Centro Democrático e às igrejas cristãs (evangélicas e católicas), não é um fenômeno novo no cenário político e social na Colômbia. Antes mesmo da apresentação dos documentos, diversos segmentos conservadores se mobilizaram contra uma cartilha produzida pelo Ministério da Educação que, por sua vez, buscava promover um espaço escolar mais aberto para crianças e jovens com identidades e sexualidades diversas. A disseminação do que esses agentes designam por “ideologia de gênero<sup>88</sup>” tornou-se parte das disputas e discussões levada por esses movimentos, que se utilizaram das experiências por meio das ações contra a cartilha para atacar diversos pontos presentes nos acordos de La Habana.

Assim, no plebiscito realizado pelo Estado colombiano para referendar os documentos de paz, observamos um resultado que ia contra a expectativa da grande parte da população e dos agentes previamente mobilizados nos processos de negociação. Como resultado do plebiscito, houve a vitória do “NO”, o que representou a não aceitação dos votantes no que tange ao resultado dos processos de diálogos entre as partes envolvidas. O mecanismo de referendação foi marcado por uma expressiva taxa de abstenção da população, sendo que cerca de 60% dos colombianos não votou. Dos 40% votantes, 50,2% votaram pela rejeição e 49,7% votaram pela aceitação do documento de paz. Assim, os Acordos de Paz de La Habana tiveram que retornar para as mesas de negociação e foram revistos, sendo necessário abrir diálogos com os agentes contrários à primeira versão do documento.

Através desse episódio tornou-se perceptível a organização de um confronto direto entre dois dos principais agentes envolvidos, de forma direta ou indireta, nos processos. Por um lado, as movimentações de mulheres e feministas e, por outro, os grupos neoconservadores. A disputa central baseava-se no lugar ocupado pela categoria gênero no processo de paz, havendo assim uma disputa de narrativas. Os movimentos feministas argumentavam que o enfoque de gênero era a única forma de se alcançar a paz duradoura,

---

<sup>88</sup> O termo “ideologia de gênero” aparece pela primeira vez em 1997 nos escritos do cardeal Joseph Aloisius Ratzinger. O termo foi cunhado e é utilizado por setores religiosos e conservadores que acreditam que há uma dominação ideológica em curso no mundo que dita que as construções de gênero e sexualidade não são fixas, mas construtos das relações sociais, sendo passíveis de mudança (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

sendo necessário reconhecer que as mulheres foram vítimas de violência desproporcional dirigidas a elas e que a construção da paz deveria englobar as demandas desse segmento. Por outro lado, os grupos neoconservadores buscaram enquadrar os Acordos de La Habana como uma forma de se tentar destruir a família tradicional por meio da “ideologia de gênero”, principalmente ao atribuir um papel central às mulheres na construção do processo de paz e reconhecer o impacto do conflito no corpo de indivíduos com sexualidades e identidades dissidentes (CORREAL, 2017; MUELLE, 2017; BASSET, 2018).

Uma nova versão dos Acordos de Paz foi apresentada e aprovada, posteriormente, pelo Congresso Nacional ainda no ano de 2016. Porém, por mais que alguns direitos conquistados para os segmentos relacionados ao campo de gênero e sexualidade tenham sido mantidos na nova versão do documento, tornou-se perceptível a forma como as conquistas dos agentes fora relativizadas. A ausência de participação dos movimentos de mulheres e feministas e da população LGBTI+ na retomada de diálogos fez com que os direitos garantidos se tornassem pauta e objeto de negociações por outros agentes, tais como lideranças religiosas e outros grupos (CORREAL, 2017).

Desta forma, o último capítulo da nossa Dissertação busca compreender, de forma breve, os desdobramentos do resultado do plebiscito de paz, apontando para uma contextualização dos “novos” agentes neoconservadores na Colômbia e as implicações da vitória do “NO” para os Acordos de Paz. Assim, o Capítulo está dividido em duas seções. Na primeira parte buscamos traçar um breve histórico da atuação dos movimentos neoconservadores no que tange ao marco do processo de construção da paz na Colômbia. A ideia é construir uma base para a compreensão da atuação desse setor e a mobilização discursiva de uma suposta “ideologia de gênero” para forçar a deslegitimação inicial dos diálogos de paz entre as partes. Na seção seguinte abordamos, por meio da mobilização de análises realizadas por autores como o *Alto Comisionado para la Paz* (2016), Correal (2017), Céspedes-Báez e Jaramillo (2018), Fernández-Matos e González-Martínez (2019), as alterações realizadas nos documentos de paz, após a inclusão desses agentes nas mesas de diálogo.

### **5.1 Vozes disputando enquadramentos: a “ideologia de gênero” nos acordos de La Habana**

No dia 02 de outubro de 2016, logo após a assinatura dos documentos de paz, foi realizado o plebiscito com o objetivo de referendar os Acordos de La Habana, produto de

mais de quatro anos de negociação entre o governo nacional da Colômbia e as FARC-EP. O plebiscito buscou convocar a população a participar do mecanismo de consulta por meio do chamado “¿Apoya usted el acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera?” (PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, 2016; MUELLE, 2017). Assim, no dia da realização, mais de seis milhões de pessoas que haviam votado pelo “SÍ”, assim como a comunidade internacional que também acompanhava as negociações, receberam com surpresa o resultado do plebiscito.

Por uma pequena margem de diferença, o resultado garantido afirmou que a maior parte dos colombianos votantes decidiram por negar os documentos negociados para a construção do processo de paz e o fim do conflito armado de mais de cinquenta anos no país. Como aponta Basset (2018), os apoiadores dos Acordos de La Habana acreditavam que existia um clima favorável no país para sua aprovação, porém não perceberam a desconexão existente entre seus pensamentos e interesses e aqueles de grupos neoconservadores e de grande parte da população. A insatisfação estava baseada, principalmente, em algumas concessões feitas durante as negociações dos acordos nos tópicos sobre justiça de transição, participação política e reintegração para ex-guerrilheiros e ex-guerrilheiras das FARC-EP. Além disso, a adoção de uma perspectiva de gênero mostrou ser a justificativa central para a rejeição dos documentos.

O grupo de oposição aos Acordos de Paz de La Habana recebeu grande visibilidade pelo papel de liderança assumido pelo ex-presidente Álvaro Uribe Vélez e por pastores de igrejas protestantes da Colômbia. Esses agentes criticavam, de forma central, a adoção do enfoque diferenciado de gênero que, segundo eles, representava uma “ameaça aos valores da família”, juntamente com sua direta associação aos “avanços comunistas” no país. A partir da utilização de estratégias discursivas e da divulgação de materiais por meio de campanhas publicitárias, diversas informações passaram a circular por diferentes meios, principalmente via redes sociais. Nessas campanhas, havia a construção de relações entre os documentos de paz e a mobilização de algumas temáticas tidas como “sensíveis” pela sociedade colombiana, tais como o aborto e os direitos LGBTI+, que eram entendidos como “contrários às leis naturais e divinas” (HOYOS, 2016; FERNÁNDEZ-MATOS; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, 2018). A campanha pelo “no” buscou estruturar-se na ideia de que os documentos firmados entre o governo nacional e as FARC-EP promoviam a “ideologia de gênero” e que, inclusive, cada um desses atores reproduzia essas ideias em ações separadamente.

Na figura abaixo (FIG 4) disponibilizamos uma foto tirada de um panfleto difundido por meios físicos e digitais no período do plebiscito pelo grupo de opositores aos acordos de

paz. Nele, observamos uma clara relação estabelecida entre a aprovação dos documentos de paz com a “implantação” de uma ditadura comunista e própria “ideologia de gênero”. Vale salientar que tal estratégia tem sido usada por diversos segmentos conservadores ligados a movimentos religiosos e a partidos de direita na América Latina para influenciar o rumo de processos decisórios e as eleições<sup>89</sup>.

**FIGURA 4** - Panfleto *¡Colombia está en Peligro!*



Fonte: Arquivo do pesquisador (2019).

As figuras 5 e 6 foram retiradas do artigo “*Cómo hacer necropolíticas en casa: Ideología de género y acuerdos de paz en Colombia*” de Muelle (2017) para retratar as formas pela qual alguns agentes sociais que apoiaram o “NO” se utilizaram discursivamente de estratégias para mobilizar indivíduos contra os Acordos de Paz de La Habana. Assim como o panfleto acima, outras formas de expressão comunicativa usadas pela oposição se organizavam fortemente na afirmação de um ideal de família patriarcal tradicional e do modelo cisheteronormativo e eram também contra o aborto, contra as homossexualidades e o enfoque de gênero.

---

<sup>89</sup> No Brasil, por exemplo, pensar na “ideologia de gênero” que envolvia programas como o Escola sem homofobia foi central para a construção e justificativa da candidatura de Jair Bolsonaro.

**FIGURA 5** - Manifestação contrária aos acordos



Fonte: Imagem retirada do artigo de Muelle (2017). A autora acessou a fotografia tirada por Laura Farfán (2016).

**FIGURA 6** - Adesivo de carro: *Por eso digo No a los Acuerdos de La Habana*



Fonte: Imagem retirada do artigo de Muelle (2017). A autora acessou por meio do trabalho de Bermúdez (2016).

Correal (2017) relaciona o resultado negativo do plebiscito com a existência de uma sociedade ainda profundamente conservadora e patriarcal. A ação dessa parcela da sociedade baseada na existência de uma suposta “ideologia de gênero” estava ligada a partidos de direita, como Centro Democrático. Tais agentes apostavam em uma renegociação dos Acordos de Paz baseada no retrocesso de direitos adquiridos por alguns segmentos sociais como as mulheres, indígenas, afrodescendentes e a população LGBTI+. Além disso, defendiam a propriedade privada, a criação de mecanismos que dificultassem a identificação e o julgamento de agentes do Estado e particulares que cometeram atrocidades ao longo do conflito armado e a construção de barreiras a um processo de construção de paz e reparação com as FARC-EP no país.

Assim, de forma geral, alguns autores como Basset (2018), Correal (2017) e Muelle (2017) apontam para a existência de duas principais explicações para a vitória do “NO” em relação ao plebiscito realizado. A primeira delas se desenvolve por meio de um pronunciamento realizado pelo gerente da campanha do “NO”, do partido Centro Democrático, Juan Carlos Vélez, no dia 04 de outubro de 2016. Em entrevista ao jornal La República, o gerente revelou que sua estratégia consistiu em incentivar o descontentamento dos eleitores, divulgando interpretações distorcidas do conteúdo dos Acordos, pensadas a partir do impacto que essas “interpretações” teriam sobre determinado público (RAMÍREZ, 2016; BASSET, 2018). A declaração causou polêmica, o que resultou na saída de Juan Vélez do partido. Essa explicação se baseia no entendimento que a vitória do “NO” estava baseada em mentiras manipuladas intencionalmente por membros partidários, porém ela não era suficiente para explicar totalmente a rejeição dos Acordos de Paz.

A segunda delas, e talvez a que mais tenha impactado no plebiscito ao nosso ver, seria explicada por meio de ações empreendidas por igrejas cristãs, católicas e protestantes no país no período que antecedeu à realização do plebiscito. As discussões giravam em torno da disponibilização, por parte do Ministério da Educação, de uma cartilha intitulada “*Ambientes escolares libres de discriminación. Orientaciones sexuales e identidades de género no hegemónicas en la escuela*”, elaborada pelo próprio Ministério em parceria com o Fundo das População das Nações Unidas (UNFPA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como resposta à sentença T-478, proferida pela Corte Constitucional da Colômbia, no ano de 2015 (BASSET, 2018; MUELLE, 2017).

A sentença proferida pela Corte dizia respeito a uma ação de tutela interposta de sistemática violação de direitos de Sérgio Urrego. O jovem de 16 anos cometeu suicídio no

dia 4 de agosto de 2014, após sofrer uma série de violências homofóbicas, tanto no ambiente escolar como por parte da família de seu companheiro (LAS2ORILLAS, 2016; MUELLE, 2017). A cartilha buscava promover uma cultura de tolerância e visava disseminar informações sobre as orientações sexuais não-heterossexuais. Porém, diversos segmentos a acusaram de propagar a “ideologia de gênero”, representando assim um perigo direto para a manutenção da família tradicional no país (MUELLE, 2017).

Vale ressaltar, no entanto, que o Ministério da Educação já havia produzido uma série de cartilhas como a de número 49 que recebeu o nome “*Guías pedagógicas para la convivencia escolar*” e que continham ideias similares à cartilha de 2016 que, por sua vez, foi aquela que deflagrou a discussão sobre o tema. Porém, em 2014, no momento de sua publicação e nos anos que se seguiram, não houve nenhuma forma de manifestação contrária à sua divulgação, nem por setores políticos conservadores nem por setores religiosos (MUELLE, 2017).

A mobilização contrária a cartilha de 2016 esteve também vinculada a publicização da sexualidade da então Ministra da Educação, Gina Parody, que mantinha um relacionamento homoafetivo com a ex-ministra do Comércio, Indústria e Turismo, Cecilia Alvarez Correa. Após diversas discussões ocorridas no país no que tangia a divulgação de informações errôneas sobre as cartilhas, diferentes instituições religiosas marcaram uma grande manifestação contra o documento e a Ministra da Educação, acusando-as de promoção da “ideologia de gênero” no país. As manifestações ocorreram em várias cidades colombianas no dia 10 de agosto de 2016 (MUELLE, 2017). Nas marchas, os manifestantes levaram diversos cartazes acusando o governo de promover as sexualidades dissidentes, atacando a imagem de Parody e ameaçando, já naquele momento, rejeitar os documentos de paz de La Habana. Nas figuras 7 e 8 (FIGs 7 e 8) são reproduzidas duas fotos tiradas nas manifestações do dia 10 de agosto.

FIGURA 7 - Manifestações contra Gina Parody



Fonte: Imagem retirada do artigo de Colombo (2016). A autora acessou a imagem no portal do El Espectador.

FIGURA 8 - Cartaz contra a ministra da Educação Parody



Fonte: Imagem retirada do artigo de Muelle (2017). A autora acessou a fotografia pelo trabalho de Pulzo (2016).

O resultado do plebiscito do dia 02 de outubro representou um obstáculo para diversos movimentos sociais que, até então, vinham participando ativamente dos processos de proposição de ações e política e dos diálogos para a paz. Nesse sentido, o principal grupo

afetado pelo resultado foram as organizações de mulheres e feministas, que tiveram tanto a sua participação questionada quanto a incorporação do enfoque diferenciado de gênero renegociada. A justificativa, como apontada anteriormente, estaria baseada na existência de uma “ideologia” que buscava, afinal, destruir com valores tradicionais e “promover a homossexualidade” na sociedade (GONZÁLES; OZÓRIO, 2016). Nos documentos que foram mobilizados para contextualizar o período não foram encontradas justificativa aprofundadas sobre a maneira como o gênero, supostamente, ameaçaria a sociedade colombiana. O que fica subentendido na leitura das análises organizadas por acadêmicas e organizações sociais é que a “ideologia de gênero” presente nos acordos promoveria mudanças na estrutura social do país, o que garantiria a maior participação para as mulheres e também o respeito às diversidades.

A questão central é que a oposição, discursivamente construída em relação à negação de inclusão do enfoque de gênero nos documentos de paz e da influência de diversos agentes sociais, afetou de forma significativa o resultado do mecanismo de referendação. A rejeição aos Acordos de La Habana refletiu a maneira pela qual o marcador gênero foi entendido, afinal, como uma categoria transgressora dos papéis tradicionais atribuídos a homens e mulheres, sendo considerada, por esses indivíduos, então, uma ameaça à manutenção da “unidade da sociedade colombiana” (GONZÁLES; OZÓRIO, 2016).

## **5.2 Reconstruindo os acordos: o que mudou após o plebiscito**

A estruturação de uma série de ações e mobilizações que ocorreram em diversas cidades colombianas, empreendidas por movimentos neoconservadores, foi fundamental para o resultado de rejeição dos Acordos de Paz no plebiscito realizado principalmente ao incitar a população a questionar os agentes presentes nos processos de paz. As delegações do governo nacional e das FARC-EP voltaram para as mesas de negociação, mas, dessa vez, passaram a estabelecer diálogos com esses novos agentes emergentes. Vale pontuar que essa reestruturação dos diálogos não aconteceu de forma livre de conflitos. Como aponta Colombo (2016), após o plebiscito, o presidente Juan Manuel Santos se encontrou com algumas lideranças religiosas para conversar sobre possíveis mudanças nos documentos de paz e passou a afirmar o compromisso do Estado em retirar todas as partes do texto que ameaçassem tanto a família quanto a Igreja, respeitando todos aqueles que creem no país.

O pronunciamento de Santos, no entanto, desagradou as lideranças das FARC-EP. O descontentamento pode ser explicado, principalmente, por dois aspectos: o primeiro deles

referia-se às acusações feitas por esses movimentos neoconservadores às FARC, especialmente no que tange a alguns itens pautados durante as negociações do processo de paz, tais como a participação política e a sua reinserção na vida social, o que gerou uma repercussão negativa para o grupo. Além disso, os segmentos neoconservadores passaram a afirmar que as FARC promoviam, então, o fim da família e a “ideologia de gênero”. Podemos observar na figura 9 (FIG. 9) o uso dos argumentos.

**FIGURA 9 - Las FARC también negocian la destrucción de la Familia**



Fonte: Foto retirada da obra de Muelle (2017), onde a autora recorreu do material de San Elias Conjeturas y presagios (2016).

O segundo aspecto que pode explicar o descontentamento com as FARC, especialmente depois do pronunciamento de Santos e sua aproximação com grupos neoconservadores, dizia respeito a uma possível mudança no que tange os direitos das mulheres e população LGBTI+ nos documentos. Victoria Sandino, porta voz das FARC, se manifestou de forma a afirmar a necessidade e a importância de se manter as conquistas garantidas na primeira versão do documento para esses segmentos de gênero e sexualidade, posicionando-se contra as posturas e demandas levadas pelos grupos neoconservadores que teriam espalhado desinformação para os colombianos (COLOMBO, 2016). Assim, estabeleceu-se uma situação conflitiva entre os agentes em negociação no marco da construção dos acordos de paz.

Durante a retomada dos diálogos, alguns avanços alcançados foram reestruturados e abriu-se espaço para a inclusão de determinadas discussões que iam, afinal, contra a garantia dos direitos das mulheres e das populações LGBTI+. Isso ocorreu, por exemplo, na inclusão das igrejas como agentes no processo de implementação dos pontos relativos a reabilitação e reinserção na sociedade de consumidores de drogas ilícitas, no Acordo Dois, ou, então, no reconhecimento de que as igrejas foram vítimas de graves violações de direitos ao longo do

conflito e deveriam possuir o mesmo *status* e acesso a programas como aqueles voltados para mulheres e grupos étnicos. Além disso, a família cisheteronormativa – patriarcal e tradicional – se tornou também um agente vitimizado do conflito, ou seja, foram reafirmadas as noções de “família tradicional”, formada por um homem, uma mulher e seus filhos. A vitória dos grupos neoconservadores por meio da inclusão desse entendimento do que seja “a” família representou um fracasso para os movimentos de mulheres e feministas e os segmentos LGBTI+ (CORREAL, 2017).

No que tange ao enfoque diferenciado de gênero, no novo Acordo de Paz foram eliminados os termos “*enfoque diferencial y de género*” e “*diversidad de género*” que foram substituídos por expressões que passaram uma visão mais geral e abstrata como “*derechos inalienables de la persona*”, além de adotar uma perspectiva de gênero liberal, que como aponta Correal (2017), reduzindo-se o debate em relação à questão da igualdade de oportunidade entre os gêneros. Outra mudança importante que merece ser pontuada diz respeito ao apagamento de alguns marcadores sociais. No caso das categorias “orientação sexual” e “identidade de gênero”, por exemplo, a nova versão dos Acordos reduz a frequência dessas palavras e passou a se utilizar do termo “*pertinencia a grupos em condiciones de vulnerabilidad*” para se referir a esses segmentos (SILVA, 2016; CORREAL, 2017).

De maneira geral, mesmo com as modificações realizadas após a renegociação dos Acordos de Paz, observamos a manutenção, por vezes indireta, de algumas sentenças que contém passagens de alguns direitos focalizados para segmentos vulnerabilizados, principalmente para as mulheres. A seguir, por meio das análises desenvolvidas nos trabalhos de Silvia (2016), do *Alto Comisionado para la Paz* (2016) e Fernández-Matos e González-Martínez (2018), apresentaremos brevemente algumas das alterações realizadas na nova versão dos Acordos de Paz, no que tange, principalmente, à forma pela qual gênero foi reapresentada no documento.

No Acordo sobre RRI foram mantidas as ações sobre o subsídio integral para a compra de terras, a formalização de pequenas e médias propriedades rurais e a priorização de acesso aos programas para determinados segmentos, tais como as mulheres rurais do país. Além disso, o Acordo continuou a afirmar a importância da promoção da participação de mulheres e das organizações de mulheres nos espaços de conciliação e resolução de conflitos associados a terra no espaço rural, como na questão do planejamento da Reforma Agrária (FERNÁNDEZ-MATOS; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, 2018).

Porém, devemos mencionar que o novo documento apresentou algumas alterações no que tange a determinadas passagens e termos ao longo de todo o texto, como pode ser

observado no quadro 6. A modificação dos pontos que discutiam especificamente sobre gênero pode indicar que a reformulação assumiu uma nova maneira de se pensar e se compreender esse universo e as suas respectivas relações sociais. De maneira geral, por mais que a perspectiva de gênero tenha sido mantida em diversos pontos, em outros vemos a clara tentativa de silenciar o enfoque de gênero por meio da retirada do termo ou então pelo emprego de outras expressões como “homens e mulheres” ou “populações vulnerabilizadas”.

**QUADRO 6** - Alguns exemplos de alterações relacionadas a gênero no Acordo sobre Reforma Rural Integral

<i>Ponto dos Acordos</i>	<i>Versão 24 de agosto de 2016</i>	<i>Versão 24 de novembro de 2016</i>
Reforma Rural Integral	<i>“Enfoque de gênero”</i>	<i>Retirada do termo “enfoque de gênero”</i>
	<i>“Equidade de gênero”</i>	<i>“Igualdade de oportunidades entre homens y mujeres”</i>
	<i>“comunidades rurales –niñas, niños, mujeres y hombres, incluyendo personas con orientación sexual e identidad de género diversa-”</i>	<i>“mujeres en todo su ciclo vital, de las comunidades rurales y de grupos en condiciones de vulnerabilidad”.</i>
	<i>Sexo/género</i>	<i>Sexo</i>
	<i>[...] contar con información sobre el tamaño y las características de los predios en manos de mujeres, su relación con la tierra y las formas de titulación</i>	<i>[...] contar con información sobre el tamaño y las características de los predios y las formas de titulación</i>
	<i>[...] sus necesidades diferenciadas en razón del género, edad, pertenencia étnica, orientación sexual e identidad de género diversa, y condición de discapacidad, y la vocación de los suelos</i>	<i>[...] sus necesidades diferenciadas en razón de su pertenencia a grupos en condiciones de vulnerabilidad y la vocación de los suelos</i>
		<i>Se exclui gênero como um dos parâmetros para desagregar informações do Sistema Geral de</i>

*Informação Cadastral.*

*“género” y “orientación sexual e identidad de género diversa” “pertenencia a grupos en condiciones de vulnerabilidade”*

Fonte: Pesquisa ‘La paz sin las mujeres ¡no va!’ (2020) a partir da obra de Silvia (2016) e *Alto Comisionado para la Paz* (2016).

No Acordo dois sobre participação política e abertura democrática, o novo documento continua a reconhecer que as mulheres enfrentaram diversas barreiras sociais e institucionais para a participação plena na arena política. Dessa forma, foi proposta a criação de um sistema de garantia de segurança para o exercício da política, que incluirá informações sobre os riscos e ameaças à participação e à representação política de mulheres. Além disso, as partes propuseram a criação de um programa de promoção da participação e de liderança para mulheres em diferentes níveis de atuação política (FERNÁNDEZ-MATOS; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, 2018). Fernández-Matos e González-Martínez (2018) ressaltam, ainda, que a maneira pela qual o Acordo abordou a temática da participação política não foi capaz de chegar à raiz do problema, ao não reconhecer a igualdade e a necessidade de uma presença equilibrada de homens e mulheres nas arenas políticas. Indo, assim, na direção contrária ao que acontece na América Latina, onde são difundidos entendimentos de que justiça social só é alcançada por meio de uma democracia paritária. Assim, como no Acordo sobre RRI, nesse Acordo ocorreu o mesmo: houve a supressão de trechos que continham as palavras gênero, organizações de mulheres, organizações LGBTI+, equidade e outras.

**QUADRO 7** - Alguns exemplos de alterações sobre gênero no Acordo sobre Participação Política

<i>Ponto dos Acordos</i>	<i>Versão 24 de agosto de 2016</i>	<i>Versão 24 de novembro de 2016</i>
Participação Política	<i>“discriminación de género” [no ponto sobre barreiras sociais]</i>	[Exclusão do termo]
	<i>“incluyendo de las mujeres, de jóvenes y de población LGTBI”</i>	<i>particularmente de mujeres, jóvenes y demás sectores excluidos del ejercicio de la política</i>
	<i>organizaciones de mujeres, de jóvenes y de población LGTBI</i>	

[No ponto sobre assistência técnica e jurídica a organizações]	[Exclusão do trecho]
<i>a las mujeres, jóvenes y población LGTBI</i> [no trecho sobre promoção de redes e organizações]	<i>los que han estado en condiciones de exclusión política</i>
<i>Equidad de género</i>	<i>participación equitativa entre hombres y mujeres</i>

Fonte: Pesquisa ‘La paz sin las mujeres ¡no va!’ (2020) a partir da obra de Silvia (2016) e *Alto Comisionado para la Paz* (2016).

O Acordo três sobre o fim do conflito se estrutura a partir de planos de entrega de armas por parte dos membros das FARC-EP, bem como na reincorporação do grupo à vida política do país. No documento, por mais que seja mencionado a adesão ao enfoque de gênero, não ficou claro ao longo do texto, quais seriam as medidas e os planos efetivos para inserir as necessidades e experiências das mulheres no Acordo em questão; não havendo, por exemplo, discussão sobre a incorporação de mulheres combatentes das FARC-EP à vida social, política e econômica do país. Vale ressaltar que essas mulheres foram vítimas de diversas formas de discriminação baseadas principalmente no estigma de ser guerrilheira e, também, por assumir um papel considerado contrário ao seu gênero (FERNÁNDEZ-MATOS; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, 2018; MORAES, 2012). O quadro 8 ilustra algumas das alterações realizadas no novo documento no que toca ao desenvolvimento de alguns marcadores sociais, especialmente na questão do gênero.

#### **QUADRO 8** - Alguns exemplos de alterações sobre gênero no Acordo sobre Fim do Conflito

<i>Ponto dos Acordos</i>	<i>Versão 24 de agosto de 2016</i>	<i>Versão 24 de novembro de 2016</i>
Fim do Conflito	<i>Perspectiva de género</i> [no parágrafo sobre o processo de reincorporação das FARC-EP na vida civil]	[Trecho eliminado]
	“Las medidas para materializar estas garantías contarán con un enfoque diferencial y de género” [sobre a questão de garantias]	[Trecho eliminado]

de segurança e proteção]

- São mantidas as referências a população LGBTI e ao enfoque diferencial e de gênero no detalhamento das funções da Comissão Nacional de Garantias de Segurança.

*Violencia sistemática de género*      *Violencia sistemática em particular contra las mujeres [Na parte sobre a Unidade Especial de Investigación]*

Fonte: Pesquisa ‘La paz sin las mujeres ¡no va!’ (2020) a partir da obra de Silvia (2016) e *Alto Comisionado para la Paz* (2016).

O quarto Acordo renegociado discute a questão da solução do problema das drogas ilícitas e continuou pontuando a criação dos Planos Integrais de Desenvolvimento, o Programa Nacional de Substituição de Cultivos de uso ilícito (PNIS) e da recuperação ambiental de áreas afetadas, que deveriam contar com a participação de mulheres e homens de cada localidade para contribuir nos processos de desenho, execução e avaliação das propostas. Por mais que esteja mencionada a incorporação da perspectiva de gênero, o documento não aprofunda a compreensão da forma como as mulheres foram afetadas pelo tráfico de drogas e as maneiras pelas quais as dinâmicas de gênero as tornaram o elo mais fraco do tráfico ilegal de entorpecentes (FERNÁNDEZ-MATOS; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, 2018; CÉSPEDES-BÁEZ; JARAMILLO, 2018).

**QUADRO 9** - Alguns exemplos de alterações sobre gênero no Acordo sobre Solução do Problema das Drogas Ilícitas

<i>Ponto dos Acordos</i>	<i>Versão 24 de agosto de 2016</i>	<i>Versão 24 de novembro de 2016</i>
Solução do Problema das Drogas Ilícitas	<i>Equidad de género</i>	[...] igualdad de oportunidades entre hombres y Mujeres
	[...] y protección de las comunidades., ambas con un enfoque de derechos humanos y de género.	[...] y protección de las comunidades.

[...] para abordar el fenómeno desde un enfoque de género.	[...] para abordar el fenómeno desde su perspectiva diferencial.
[...] necesario un enfoque diferencial definiendo las poblaciones más vulnerables según edad, género, orientación sexual e identidad de género diversa, condición de discapacidad, condición socioeconómica y ubicación geográfica	[...] necesario identificar factores de vulnerabilidad asociados a edad, sexo, condición de discapacidad, condición socioeconómica y ubicación geográfica o pertenencia a la población LGBTI
[...] la violencia de género	[...] la violencia contra la mujer
[...] El enfoque de género	[...] Medidas afirmativas para mujeres y la población LGBTI

Fonte: Pesquisa ‘La paz sin las mujeres ¡no va!’ (2020) a partir da obra de Silvia (2016) e *Alto Comisionado para la Paz* (2016).

No ponto cinco que contou com a maior participação da sociedade civil ao longo dos processos de paz, o documento garante, assim como o anterior, a criação do Sistema de Verdade, Justiça, Reparação e Não-Repetição (SVJRNR) que, por sua vez, busca reconhecer as vítimas do conflito enquanto cidadãos em usufruto de plenos direitos. O Sistema operaria segundo uma perspectiva diferenciada de gênero que buscaria compreender as características particulares que envolvem cada grupo de indivíduos e cada território, dando maior atenção às mulheres e crianças. No que tange as garantias de não repetição foram destacados o reconhecimento dos acontecimentos violentos no marco do conflito e no esclarecimento dos fatos. Outro ponto relevante diz respeito à atitude das partes em rechaçar as graves violações de direitos humanos, principalmente aquelas que têm sido menos visíveis, tais como aquelas cometidas contra mulheres e crianças. Além disso, as entidades que compõem o Sistema deveriam se comprometer com a promoção da incorporação de um enfoque diferenciado de gênero, assim como com o estabelecimento de medidas de reparação integral às vítimas, independentemente do gênero (FERNÁNDEZ-MATOS; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, 2018).

#### **QUADRO 10** - Alguns exemplos de alterações sobre gênero no Acordo sobre Vítimas

<i>Ponto dos Acordos</i>	<i>Versão 24 de agosto de 2016</i>	<i>Versão 24 de novembro de 2016</i>
	[...] y un amplio número de colectivos y poblaciones afectadas a lo largo y	[...] y un amplio número de familias, colectivos y poblaciones afectadas a lo largo y

Acordo sobre  
vítimas

*ancho del territorio, incluyendo comunidades campesinas, indígenas, afrocolombianas, negras, palenqueras, raizales, y rom, partidos políticos, movimientos sociales y sindicales, gremios económicos*

*ancho del territorio, incluyendo comunidades campesinas, indígenas, afrocolombianas, negras, palenqueras, raizales, y Rom, personas en razón de sus creencias religiosas, partidos políticos, movimientos sociales y sindicales, población LGBTI y gremios económicos*

*Enfoque diferencial y de género*

[Exclusão do termo]

*[...] las formas específicas en que el conflicto reprodujo mecanismos históricos de discriminación y estereotipos de género*

*[...] las formas específicas en que el conflicto reprodujo mecanismos históricos de discriminación*

*[...] con una especial énfasis en género y con visión de desarrollo e implementación territorial”.*

*[...] con una visión de desarrollo e implementación territorial”.*

Fonte: Pesquisa ‘La paz sin las mujeres ¡no va!’ (2020) a partir da obra de Silvia (2016) e *Alto Comisionado para la Paz* (2016).

Por fim, no Acordo sobre Implementação, Verificação e Referendação se estabelece a criação da *Comisión de Seguimiento, Impulso y Verificación a la implementación del Acuerdo Final* (CSIVI), antiga *Comissão de Implementação, Seguimento e Verificação do Acordo Final de Paz e da Resolução das Diferenças* (CSVR) proposta na primeira versão (ALTO COMISIONADO PARA..., 2016). O mecanismo, por meio da criação de planos de metas, estabelece recomendações de políticas no que tange aos processos de implementação dos Acordos de Paz; além de estabelecer a priorização dos segmentos e programas, o cronograma das ações e as instituições responsáveis pela sua execução (LA HABANA, 2016).

No que tange ao olhar específico de gênero, o CSIVI adota um enfoque de gênero por meio da igualdade de direitos entre homens e mulheres e pelo reconhecimento da necessidade de condições especiais de cada um/a, especialmente para mulheres, independentemente de seu estado civil, ciclo vital e relação familiar. Isso implica na criação de medidas afirmativas que busquem sim promover a igualdade, a participação das mulheres e de suas organizações e que

reconheçam, enfim, o impacto diferenciado do conflito em suas realidades. O enfoque de gênero deve ser entendido e aplicado de forma transversal nos processos de implementação de todos os pontos dos Acordos de Paz (ALTO COMISIONADO PARA..., 2016).

Vale ressaltar que, para além de reafirmar o enfoque nos direitos das/os cidadãs/os, o documento passou a destacar também o respeito à liberdade de culto, buscando garantir o reconhecimento e o respeito a toda e qualquer forma de religiosidade, crença e culto, assim como, promover a participação ativa de igrejas, organizações de fé e setores religiosos nos processos de implementação dos Acordos de Paz. A ideia seria a de que, dessa forma, seria possível criar medidas específicas para pessoas que foram vítimas no marco do conflito, devido às suas crenças religiosas (ALTO COMISIONADO PARA..., 2016).

**QUADRO 11** - Alguns exemplos de alterações sobre gênero no Acordo sobre Implementação, Verificação e Referendação

<i>Ponto dos Acordos</i>	<i>Versão 24 de agosto de 2016</i>	<i>Versão 24 de novembro de 2016</i>
Implementação, verificação e referendação	el avance de la implementación con enfoque de género y étnico.	el avance de la implementación al respecto
	<b>Enfoque diferencial y de género:</b> se verificará este enfoque el impacto diferencial y de género en cada uno de los acuerdos.	<b>Enfoque diferencial y de género:</b> se verificará este enfoque en la implementación de cada uno de los acuerdos.

Fonte: Pesquisa ‘La paz sin las mujeres ¡no va!’ (2020) a partir da obra de Silvia (2016) e *Alto Comisionado para la Paz* (2016).

De forma geral, o documento aponta para uma tentativa de “limpeza” por meio de estratégias claras de apagamento da categoria gênero por parte dos novos agentes que passaram também a influenciar nos processos de renegociação dos Acordos de Paz. A intenção deles era a de delimitar e controlar os direitos conquistados para os segmentos relacionados a gênero e a sexualidade, eliminando a “ideologia de gênero” dos documentos de paz. Assim, observamos no novo acordo uma tentativa das partes em negociação de assumir nova estratégia de comunicação baseada no emprego de alguns termos mais neutros para se designar um mesmo assunto. O que queremos dizer é que ao invés de trabalhar, por exemplo,

com a ideia de equidade de gênero o termo é alterado para a ideia de igualdade de entre homens e mulheres<sup>90</sup>, de modo a se aproximar da perspectiva defendida pelos grupos neoconservadores, visto que esses passaram a ser agentes com capacidade de organização e mobilização para afetar as tomadas de decisões na arena política nacional.

Gostaríamos de ressaltar que tal breve contextualização das alterações realizada nos documentos de paz apresentados em novembro de 2016 não teve como objetivo realizar uma análise muito aprofundada. A intenção foi apenas a de demonstrar, de maneira geral, como determinadas conquistas por visibilidade e por reconhecimento foram relativizadas e alteradas no novo documento. Por mais que os direitos das mulheres e das pessoas LGBTI+ tenham se mantido no escopo dos Acordos de Paz renegociados, suas conquistas foram sim relativizadas e se tornaram objeto de negociação por terceiros. Essa renegociação significou um retrocesso para a luta por transformação social e pela garantia de direitos a esses segmentos na Colômbia. Os desafios após a apresentação da nova versão dos acordos são muito maiores, não incluindo apenas a implementação efetiva da nova versão dos Acordos de Paz, mas a criação de condições de reconciliação e de diálogo em uma sociedade que experienciou grandes rupturas durante os processos de construção de paz no país.

---

<sup>90</sup> É interessante notar que as alterações ocorridas nos documentos os aproximam de uma lógica do feminismo liberal, pensando que a luta feminista se baseia, apenas, na busca pela igualdade e na ideia de uma universalidade da identidade de mulher. Indo em direção contrária a uma ideia de feminismo interseccional trabalhado ao longo da primeira versão dos acordos de La Habana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais de 50 anos, o conflito colombiano afetou as dinâmicas sociais no país. De forma direta e indireta, as práticas violentas empregadas entre as partes em conflito marcaram de forma desproporcional as vivências de milhares de mulheres colombianas. Estas tiveram suas vidas perpassadas por múltiplas formas de violência, que iam desde práticas associadas à violência simbólica até o feminicídio, passando pela violência sexual. Dentro desse espectro de violências, esta última forma - a violência sexual - passou a ser empregada como uma rotina do conflito, sendo usada para alcançar objetivos políticos por meio da desmobilização, da humilhação e da submissão de segmentos da sociedade.

As formas de violências empregadas afetaram as mulheres e elas dependeram, também, da presença de determinadas características ou marcadores sociais, sendo as mulheres rurais, indígenas, afro colombianas e LGBTI+ aquelas mais afetadas. Porém, independentemente da forma de violência empregada contra as mulheres, tais ações foram utilizadas para se alcançar objetivos políticos específicos, se enquadrando igualmente como uma forma de violência política. A fim de garantir o término das hostilidades e de promover direitos para as mulheres colombianas, os movimentos de mulheres e feministas passaram a se mobilizar e a estabelecer alianças com diferentes agentes para pautar uma participação mais ativa nos processos de construção de paz.

Nesse sentido, a dissertação identificou, em conformidade com a categorização empregada por Brett (2017), a existência de três dimensões de atuação das mulheres ao longo dos processos de negociação da paz na Colômbia, compreendidos entre os anos de 2012 e 2016, sendo elas: por meio das (i) delegações oficiais, (ii) da ocupação de cargos de caráter consultivo e (iii) via demandas e contribuições variadas a partir dos movimentos de mulheres e feministas. Ao longo das análises dos documentos produzidos pelos movimentos e por organismos internacionais, tornou-se claro o desenho dessas ações. Mas as mesmas não devem ser entendidas como iniciativas engessadas em cada uma dessas categorias, sem a existência de um trânsito e de formas de interações dinâmicas entre ativistas nas diferentes esferas. Essas mulheres feministas ocupavam as ruas, as universidades, os organismos internacionais, o Estado e, também, as mesas de negociação. A sua presença e suas reivindicações por visibilidade e direitos foram marcas das ações dos movimentos feministas no país.

É importante pontuarmos, também, que mesmo com essa atuação “em movimento” existiram limites para essa participação, como foi destacado anteriormente no Capítulo 3. As

mulheres que participaram pela primeira via (i) possuíam certo reconhecimento nacional por parte do Estado e das autoridades das FARC, sendo nomeadas para ocupar um cargo específico em determinado período. Tal posição não era acessível para a maior parte dos segmentos de mulheres no país. O maior fluxo “de movimentos” ocorreu, principalmente, entre as vias (ii) e (iii) onde houve uma maior abertura institucional e participativa para a sociedade civil.

Outro aspecto relevante a ser pontuado diz respeito à capacidade de organização de encontros, fóruns e conferências de mulheres no período referenciado. A partir disso podemos abstrair dois principais tópicos a serem destacados: a *frequência* e as *demandas interseccionais* presentes nas ações. No que tange ao primeiro, percebemos ao longo de nossa análise uma alta frequência de eventos, que ganharam visibilidade na mídia do país e, também nas redes sociais. Os eventos ocorreram em diversas regiões do país e em diferentes períodos temporais, sensibilizando cada vez mais mulheres sobre o importante papel assumido por elas nesse intenso processo de construção da paz. Acreditamos que a alta frequência dos eventos tenha sido uma das estratégias utilizadas pelos movimentos para melhor influenciar a opinião pública e as ações do Estado e das FARC-EP. Parece-nos ter sido também uma estratégia de busca por maior protagonismo nos processos e no reconhecimento de suas identidades diferenciadas, bem como de suas demandas plurais.

Além disso, o alto número de eventos cumpriu um papel importante ao conectar mulheres de diferentes segmentos com as pautas e as diferentes reivindicações em espaços múltiplos de conversação. A troca e o conhecimento passado pelas mulheres impactaram no desenho das alianças e das lutas conjuntas, fundamental para a formação e o fortalecimento dos Ativismos Interseccionais Feministas, se ligando diretamente com o segundo tópico destacado. Assim, nesses encontros foram criadas redes nas quais as temáticas, muitas vezes marginalizadas em seus territórios, eram trabalhadas, debatidas e elas ajudaram a impactar positivamente diversos segmentos sociais, fazendo com que houvesse um alargamento tanto de vozes e quanto de demandas.

Esse alargamento de vozes se tornou perceptível ao compararmos os documentos da I e da II *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*. Se na *I Cumbre Nacional* já havia o reconhecimento, mesmo que pouco trabalhado, dos entrecruzamentos de marcadores interseccionais; já na segunda observamos a afirmação incisiva dessa postura. Assim, as mulheres que participaram do evento já dominavam o vocabulário e a construção das dinâmicas das lutas interseccionais, afirmando a existência de mulheres plurais e diversas, em vários momentos dos eventos que foram retratados nos documentos e Relatórios oficiais.

A partir deste estudo do caso colombiano, é possível compreendermos empiricamente como a existência de espaços de deliberação diferenciados, mas interconectados, influenciaram positivamente na construção da paz no país ao possibilitar que uma polifonia de vozes fosse, afinal, ouvida e que suas experiências passassem a incorporar e a incidir sobre a construção dos Acordos. Esse contexto, porém, só se tornou possível devido às ações coordenadas dos movimentos de mulheres e feministas, que se dedicaram e perseguiram tal processo inclusivo como uma estratégia que superasse as barreiras estruturais que separam grupos tidos como marginalizados da participação ativa nos processos políticos nacionais.

Tornou-se claro, assim, como diferentes grupos com vivências diferenciadas do conflito, que perpassam violações de direitos básicos, violências advindas de diversos agentes envolvidos e várias omissões por parte do Estado, afetaram a construção de paz na Colômbia. Por meio das experiências diferenciadas das mulheres, das populações indígenas, das negras e negros, dos LGBTI+, no período do conflito, esses agentes foram capazes de articular e organizar múltiplas ações conjuntas que, por sua vez, impactaram diretamente a formulação de políticas públicas que foram incorporadas aos Acordos de Paz. Esse esforço de criação de alianças e de superação de desigualdades e de diferenças políticas vem se tornando uma marca da ação dos movimentos feministas na América Latina, que tem buscado se organizar com outros grupos sociais na tentativa de conquistar mais espaços de poder e decisão.

Parece-nos claro que as diferentes manifestações dos ativismos interseccionais feministas foram centrais durante todo o processo de construção de paz, principalmente, para a escrita dos *Acordos de Paz de La Habana*. A inserção de um enfoque diferenciado de gênero buscou compreender e atender às diferentes dinâmicas de vida das múltiplas mulheres colombianas. A interseccionalidade esteve presente tanto no imaginário quanto nas ações empreendidas pelos movimentos de mulheres e feministas colombianos, o que se tornou marcante ao longo das análises dos documentos consultados.

No que tange às atas de formação de iniciativas de mulheres e os materiais, discursos e documentos produzidos nos encontros organizados, como a I e a II *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, observamos que as mulheres participantes buscaram, por meio dos documentos, reconhecer a diversidades de identidades e de lutas empreendidas por ativistas feministas (e não feministas) em diferentes regiões e territórios do país. Essas afirmações possibilitam (in)diretamente a produção de um questionamento a respeito da conceituação do marcador gênero.

Se, durante a análise realizada no Capítulo 3, percebíamos que gênero estava sempre ligado a outros marcadores como raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero,

geração, por exemplo, no Capítulo 4 tornou-se claro o alargamento do conceito de gênero, conforme o mesmo foi sendo empregado nos documentos de paz de La Habana. Acreditamos que essa ampliação tenha ocorrido especialmente a partir da participação e da influência dos movimentos de mulheres e feministas sobre os agentes em negociação e por pressão das delegadas que compunham a Subcomissão de Gênero no marco dos processos de paz.

Nos *Acordos de La Habana*, a adoção do enfoque diferenciado de gênero, reafirmou o comprometimento das partes em negociação de reconhecer e criar políticas voltadas as diversidades de mulheres colombianas. Essas ações foram, afinal, sensíveis à forma como os marcadores da diferença se entrecruzam, criando enquadramentos de vulnerabilidades que, por sua vez, impactam e impactaram sobre as vivências do conflito para os diversos segmentos. Assim, de forma a abarcar um universo mais plural, os indivíduos que escreveram e revisaram os documentos de paz se utilizaram – como vimos - do conceito de gênero a partir de um entendimento mais ampliado.

Para eles, gênero seria uma categoria de ligação, que deveria estar sempre conjugado com outros marcadores sociais – o que estaria em convergência com as ações dos movimentos de mulheres e feministas ao longo do processo de construção de paz de 2012. Dessa forma, seria possível compreender, de maneira mais próxima da realidade, as múltiplas experiências e o impacto diferenciado do conflito na vida das mulheres colombianas. Essa conjugação de categorias, como foi discutido no último tópico do Capítulo 4, esteve presente no documento por meio da afirmação da criação de programas específicos e do reconhecimento da existência de mulheres em sua diversidade: mulheres rurais, mulheres chefe de família, mulheres mães, mulheres em idade escolar, mulheres LGBTI+, mulheres afro colombianas, camponesas e indígenas.

Assim, por exemplo, foram discutidas questões sobre a realidade de vida das mulheres e as diferentes formas de promoção da proteção, justiça, reparação e inclusão dessas agentes nos processos decisórios no âmbito da esfera política, o que incluiu as dinâmicas de reconciliação e de reconstrução de paz, em cada um dos seis eixos do documento. Na discussão sobre relação da diversidade de mulheres e a criação de programas, planos e ações específicas, as mulheres colombianas buscaram dialogar com temáticas centrais que contribuíram, em muitos casos, para a persistência do conflito armado no país. Tomando como exemplo o primeiro Acordo firmado entre as partes, *Reforma Rural Integral*, foi enfatizada a criação de mecanismos que buscaram resolver questões envolvendo a posse e a distribuição de terras na área rural do país.

No referido Acordo, para além de assentar as bases para um novo modelo redistributivo de terras e de reconciliação social, observamos uma sensibilidade a determinados marcadores interseccionais na criação de programas previstos no documento. Além de reconhecer o impacto desproporcional do conflito na vida das mulheres rurais, campesinas, negras, afro-indígenas e jovens, o Acordo visou garantir a facilidade para o acesso a linhas de crédito e para a formalização de pequenas e médias propriedades rurais principalmente para mulheres campesinas e mulheres chefe de família. No acordo sobre vítimas, houve a retomada de programas contido no acordo sobre RRI, reafirmando a necessidade para se garantir atenção psicossocial específica à população rural, com priorização para mulheres e vítimas do conflito.

A adoção dessa perspectiva tornou os *Acordos de La Habana* um documento de construção da paz pioneiro em todo o mundo. E isso se deu, não apenas por este inserir uma perspectiva diferenciada de gênero, mas também por criar canais participativos onde as próprias mulheres puderam atuar nas discussões das mesas de negociação para a paz. Desse modo, não é possível pensar na reconstrução social e no estabelecimento de uma paz estável e duradoura na Colômbia, sem compreendermos como gênero, classe, raça, orientação sexual, identidade de gênero, geração, escolaridade afetam e afetaram os processos de reconciliação, de memória e de justiça, seja no campo ou na cidade. Vale ressaltar que o Estado colombiano e as FARC só passaram a adotar essa perspectiva devido às lutas por reivindicação de direitos organizadas pelas próprias mulheres e feministas no país.

Nesse sentido, é necessário destacar que, por mais que determinadas demandas dos movimentos de mulheres e feministas sejam próprias dessa população, diversos documentos redigidos por organismos internacionais e organizações sociais reconheceram que estas dialogavam com outros setores da sociedade tais como as vítimas, a população campesina, os indígenas, afrodescendentes, LGBTI+, crianças e adolescentes, entre outros. Segundo o Relatório da *Oficina del Alto Comisionado para la Paz et al.* (2017), as organizações de mulheres e feministas, ao longo do processo de construção de paz, consideraram necessário fortalecer, a partir dos territórios, a inclusão do enfoque de gênero, sendo necessário para se alcançar esse objetivo aplicar tal perspectiva tanto no desenho quanto nas implementações de políticas, programas e projetos. A aposta no potencial político do enfoque de gênero teria possibilitado, afinal, a reafirmação e a visibilidade da diversidade de mulheres, reconhecendo enfim os seus saberes e as suas experiências e incentivando, a partir daí, o desenho de intervenções que impactassem diretamente na vida e na realidade de diferentes mulheres colombianas.

Porém, é interessante pontuar que parece haver uma disputa por ideias e por diferentes compreensões dessas estratégias de inclusão do enfoque de gênero por trás dos documentos de paz. Tal divergência pode ser apontada a partir das diferentes abordagens e maneiras de se trabalhar com a categoria gênero ao longo dos Acordos. Conforme apontado anteriormente, não há ao longo dos documentos de paz de La Habana do dia 24 de agosto um único padrão de inclusão dessa perspectiva, variando as abordagens em cada um dos Acordos e dos respectivos tópicos trabalhados. O que ficou claro é que nas discussões que possuíam um caráter mais técnico, tanto no que tange a formalização de etapas a serem cumpridas quanto no estabelecimento de instâncias de caráter jurídico-legal, a perspectiva de gênero por mais que afirmada no início de cada texto assumiu uma posição marginal, sendo pouco trabalhada ao longo do documento.

Assim, por exemplo, no Acordo 3 sobre o fim do conflito, cessar fogo e entrega de armas e no tópico sobre a Jurisdição Especial para a Paz (JEP), dentro do Acordo 5 sobre vítimas, parece haver uma centralização do objetivo técnico dos programas, o que acabou por marginalizar a perspectiva de gênero ao longo do documento. O que queremos destacar é que dentro de um mesmo Acordo foi possível identificar diferentes abordagens sobre gênero (e outros marcadores) em cada tópico ou programa a ser desenvolvido. Desse modo, dentro de um mesmo Acordo, existiam programas que especificavam a priorização da participação de mulheres vítimas e organizações de mulheres e outros voltados apenas para vítimas, assumindo que essa categoria seria universal e única, não especificando nem aplicando nenhuma especificidade ou particularidade para a vivência dos indivíduos afetados. Vale ressaltar, no entanto, que ao longo do levantamento de fontes e da análise dos dados para a pesquisa, e até o momento, não foi possível ainda se compreender na sua plenitude quais teriam sido, afinal, as razões para as diferentes abordagens empregadas na escrita dos Acordos.

Os *Acordos de Paz de La Habana*, para além de significar o cessar das violências entre os agentes sociais no país, refletiram a conquista de maior espaço e diálogo com as diversas lutas que reivindicavam direitos e que, por sua vez, vinham sendo organizados pelos movimentos sociais e, principalmente, pelos movimentos feministas. A incorporação de um enfoque transversal de gênero tornou esse caso em análise bastante singular, visto que foi a primeira vez que um Acordo de Paz foi capaz de institucionalizar, no mínimo de forma simbólica (SZWAKO; LAVALLE, 2019) e quem sabe de outras formas também, uma perspectiva de gênero, se comprometendo com a busca de uma construção da paz sensível às desigualdades e às experiências das vítimas do conflito.

Após quase cinco anos de negociação, escrita e apresentação dos *Acordos de Paz de La Habana* as conquistas presentes no documento refletiram o papel central das mulheres ao longo dos processos, que buscaram inserir a categoria gênero como marcador estruturador da paz no país. Porém, com a apresentação da primeira versão dos *Acordos de Paz de La Habana*, uma série de tensões entre diferentes agentes sociais passou a ganhar maior destaque na Colômbia. Com a vitória do “NO” no plebiscito organizado pelo Estado para oficializar a aceitação ao documento de paz, observou-se um confronto discursivo direto entre dois principais grupos de agentes, sendo eles: os movimentos de mulheres e feministas e os grupos neoconservadores ligados a diferentes setores religiosos, cada um buscando mobilizar diferentes “quadros” que serviram para sustentar determinadas compreensões sobre o mundo e sobre a construção da paz na Colômbia.

Os movimentos feministas basearam suas ações nos argumentos de que o enfoque de gênero era a única forma efetiva de se alcançar a paz e de se construir uma democracia mais inclusiva, por meio do reconhecimento das vivências diferenciadas das mulheres no conflito. Por outro lado, grupos neoconservadores (especialmente os de caráter religioso) buscaram enquadrar os *Acordos de Paz de La Habana* como uma forma de se destruir a importância estrutural da figura da família tradicional, que estaria sendo conduzida a partir da disseminação da suposta “ideologia de gênero”, principalmente porque denunciavam a atribuição de um papel central às mulheres nos processos de construção de paz. A vitória do NO, no plebiscito, fez com que houvesse a retomada das negociações de paz, porém, se antes as mulheres estiveram presentes influenciando a escrita dos documentos, neste novo momento, movimentos neoconservadores começaram a pautar as suas demandas e a se relacionar de forma mais próxima com o Estado, colocando em xeque o processo de institucionalização da agenda de gênero nas instituições colombianas, conforme documentado neste Dissertação.

Gostaríamos de pontuar, por fim, os desafios de se realizar uma etnografia documental. O trabalho com documentos possibilitou uma análise relativamente aprofundada, que nos permitiu acessar alguns dos principais entendimentos, disputas, fatos e ideais no que tange a estruturação de lutas sociais das movimentações de mulheres e feministas na Colômbia com o Estado e as FARC-EP. Porém, ao mesmo tempo que os documentos materializaram as reivindicações e demandas, tornando fácil a identificação da interferência de determinados agentes, muitos dados foram perdidos ao longo dos anos do processo de construção de paz. Esse fato pode ser entendido a partir de dois fenômenos, que podem ser

complementares entre si, sendo eles: (i) a ausência de relatorias nos encontros e atividades dos movimentos e (ii) a perda de documentos ou a exclusão dos mesmos das plataformas online.

No primeiro caso, percebemos que muitos movimentos sociais, devido à sua baixa formalização, não conseguem ou não tem a intenção de manter uma “memória” dos eventos realizados. Assim, não há uma organização mais efetiva e voltada diretamente para a fabricação de materiais, nem mesmo houve, em algumas situações, disponibilização de relatórios, documentos e fotos dos respectivos eventos. No que tange o desenvolvimento de nossa dissertação, essa ausência de memória dos acontecimentos afetou o conhecimento sobre as discussões e as participantes e impactou diretamente a escrita do trabalho. Já no segundo caso, lidamos ao longo da Dissertação com a ausência de documentos que estavam disponíveis em sites do governo colombiano e de organizações feministas no país. Nesses casos, não sabemos indicar os motivos para a ausência desses documentos nas plataformas, que podem ser por uma alteração de posicionamento político ideológico do governo até por problemas administrativos. A questão é que ambos os fenômenos se mostraram um obstáculo para o desenvolvimento da pesquisa.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas, a Dissertação cumpriu seu papel de evidenciar as diferentes estruturações das lutas das mulheres empreendidas por meios dos ativismos interseccionais feministas no país no que tange à construção dos diferentes eixos dos Acordos. A participação das mulheres nos processos que levaram a criação dos acordos de paz buscou enfatizar, não apenas, a categoria gênero como perspectiva necessária para a compreensão das dinâmicas em prevalência no conflito e construção da paz; mas também, ressaltaram as múltiplas combinações de marcadores interseccionais que se tornaram uma marca das confluências de lutas empreendidas pelos movimentos de mulheres e feministas na Colômbia.

O futuro dos Acordos de Paz na Colômbia, principalmente no que tange a etapa de implementação, ainda é incerto. Os processos se desenvolvem de forma lenta e encontram diversos obstáculos que vão desde questões de falta de infraestrutura até por ações contrárias de burocratas e representantes do Estado. Já no dia 31 de dezembro de 2016, por exemplo, o primeiro dia de implementação dos acordos, ficou claro os atrasos e a dificuldade de cumprimentos dos objetivos e programas propostos, principalmente aqueles que diziam respeito a incorporação dos membros das FARC-EP a vida política, econômica e social do país e a entrega de armamentos. Além disso, a garantia de livre oposição tem se mostrado prejudicada, sendo relatados a morte e o desaparecimento de diversas lideranças sociais no país.

Por mais que a versão final dos documentos de paz continuassem a se comprometer com a garantir direitos para determinados segmentos historicamente marginalizados no país, como as mulheres e as pessoas LGBTI+, o processo de renegociação relativizou suas conquistas e reorganizou alianças. O que acabou por afastar muitos movimentos sociais das interações com o Estado, que existiam em um primeiro momento dos processos. O desafio para a institucionalização de uma agenda de gênero aos processos agora é maior. Não apenas pela dificuldade de garantia de uma implementação sensível às diferentes realidades e aos entendimentos pautados pelos entrecruzamentos de marcadores sociais da diferença, mas, também, pela necessidade (constante) de (re)afirmar a importância de realizar os processos de tal forma. Uma vez que o enfoque diferenciado de gênero passa a ser associado com a suposta “ideologia de gênero”, ao fim da família tradicional, a promoção de sexualidades e identidades dissidentes e ao comunismo.

A criação e ampliação de redes e lutas com diferentes segmentos sociais, no que tange a promoção de direitos universais, mas que reconheçam as especificidades dos indivíduos, e explicações a respeito dos fatos e acontecimentos ocorridos durante os processos de paz iniciados no ano de 2012, mostrou ser o principal resultado dos movimentos de mulheres e feministas no país. Nesse sentido, tais movimentos buscaram criar ações que promoveram espaços de reconciliação e diálogo em uma sociedade que experienciou grandes rupturas durante as várias tentativas de construção de paz no país. As ações de oposição e conscientização se materializam por meio de diferentes caminhos que vão desde a organização de passeatas e manifestações até a criação de campanhas de mobilização online pela paz.

Com a eleição de Ivan Duque a presidência da Colômbia, em 2018, o processo de cumprimento dos acordos parece enfrentar novos desafios e dilemas. O novo presidente já em seu discurso de posse se comprometeu a seguir com as etapas previstas no documento, após realizar alguns ajustes necessários, com a aprovação da sociedade<sup>91</sup>. Esperando assim, criar pactos a partir de novos olhares e perspectivas que acabariam com os privilégios dos “traficantes de drogas”, colocando as vítimas no centro do processo de paz (BBC, 2018). Além disso, Duque, eleito pelo Partido Centro Democrático, afirmou a necessidade de unir o país e acabar com a corrupção. Refletindo uma agenda mais geral presente nas candidaturas de partidos conservadores na América Latina.

---

<sup>91</sup> Em outros momentos, Duque apontou para a necessidade de reformulação de alguns pontos – quase todos - voltados para as FARC-EP, como a alteração de alguns tópicos da JEB, presente no acordo sobre vítimas (TORRADO, 2019).

Atualmente, no cenário de recrudescimento de ideias e ações conservadoras e neoliberais, o que está em jogo não são apenas os anos de negociação entre os agentes em conflito e o documento final de paz, mas os entendimentos mais profundos sobre a reprodução de dinâmicas sociais baseados no gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero, classe, etnia, que invisibilizam, promovem desigualdades e violências entre as/os colombianas/os. O que temos observado é uma dificuldade de acesso dos grupos sociais, de forma geral, e dos movimentos de mulheres e feministas, em particular, a instâncias de decisão do Estado, onde direitos são institucionalizados. Essas novas barreiras que dificultam a plena participação social fazem com que as organizações se reestruturem a passem a atuar por meio de ações de oposição às agendas e projetos conservadores do governo Duque. Assim, novamente na história do país, os movimentos de mulheres e feministas se mobilizam, por meio dos ativismos interseccionais feministas, na luta por justiça e direitos para todas as mulheres e para grupos historicamente marginalizados na Colômbia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABCOLOMBIA. **Colombia: Mujeres, Violencia Sexual en el Conflicto y El Proceso de Paz**. Londres, Inglaterra. 2013.

ABER, Rebecca; VON BULLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e Sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados [online]**, vol.57, n.2, 2014.

ABERS, Rebecca; TATAGIBA, Luciana. Institutional Activism: Mobilizing For Women's Health From Inside The Brazilian Bureaucracy. In: **Anais 38º Encontro Anual da ANPOCS**. 2014.

AGENCIA PRENSA RURAL. ¿Qué eligen las mujeres? Tod@s a las calles este 22 de noviembre. Youtube. 21 de nov. de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2UfE3xnU0fE>>. Acesso em 02 out. 2019.

AGENCIA PRENSA RURAL. **Santos nombra a dos mujeres para reforzar negociación en la habana**. 26 de nov. de 2013. Disponível em: <<https://prensarural.org/spip/spip.php?article12726>>. Acesso em: 16 de out. 2019.

ALBATV. **La Paz y la Democracia con las mujeres si van!** Bogotá: 22 de nov. de 2013. Disponível em: <<http://www.albatv.org/La-Paz-y-la-Democracia-con-las.html>>. Acesso em: 13 de out. 2019.

ALEGRE, Julia. **Memoria, mujeres y verdad: un camino para la paz**. n.d. Disponível em: <<https://www.fucsia.co/actualidad/personajes/articulo/foro-internacional-memoria-historica-verdad-de-las-mujeres-en-colombia/64648>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014.

ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Lives blown apart: crimes against women in times of conflict**. London: Alden Press, 2004. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/download/Documents/88000/act770752004en.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2020.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Colombia: Hidden from justice – Impunity for conflict-related sexual violence, a follow up reporte**. London: Amnesty International, 2012. Disponível em:

<<https://www.amnesty.org/download/Documents/20000/amr230312012en.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2020.

BATINIC, Jelena. “Feminism, Nationalism, and War: The ‘Yugoslav Case’ in Feminist Text”. **Journal of International Women’s Studies**, v. 3, n. 1, 2001.

BANJEGLAV, Tamara. **Gender, Nation, Rape: Intersections of gender and ethnic violence during the War in Bosnia and Herzegovina**. [Dissertação de Mestrado de Artes]. Budapeste: Central European University, 2009.

BASSET, Yann. Claves del rechazo del plebiscito para la paz en Colombia. **Estudios Políticos** (Universidad de Antioquia), 52, pp. 241-265, 2018.

BERMÚDEZ, Lucy Jeannette. **Sentencia 11001-03-28-000-2016-00081-00 Auto admisorio que decide medidas de urgencia** [online]. 19 de dez. de 2016. Disponível em: <[http://consejodeestado.gov.co/documentos/sentencias/19-12-2016\\_11001032800020160008100.pdf](http://consejodeestado.gov.co/documentos/sentencias/19-12-2016_11001032800020160008100.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL DE COLOMBIA. **La Violencia**. 2020. Disponível em: <<https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/proyectos-digitales/historia-de-colombia/libro/capitulo11.html>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

BRETT, Roddy. **La voz de las victima en la negociación: sistematizacion de una experiencia**. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2017.

BRITO, Marina. Feminismo e sua trama de relações: sobre os desafios à transformação do Estado. In: **Anais do X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. 2016.

BRITO, Marina. **Sobre a relação entre os movimentos feministas e o Estado no Brasil (2003-2014)**. [Tese de Doutorado]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

BUTLER, Judith. **Frames of War - When is Life Grievable**. London, New York: 2009.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALBET, Néstor. **La violencia sexual en Colombia, mujeres víctimas e constructoras de paz**. Institut de Drets Humans de Catalunya, Barcelona, 2018.

CANAVATE, Doris Lamus. **Movimiento feminista o Movimiento de mujeres en Colombia**. **Centro de Investigaciones Socio – Jurídicas**, 2009.

CARBY, H. White Woman Listen! Black Feminism and the Boundaries of Sisterhood, pp. 212–35. In The Centre for Contemporary Studies (ed.) **The Empire Strikes Back: Race and Realism in 70s Britain**. London: Hutchinson, 1982.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA. **Informe General**. Bogotá: Centro Nacional de Memoria Histórica, 2013.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. **Género y memoria histórica: balance de la contribución del CNMH al esclarecimiento histórico**. Bogotá : Centro Nacional de Memoria Histórica, 2018.

CÉSPEDES-BÁEZ, Lina M.; JARAMILLO; Ruiz Felipe. Peace without women does not go! Women's struggle for inclusion in Colombia's peace process with the FARC. **Colombia Internacional**, n.º 94 (2018), p. 83-109.

CHAPARRO GONZÁLEZ, Nina; MARTÍNEZ OSORIO, Margarita. **Negociando desde los márgenes: la participación política de las mujeres en los procesos de paz en Colombia (1982-2016)**. Bogotá: Centro de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, 2016.

CINCO CLAVES PARA UN TRATAMIENTO DIFERENCIAL DE LA VIOLENCIA SEXUAL EN LOS ACUERDOS SOBRE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN EL PROCESO DE PAZ. **Equidad de género y derechos de las mujeres em el Acuerdo Final de Paz**. Bogotá: 2017.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2000.

COLLINS, P. H. **Fighting words: Black Women and the search for justice**. Minneapolis: University of Minnesota; 1998.

COLOMBO, Sylvia. O que Deus teve a ver com o não à paz? **Folha de São Paulo**, 13 de out. 2016. Disponível em: <<https://sylviacolombo.blogfolha.uol.com.br/2016/10/13/o-que-deus-teve-a-ver-com-o-nao-a-paz/>>. Acesso em 10 jan. 2020.

CORPORACION HUMANAS COLOMBIA. Las mujeres le hablan a La Habana. Bogotá, 31 de jul. de 2013a. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**. Disponível em: < [https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>. Acesso em: 01 dez. 2019.

CORPORACION HUMANAS COLOMBIA. Movilización de Mujeres por la Paz. Bogotá, 22 de nov. de 2013b. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**. Disponível em: < [https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>. Acesso em: 01 dez. 2019.

CORPORACION HUMANAS COLOMBIA, I Encuentro: derechos de las mujeres, justicia transicional y construcción de paz. Bogotá, 01 de dez. de 2014a. In: **HUMANAS COLOMBIA. Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**. Disponível em: < [https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>. Acesso em: 01 dez. 2019.

CORPORACION HUMANAS COLOMBIA. Expertas a la Subcomisión de Género. Bogotá, 15 de dez. de 2014b. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**. Disponível em: <

[https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>. Acceso em: 01 dez. 2019.

CORPORACION HUMANAS COLOMBIA. Segunda delegación de expertas a la Subcomisión de Género. Bogotá, 11 de fev. de 2015a. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**. Disponível em: < [https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>. Acceso em: 01 dez. 2019.

CORPORACION HUMANAS COLOMBIA. Tercera delegación de expertas a la Subcomisión de Género. Bogotá, 07 de mar. de 2015b. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**. Disponível em: < [https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>. Acceso em: 01 dez. 2019.

CORPORACION HUMANAS COLOMBIA. Mujeres por la Paz se suma a la marcha del 9 de Abril. Bogotá, 08 de abr. de 2015c. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**. Disponível em: < [https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>. Acceso em: 01 dez. 2019.

CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Organizaciones de mujeres le escriben a la Mesa de Conversaciones. Bogotá, 30 de abr. de 2015d. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**. Disponível em: < [https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>. Acceso em: 01 dez. 2019.

CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Foro: La paz tiene nombre de mujer: el papel de la mujer en la construcción de paz en Colombia. Bogotá, 22 de jul. de 2015e. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**. Disponível em: < [https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>. Acceso em: 01 dez. 2019.

CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Farc-Ep proponen crear equipo para investigación sobre violencia sexual. Bogotá, 01 de ago. de 2015f. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**. Disponível em: < [https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>. Acceso em: 01 dez. 2019.

CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Reunión con mujeres excombatientes en La Habana. Bogotá, 18 de maio de 2016<sup>a</sup>. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**. Disponível em: < [https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>. Acceso em: 01 dez. 2019.

CORPORACIÓN HUMANAS COLOMBIA. Se logra el Acuerdo Final del proceso de paz. Bogotá, 24 de ago. de 2016b. In: HUMANAS COLOMBIA. **Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP**. Disponível em: < [https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>. Acceso em: 01 dez. 2019.

CORPORACION HUMANAS COLOMBIA, CORPORACIÓN SISMA MUJER, RED NACIONAL DE MUJERES. **Cinco claves para un tratamiento diferencial de la violencia sexual en los acuerdos sobre la justicia transicional en el proceso de paz.** 2016. Disponível

em:<[http://www.humanas.org.co/archivos/Cinco\\_claves\\_\\_de\\_la\\_violencia\\_sexual\\_en\\_los\\_acuerdos\\_sobre\\_justicia\\_transicional-resumenejecutivo.pdf](http://www.humanas.org.co/archivos/Cinco_claves__de_la_violencia_sexual_en_los_acuerdos_sobre_justicia_transicional-resumenejecutivo.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CORPORACION HUMANAS COLOMBIA; CIASE. **Vivencias, aportes y reconocimiento: Las mujeres en el proceso de paz en La Habana.** Bogotá: Humanas Colombia e CIASE, 2017.

CORPORACION NUEVO ARCO IRIS. **Foro Internacional Memoria Histórica y Verdad de las mujeres en Colombia.** s.l., 2015. Disponível em: <<https://www.arcoiris.com.co/2015/07/foro-internacional-memoria-historica-y-verdad-de-las-mujeres-en-colombia/>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

CORREAL, Diana Marcela Gómez. Mujeres, género y el Acuerdo de la Habana. **Lasa Fórum.** Vol. XLVIII, issue 1:2017.

CRENSHAW, Kimberlé W.. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against women of color. **Stanford Law Review.** V.43, 1991. Disponível em:<<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2019.

CRENSHAW, Kimberle W.. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero.** Brasília: Unifem, 2004.

CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ. **Sistematización I Cumbre.** Bogotá, 2014.

CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ. **Sistematización II Cumbre Nacional de Mujeres y Paz.** Bogotá, 2016a.

CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ. **Resumen Ejecutivo II Cumbre Nacional de Mujeres y Paz.** Bogotá, 2016b.

CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ. **Manifiesto Política – Las Mujeres vamos por la paz.** Bogotá, 2016c. Disponível em: <[https://www.humanas.org.co/archivos/210916\\_Manifiesto\\_Cumbre.pdf](https://www.humanas.org.co/archivos/210916_Manifiesto_Cumbre.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: Una perspectiva desde America Latina y el Caribe. 2009.

CURIEL, Ochy. Identidades esencialistas o construcción de identidades políticas: El dilema de las feministas negras. **Otras Miradas,** 2(2), 2002.

DAVIS, Angela. **Women, Race and Class.** Penguin Modern Classics, 1981.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJUSTICIA. **2do Encuentro sobre Mujeres y Justicia Transicional**. Colômbia: 6 de ago. de 2015. Disponível em: <<https://www.dejusticia.org/2do-encuentro-sobre-mujeres-y-justicia-transicional/>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

DELEGADOS DO GOVERNO NACIONAL DA COLÔMBIA E DAS FARC-EP. **Acordo Geral para a Terminação do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Douradora**. Bogotá, 2012

DELEGADOS DO GOVERNO NACIONAL DA COLÔMBIA E DAS FARC-EP. **Comunicado Conjunto No. 37- Declaração de princípios para a Discussão do ponto 5 da Agenda: Vítimas**. Bogotá, 2014.

DELEGADOS DO GOVERNO NACIONAL DA COLÔMBIA E DAS FARC-EP. **Comunicado Conjunto No. 82**. Bogotá, 2016. Disponível em: <<http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/PDF/comunicado-conjunto-82-la-habana-cuba-24-de-julio-de-2016-1469328377.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2019.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Women and war**. New York, NY: Basic Book, 1987

EL TELESPECTADOR. **Gobierno y Farc se reúnen con representantes de mujeres víctimas de violencia**. Colômbia: 25 de ago de 2015. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/paz/gobierno-y-farc-se-reunen-representantes-de-mujeres-vic-articulo-581452>>. Acesso em: 08 out. 2019.

EL UNIVERSAL. **Mujeres víctimas del conflicto definen su rol ante un eventual acuerdo de Paz**. Cartagena, 22 de jul. de 2015. Disponível em: <<https://www.eluniversal.com.co/cartagena/mujeres-victimas-del-conflicto-definen-su-rol-ante-un-eventual-acuerdo-de-paz-200560-HTEU301512>>. Acesso em: 08 out. 2019.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches & bases: making feminist sense of international politics**. Berkeley, CA: University of California Press, 1989

FARFÁN, Laura. Foto 11. **Colombia marchó a favor de la discriminación [online]**. 11 de ago. de 2016. *Kienyke*. Disponível em: <<https://www.kienyke.com/kamara/colombia-marcho-favor-la-discriminacion>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. **Desafios do livre mercado para o feminismo**. São Paulo: Cadernos Sempre Viva, Sempre Viva Organização Feminista, 2005.

FERNÁNDEZ-MATOS, Dhayana C.; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, María N. La paz sin las mujeres ¡No va! El proceso de paz colombiano desde la perspectiva de género. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n.º 121, abril de 2019.

FISAS, Vicenç. **Negociar la Paz con las FARC**. Barcelona: Icaria, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population**. Cours au Collège de France 1977-1978. Paris: Seuil, 2004-a.

FRANCO, Beatriz Eugenia Vallejo. **La conquista del voto femenino**. Colômbia: Red Cultural do Banco de la Republica en Colombia, n.d.

GIWPS. **Maria Paulina Riveros**. 2017. Disponível em: <<https://giwps.georgetown.edu/awardee/curabitur-non/>>. Acesso em: 16 de out. 2019.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos**. Jundiaí: Paco, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. (Org.) **O lugar da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje –Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo: Anpocs, 1984.

GPAZ. **La paz avanza con las mujeres - observaciones sobre la incorporación del enfoque de género en el acuerdo de paz**. 2018

GÓMEZ, Erika Rodriguez. **Del feminismo sufragista al insurgente: la rebeldía de las mujeres como clave para la paz en Colombia**. Londres: LSE, 2017. Disponível em: <<https://blogs.lse.ac.uk/latamcaribbean/2017/08/29/del-feminismo-sufragista-al-insurgente-la-rebeldia-de-las-mujeres-como-clave-para-la-paz-en-colombia/>>. Acesso em 30 jan. 2020.

HOYOS, Ilva Miriam. **El “Enfoque de género” en el Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera**. Apresentado em debate no Congreso de la República, 7 de set. de 2016 [online]. Disponível em: <<https://www.las2orillas.co/wp-content/uploads/2016/10/ENFOQUE-DE-GE%CC%81NEROEN-ACUERDO-FINAL-LA-HABANA.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

HULL, Matthew S. Documents and Bureaucracy. **Annu. Rev. Anthropol.** 41:251–67. 2012.

IBRAHIMOVIC, Esmá Kucukalic. Las mujeres violadas en la guerra de Bosnia, dobles víctimas del conflicto 20 años después. **Documento Opinión**, 35, Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2014.

ICTJ. **En el Día de las Víctimas, Colombia marcha por la paz**. 2015. Disponível em: <<https://www.ictj.org/es/multimedia/photo/en-el-dia-de-las-victimas-colombia-marcha-por-la-paz>>. Acesso em: 16 out. 2019.

LAS2ORILLAS. (11.08.2016). **Las cartas de Sergio Urrego previas a su suicidio [online]**. 11 de ago. de 2016. Disponível em: <<https://www.las2orillas.co/las-cartas-de-sergio-urregoprevias-a-su-suicidio/>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

LA HABANA. **Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera**. Havana, 2016.

LIMA E SILVA, Bruna Camilo de Souza. **PATRIARCADO E TEORIA POLÍTICA FEMINISTA: Possibilidades na Ciência Política** [Dissertação de Mestrado]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Anthropological perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 76-112, 2014.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. Bogotá, Nº 9, 2008.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista de Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014

LUNA, Lola G. El logro del voto femenino en Colombia: la violencia y el maternalismo populista, 1949-1957. In: **Anais do XI Congreso Colombiano de Historia**, Bogotá, 2000.

MARCHA PATRIÓTICA. Mujeres constructoras de PAZ / MARCHA 22 DE NOVIEMBRE. **Youtube**. 18 de nov. de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UxmELIJ79CM>>. Acesso em: 02 out. 2019.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, nº 36: 67-92, jun. 2010.

MATOS, Marlise. **Relatório técnico final: A representação política feminina na América Latina e Caribe: condicionantes e desafios à democracia na região**. Belo Horizonte: NEPEM; CFG; CNPQ, fev. 2011

MATOS, Marlise. A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: **Anais 38º Encontro Anual da ANPOCS**. 2014.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2008, vol.16, n.2, pp.333-357.

MATOS, Marlise. **The Fourth Feminist Wave In Latin America**. Paper presentation Sociologist for Women in Society, SWS Annual Meeting. 2015. Unpublished.

MATOS, Marlise; ALVAREZ, Sônia E. (org). **O Feminismo Estatal participativo brasileiro**. 1 ed. v.1. Porto Alegre: Editora Zouki, 2018.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarissa Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu** (43), 57-118, 2014.

MATOS, Marlise; SIMÕES, Solange. Emergence of Intersectional Activist Feminism in Brazil: The Interplay of Local and Global Contexts. In: Glenda Tibe Bonifacio. (Org.). **Global Currents in Gender and Feminisms: Canadian and International Perspectives**. 1ed. Bingley, Reino Unido: Emerald Publishing Limited, 2018.

MENDIA, Irantzu. **La división sexual del trabajo por la paz**. Madrid: Tecnos, 2014.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de Gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, 2017.

MOLYNEUX, Maxine. Justicia de gênero, ciudadanía y diferencia en América Latina. In: PRIETO, Mercedes (Ed.) **Mujeres y escenarios ciudadanos**. Flacso Ecuador, Ministerio de Cultura, 2008.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.17, n.32, p. 107-121, 2012.

MUELLE, Camila Esguerra. Cómo hacer necropolíticas en casa: Ideología de género y acuerdos de paz en Colombia. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro , n. 27, p. 172-198, Dec. 2017

MUJERES POR LA PAZ. **Acta de conformación. Mujeres por la Paz**. Humanas Colombia, outubro de 2012a. Disponível em: <<https://www.humanas.org.co/archivos/81.pdf>>. Acesso em: 31 de out. 2019.

MUJERES POR LA PAZ. **La paz sin las mujeres ¡No va! Manifiesto de las mujeres por la paz**. Humanas Colombia, 4 de dezembro de 2012b. Disponível em: <<https://es.slideshare.net/delDespojoCrnicas/la-pazsin-las-mujeres-no-va-manifiesto-de-mujeres-por-la-paz>>. Acesso em: 31 de out. 2019.

NOTICIAS CARACOL. **Les doy la bienvenida a la democracia: Santos y 'Timochenko' firman Acuerdo Final**. Colômbia: 27 de set. de 2016. Disponível em: <<https://noticias.caracoltv.com/acuerdo-final/minuto-minuto-gobierno-y-farc-firman-la-paz-en-cartagena>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

OFICINA DEL ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ. **La paz es conmigo: las mujeres como protagonistas em la construccion de paz**. Bogotá, 2016.

OFICINA DEL ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ et al. **Participación de las organizaciones de mujeres que realizaron aportes en el marco del proceso de paz con las FARC**. s.l., 2017

ONU MUJERES. **100 medidas que incorporan la Perspectiva de género en el Acuerdo de paz en Colombia**. Acento Editorial: 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA. **Informe y Balance General - Foros Nacional y Regionales sobre víctimas**. Impresol Ediciones: Colômbia, 2014

OSAKABE, Paula Ayumi. Ativismo e a Secretaria de Políticas para Mulheres (2014-2017). In: **Anais do II Encontro Nacional de Pesquisas em Feminismos e Política**. 2019.

OSAKABE, Paula Ayumi. **Trajetórias e travessias: ativismo institucional e a Secretaria de Políticas para Mulheres**. [Trabalho de conclusão de curso]. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

OXFAM. **Sexual violence in Colombia – Instrument of War**. Colômbia: 2009.

PALACIOS, Marco. En Colombia hay una guerra verdadera y muchas paces artificiales. **Revista de Economía Institucional**, vol. 18, n.º 35, p. 339-342, 2016.

PARADIS, Clarisse Goulart. **Entre o Estado patriarcal e o feminismo estatal: o caso dos mecanismos institucional de mulheres na América Latina**. [Dissertação de Mestrado]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, Celi. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PLATAFORMA SUR DE PROCESOS SOCIALES. **Encuentro nacional e internacional de mujeres por la dignidad y la paz**. 2013. Disponível em: <<https://plataformasur.org/encuentro-nacional-e-internacional-de-mujeres-por-la-dignidad-y-la-paz/>>. Acesso em: 19 de nov. 2019.

PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. **Resolución numero 339 de 2012**. Bogotá, 2012. Disponível em: <<http://wsp.presidencia.gov.co/Normativa/Resoluciones/Documents/RESOLUCION%20339%20DEL%2019%20DE%20SEPTIEMBRE%20DE%202012.pdf>>. Acesso em: 31 de out. 2019.

PULZO. **Las pancartas ofensivas que tienen dolida a la ministra Parody** [online]. 11 de ago. de 2016. Disponível em: <<http://www.pulzo.com/nacion/las-pancartas-ofensivas-que-tienen-dolida-a-la-ministra-parody/PP101373>> Acesso em: 17 jan. 2020.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: **Anais do Fazendo o Gênero 10**. 2013. Disponível em: <<https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

RUEDA, Mariana Tafur. **La construcción de paz desde el feminismo: una comparación de los movimientos de mujeres, la Ruta Pacífica y la Red Nacional de Mujeres, sus discursos y prácticas en el escenario colombiano**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2011.

RUTA PACIFICA DE MUJERES. **Carnaval de Mujeres por la Paz**. Bogotá, 17 de out. de 2012. Disponível em: <<http://www.rutapacifica.org.co/agenda-de-paz/182-carnaval-de-mujeres-por-la-paz>>. Acesso em: 08 out. 2019.

RUTA PACIFICA DE MUJERES. **Pronunciamento de organizadoras del evento Foro Internacional Memoria Histórica y Verdad de las Mujeres en Colombia**. Bogotá, 2015. Disponível em: <<https://rutapacifica.org.co/wp/pronunciamento-de-organizadoras-del-evento-foro-internacional-memoria-historica-y-verdad-de-las-mujeres-en-colombia/>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

SAN ELIAS CONJETURAS Y PRESAGIOS. **Gobierno y Farc promueven**

“ideología de género” [online]. (22.08.2016. Disponível em: <<http://sanelias.org/archivos/2832>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

SÁNCHEZ GÓMEZ, Olga Amparo. **Las rutas de los Feminismos, Pacifismos y Resistencia**. Bogotá: Ruta Pacífica de Mujeres, n.d.

SCOTT, James. **Seeing Like a State. Why Certain Schemes to Improve Human Condition Have Failed**. New Haven/Londres: Yale University Press, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimientos sociais na américa latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Dec. 2008.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES (Online)**, v. 18, p. 1-5, 2012

SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Soc. estado**. v.29, n.2, 2014.

SEGATO, Rita Laura. **La Guerra contra las mujeres**. 2 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SILVIA, Natalia. 2016 “Enfoque de género: ¿Al final que quedó en el nuevo acuerdo?” *Revista Semana* (Bogotá), 27 de noviembre de 2016. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/la-formuladel-nuevo-acuerdo-para-el-enfoque-degenero/>>. Acesso em: 01 jan. 2020.

SUSA, Dora Isabel Díaz. Integración de la perspectiva de género en la mesa de conversaciones entre el gobierno nacional y las FARC-EP. Un hecho inédito. **EN OTRAS PALABRAS...** no. 23. 2015.

SZWAKO, JOSÉ; LAVALLE, ADRIAN GURZA. “SEEING LIKE A SOCIAL MOVEMENT”: Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 411-434, Aug. 2019

UNIDAD PARA LA ATENCIÓN Y REPARACIÓN INTEGRAL A LAS VÍCTIMAS. **Planes de acción para mujeres**. N.d. Disponível em: <<https://www.unidadvictimas.gov.co/es/planes-de-accion-para-mujeres/9027>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

UN MILLON DE MUJERES DE PAZ. **Nos movilizamos por la construcción de la paz y la reconciliación**. Colômbia: 29 de fev. De 2016. Disponível em: <[https://www.humanas.org.co/archivos/010316\\_Un\\_millon\\_mujeres\\_por\\_la\\_paz.pdf](https://www.humanas.org.co/archivos/010316_Un_millon_mujeres_por_la_paz.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2019.

USAID. **Women & Conflict**. s.l., 2007.

VALCÁRCEL, Amalia; ROMERO, Rosalía. **Los desafíos del feminismo ante el siglo XXI**. Hypatia: Sevilla, 2000.

VALDIVIESO, Magdalena. Aportes e incidencia de los feminismos en el debate sobre ciudadanía y democracia en América Latina. In: CAROSIO, Alba (coord.). **Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Clacso, 2012.

VARGAS, Jakeline; PÉREZ, Ángela Díaz. Enfoque de Género en el acuerdo de paz entre el Gobierno Colombiano y las FARC-EP: transiciones necesarias para su implementación. **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, año 20, n° 39. Primer semestre de 2018. Pp. 389-414, 2018.

VARGAS, Virginia. **Feminismos en América Latina: Su aporte a la política y a la democracia**. Lima, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Colección Transformación Global, 2008

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa (orgs.). **Antropologia das Práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2014.

GRADY, Constance. **The waves of feminism, and why people keep fighting over them, explained**. VOX. 2018.

YOUNG, Iris Marion. Activist challenges to deliberative democracy. **Political Theory**. V. 29, n. 5, 2001.

YOUNG, Iris Marion. Desafios ativistas à democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Ciência Política [online]**. n.13, 2014.

WILLS, Maria Emma. Cincuenta años del sufragio femenino en Colombia 1954: por la conquista del voto. 2004: por la ampliación de la ciudadanía de las mujeres. **Análisis político** 53, p. 39-57, 2005.

WRADIO. **Mujeres excombatientes de varios países dialogan con negociadoras colombianas**. s.l., 18 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.wradio.com.co/noticias/internacional/mujeres-excombatientes-de-varios-paises-dialogan-con-negociadoras-colombianas/20160518/nota/3137052.aspx>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

## APÊNDICE 1. Cronologia de construção de paz a partir dos movimentos de mulheres e feministas<sup>92</sup>

2012	
03/09 – 04/09	Acuerdo General para la Terminación del Conflicto
19/09	Resolução 339/2012
19/10	Carnaval Mujeres por la Paz
18/11	Instalação oficial dos diálogos de paz/ Oslo
03/12 – 04/12	Encontro Nacional de Mujeres por la Paz
2013	
06/04	Nuevas personas integrantes de las Farc-Ep en la Mesa de Negociaciones
19/05 – 22/05	1º Encontro Nacional e Internacional de Mujeres por la Dignidad y la Paz
23/05 – 25/05	Primeira Cumbre Nacional de Mujeres y Paz
31/07	Evento “Las mujeres le hablan a La Habana”
22/11	Mobilização "La paz y la democracia con las mujeres ¡Si van!"
26/11	Governo nomeia duas mulheres delegadas plenipotenciárias
2014	
07/06	Início das discussões do ponto 5 da agenda sobre vítimas do Conflito
04/07 -05/07	Fórum Regional de Víctimas I – Villavicencio
10/07 – 11/07	Fórum Regional de Víctimas II – Barrancabermeja
15/07	Reeleição de Juan Manoel Santos (2014 – 2018)
17/07 – 18/07	Fórum Regional de Víctimas II – Barranquilla
03/08 – 05/08	Fórum Nacional de Víctimas – Cali
15/08	Primeira delegação de vítimas viaja à Havana
07/09	Instalação da Subcomissão de gênero
09/09	Segunda delegação de vítimas viaja à Havana
15/09	Fórum Internacional de Víctimas
02/10	Terceira delegação de vítimas viaja à Havana
09/10	Instalação do <i>Consejo Nacional de Paz</i>
09/11	Quarta delegação de vítimas viaja à Havana

<sup>92</sup> A Cronologia criada na presente dissertação se baseou no trabalho desenvolvido pela Corporación Humanas Colombia intitulada “Cronología de diálogos entre el Gobierno y las FARC-EP”, disponível no link: <[https://www.humanas.org.co/alfa/112\\_\\_Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html](https://www.humanas.org.co/alfa/112__Cronologia-dialogos-con-las-FARC-EP.html)>. As ações mapeadas começaram a partir de 03 de setembro de 2012 e terminaram com a realização do plebiscito no país.

01/12 – 03/12	Primeiro encontro: <i>derechos de las mujeres, justicia transicional y construcción de paz</i>
15/12	Primeira delegação de especialistas participa da Subcomissão de Gênero
16/12	Quinta delegação de vítimas viaja à Havana
<b>2015</b>	
02/02 – 05/02	Mulheres Nobel de Paz visitam a Colômbia
11/02	Segunda delegação de especialistas participa da Subcomissão de Gênero
07/03	Terceira delegação de especialistas participa da Subcomissão de Gênero
08/04 – 09/04	A iniciativa Mujeres por la Paz participa da marcha 09/04 em memória das vítimas do conflito
30/04	Organizações de mulheres escrevem carta para a mesa de conversação
08/07	Fórum Internacional de Memória histórica e verdade das mulheres na Colômbia
22/07	Fórum “ <i>La paz tiene nombre de mujer: el papel de la mujer en la construcción de paz en Colombia</i> ”
01/08	Delegação das FARC-EP propõe criar equipe para investigar casos de violência sexual no marco do conflito.
24/08 – 25/08	Organizações de mulheres se reúne com a Subcomissão de gênero
27/08 – 20/08	Segundo Encontro “ <i>Derechos de las mujeres, justicia transicional y construcción de Paz</i> ”
<b>2016</b>	
08/03	Lançamento da Iniciativa “Un Millón de Mujeres de paz”
18/05	Reunião com mulheres ex combatentes em La Habana
24/07	Comunicado Conjunto 82 – Inclusão do Enfoque de Gênero
24/08	Se chega ao Acordo Final de Paz
19/09	Segunda <i>Cumbre Nacional de Mujeres y Paz</i>
26/09	Divulgação da Primeira versão dos Acordos de Paz
02/10	Plebiscito de referendação dos documentos de paz

**APÊNDICE 2. Delegadas/os especialistas que foram para *Subcomissão de gênero*****Primeira delegação (15-16 de dezembro de 2014)**

1. Olga Amparo Sánchez - Casa de la Mujer.
2. Ángela Cerón - Cumbre Nacional de Mujeres y Paz, Iniciativa de Mujeres por la Paz (IMP).
3. Claudia Mejía - Cumbre Nacional de Mujeres y Paz, Sisma, Mujeres por la Paz (IMP).
4. Marina Gallego - Cumbre Nacional de Mujeres y Paz, Ruta Pacífica de las Mujeres.
5. Patricia Ariza - Corporación Colombiana de Teatro.
6. Ana Elsa Rojas – ASODEMUC, Mujeres por la Paz.

**Segunda delegação (10-11 de fevereiro de 2015)**

1. Bibiana Peñaranda - Red Mariposas de Alas Nuevas Construyendo Futuro.
2. Wilson Castañeda - Corporación Caribe Afirmativo.
3. Fátima Muriel - Asociación Alianza Departamental de Asociaciones de Mujeres del Putumayo, Tejedoras de Vida.
4. María Eugenia Vásquez - Red de Mujeres Excombatientes.
5. Nelly Velandia - Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia (ANMUCIC).
6. Ruby Castaño - Departamento de Mujeres de la Coordinación Nacional de Desplazados (CND).

**Terceira delegação (5-6 de março de 2015)**

1. Déisy Gonzalez - Asociación de Mujeres Araucanas Trabajadoras (AMART).
2. María Ovidia Palechor - Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC).
3. Mauricio Albarracín - Colombia Diversa.
4. Mayerlis Angarita - Narrar para Vivir.
5. Olga Lucía Quintero - ASCAMCAT.
6. Angélica Aguilar - Federación de Estudiantes Universitarios.